

Breno Hax

Pensamento e objeto

A Conexão entre linguagem e realidade

DISSERTATIO
FILOSOFIA

PENSAMENTO E OBJETO:
A CONEXÃO ENTRE LINGUAGEM E REALIDADE

Breno Hax

Pensamento e objeto

A Conexão entre linguagem e realidade

DISSERTATIO
FILOSOFIA

P285 Hax, Breno. Pensamento e objeto: a conexão entre linguagem e realidade / Breno Hax – Pelotas – RS: NEPFIL online, 2015.

141 p. - (Série Dissertatio Filosofia)
<http://nepfil.ufpel.edu.br/dissertatio.index.php>

1. Pensamento 2. Linguagem 3. Realidade I. Hax, Breno. II. Série.
COD 100
145

Série Dissertatio-Filosofia

Editor-Chefe

João Hobuss

Editor-Gerente

Juliano do Carmo

Conselho Editorial

Manoel Vasconcellos

Sérgio Strefling

Carlos Ferraz

Flávia carvalho Chagas

Comitê Científico

Denis Coitinho

Nythamar de Oliveira

Ramón Del Castillo

Gustavo Pereira

Rogério Lopes

Marcel Niquet

Konrad Utz

Sofia Stein

Victor Krebs

Agradecimentos

Agradeço a várias pessoas que me ajudaram com suas lúcidas sugestões e opiniões dirigidas a versões anteriores das propostas e ideias que aqui apresento.

Marco Ruffino com seus insights, sua visão profunda e sabedoria ajudou-me em diferentes momentos filosóficos. Giovani Felice com quem muito dialoguei enquanto delineava algumas ideias dos capítulos finais deste livro fez sugestões que melhoraram meu modo de apresentar alguns pontos. Paulo Faria fez sugestões em conversas que foram decisivas no amadurecimento do estágio inicial deste trabalho. Cezar Schirmer dos Santos com quem muitas vezes troquei ideias sempre brindou-me com boas observações. Rogério Severo fez afiadas objeções a uma palestra minha. Waldomiro José da Silva Filho e seus alunos propiciaram uma atmosfera de questionamento e discussão de alto nível em um minicurso que ministrei na UFBA sobre algumas das ideias aqui expostas. André Leclerc conversou comigo sobre psicologia popular e fez-me sugestões. Nathan Salmon e Teresa Robertson foram

fundamentais para a forma final tomada pelas minhas ideias. Lê-los, ouvi-los e com eles discutir permitiu-me refinar minhas posições. João Hobuss é um rigoroso filósofo a quem agradeço pelos conselhos que ajudaram este livro a adentrar o reino do ser.

Sou grato à universidade pública e gratuita brasileira que me proporcionou como estudante e me proporciona agora como professor as condições e apoio para pesquisar.

Agradeço também a CAPES que me concedeu uma bolsa de estágio pós-doutoral na University of California, Santa Barbara, período no qual cheguei à forma final de algumas das ideias aqui incluídas.

Agradeço a Pablo Quintanilla e ao Fondo Editorial da Pontificia Universidad Católica del Perú por permitir-me inserir no capítulo 10 deste livro alguns trechos da seção final de meu artigo ‘Contra a incommensurabilidade entre teorias filosóficas’ (in: Pablo Quintanilla (Ed.) 2009. *Ensayos de Metafilosofía*. Peru: Fondo Editorial.)

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por usar trechos de minha tese de doutorado nos capítulos 7, 8 e 9 deste livro.

Sumário

Introdução	9
Capítulo I Pensar em algo	13
1. Pensar sobre algo	15
2. Ancoragem do pensar e atenção	16
3. Atenção e apresentação	17
Capítulo II Condições e apresentações	19
1. Condições	20
2. Propriedades e apresentações	21
3. Objetos em apresentações perceptuais	22
4. Objetos em apresentações intelectuais	23
5. Integração de apresentações perceptuais e intelectuais	24
Capítulo III Conceitos	27
1. Conceitos	28
2. Palavras são abstratas	29
3. Símbolos para designar palavras	30
4. Algumas palavras são conceitos	32
5. Conceitos-palavra são estruturas de três níveis	32
6. Explosão dos conceitos na infância	34
7. Partilhar conceitos	34
8. Introduzir conceitos-palavra	35
Capítulo IV A metafísica do designar: nomes e termos gerais	37
1. Nomes e a instauração do designar	38
2. Nomes como apresentações	39
3. Consumidores	40
4. Consumidores e o braço da designação	41
5. Consumidores sabem uma apresentação daquilo que designam	42
6. Não há entidades distintas com o mesmo nome	45
7. Rigidez da designação	45
8. Instaurar a designação de um termo geral	46
9. Os quase-conceitos <eu> e <isto>	47
10. Descrições definidas	49
Capítulo V Pensar com imagens e pensar com palavras	51
1. Imagens e exemplificações	53
2. Imagem e tópico	55

3. Imagens são interpretadas	53
4. Conceitos-palavra são digitais e conceitos-imagem são analógicos	56
Capítulo VI Objeto e espécie	59
1. Objetos materiais e objetos físicos	60
2. Objetos heraclíticos, parmenídeos e aristotélicos	61
3. Objetos materiais reidentificáveis	63
4. Espécies e natureza	64
5. O fato da estabilidade entre espécies e qualidades	66
6. A primeira explicação: a tese da dependência	67
7. A segunda explicação: o eliminativismo mereológico de espécies	69
8. O fracasso do eliminativismo mereológico de espécies	70
9. É necessário que haja espécies	71
10. As três explicações restantes do fato da estabilidade	72
Capítulo VII Espécies de objeto e espécies de matéria	75
1. Três papéis para termos de espécie	76
2. Designar e predicar com termos de espécie	77
3. Designar espécies	78
4. Frege e nomes de espécie	81
5. A Relação entre espécie e qualidade	82
6. Uma proposta	84
7. A Duplicidade Referencial de Termos de Espécie de Matéria	84
8. Dois modos de predicar com termos de espécie de matéria	85
Capítulo VIII Entendimento básico da realidade	89
1. Entendimento básico da realidade e metafísica descritiva	90
2. Distinção entre entendimento básico da realidade e saber comum	91
3. Intuições e princípios	92
4. Uma região do entendimento básico da realidade	94
5. Um realismo na atribuição de qualquer posição ao entendimento básico	95
Capítulo IX Entendimento básico e reidentificação	97
1. A atitude cognitiva essencialista	98
2. Reidentificação	100
3. A atitude realista	104
4. A combinação da atitude essencialista com a atitude realista	106
5. Espécies e explicação	106
6. O que algo é	106
7. Por que algo é como	108
8. Algumas Palavras acerca de Explicação	113
9. Objetos e espécies são tomados como básicos no âmbito do entendimento básico	119

10. Como uma teoria filosófica pode ser anti-essencialista e anti-realista?	120
11. Entendimento básico e prova metafísica	121

Capítulo X Conceitos filosóficos fundamentais	123
---	------------

1. Aprender conceitos usados pela comunidade linguística	125
2. Reidentificar e conceitos	125
3. Dois modos de lidar com um conceito	126
4. Definições	127
5. Condições provisórias e condições genuínas	128
6. Apreensões de conceitos por meio da linguagem	128
7. Aprendizados que envolvem uma ou duas apresentações	130
8. O objeto da filosofia	130
9. Conceitos filosóficos fundamentais	131
10. O paradoxo da investigação de Platão	132
11. Uma proposta para solucionar o paradoxo da investigação	133
12. Identificação dos tópicos filosóficos	133
13. Em busca da formulação de critérios	135
14. A autonomia no uso dos conceitos filosóficos	135

Referências	139
--------------------	------------

Introdução

Somos capazes de pensar sobre a realidade. Exploro neste livro as consequências deste fato. Defendo que o pensar sobre uma entidade existente instaura uma relação genuína entre o pensante e aquela entidade.

Ao pensar, muitas vezes usamos palavras que designam aquilo em que pensamos. Às vezes, juntamente com o uso de palavras ou em seu lugar, usamos imagens daquilo em que pensamos. Pensamos com palavras e com imagens. Temos um pensar linguístico e um pensar imagético. O que conecta as palavras e as imagens à realidade?

A relação de designar que liga nomes e termos gerais aos seus designata opera, após instaurada, como uma apresentação do que é designado que permite que a mente pense sobre aquilo que foi identificado por outros pensantes. O designar, assim, amplia a gama de entidades com que uma mente pode ter a relação de pensar sobre.

De acordo com minha proposta, são palavras, entendidas como entidades abstratas, que designam.

Já aceitamos a existência de palavras. Falta-nos, creio, uma concepção correta de sua natureza. Palavras são abstratas embora suas ocorrências sejam concretas.

Nomes e termos gerais têm um papel central porque, nos mapas que formamos da realidade, eles são rotas abstratas disponíveis para identificar objetos e condições. Na qualidade de palavras, são também entidades abstratas.

Aceito a existência de conceitos. Proponho que conceitos são entidades abstratas. Assim, não são mentais nem dependem de mentes. Alguns conceitos são palavras. De acordo com minha concepção, palavras que possuem intensão, extensão e tópico são conceitos.

Defendo a concepção de que conceitos têm uma estrutura de três níveis ao invés da concepção adotada na tradição filosófica de que conceitos possuem apenas os níveis da intensão e da extensão. Proponho que conceitos têm um tópico além de intensão e extensão. O tópico de um conceito é a entidade que ele apresenta¹.

Uma consequência de minha proposta é que nomes e termos gerais —

¹ Elaborei e defendi a tese de que conceitos têm a estrutura tópico-extensão-intensão originalmente em Hax (2006).

porque são entidades abstratas dotadas de tópicos — são conceitos. Chamo-os de ‘conceitos-palavra’.

Imagens são entidades abstratas dotadas de tópicos. Dessa forma, conforme minha proposta, são também conceitos. Apresento uma proposta sobre imagens e o modo como ligam-se aos seus tópicos.

Adoto a tese de que qualquer entidade é uma condição ou um objeto. Condições são abstratas. Objetos são concretos ou abstratos.

O percurso deste livro começa com a discussão do pensar e sua conexão com seu tema. Uso a metafísica das condições e apresentações para iluminar a atividade de identificar algo e, finalmente, para elucidar o designar. Minha proposta sobre identificação e ancoragem do pensar ocupa do capítulo 1 ao 5. Nessa rota, elaboro minha concepção da metafísica das palavras e imagens.

Dos capítulos 6 a 10, apresento a estrutura metafísica pressuposta pela proposta sobre designação defendida previamente. O capítulo 6 é um exercício de metafísica em que discuto o que são objetos e espécies. Avanço um argumento para defender que espécies são entidades genuínas. O capítulo 7 examina o comprometimento da linguagem comum com espécies de objetos materiais e espécies de matéria. O capítulo 8 expõe a tese metafísica de que possuímos um entendimento básico da realidade. A seção 9 trata da atividade de reidentificação tal como o entendimento básico a concebe. O capítulo 10 expõe minha proposta acerca da natureza dos conceitos filosóficos fundamentais e de nossa capacidade de ser competentes em seu uso.

Busco delinear um mapa das conexões entre o pensar e seu tema. Um mapa mostra alguns lugares porque apresenta outros. Quando um mapa indica as posições de duas cidades, mostra não apenas a relação espacial entre elas como também as regiões entre elas. Mapas filosóficos

também são assim. Também aqui a ambição modesta de entender corretamente somente algumas coisas deixa delineadas regiões lindeiras apresentadas somente por sua relação às primeiras.

Concebo a atividade filosófica como uma forma de regresso ao infinito. O recuo no pensar é um recurso para obter entendimento. Para entender uma condição, recuamos em busca de sua condição. Nunca será apropriado parar. Mesmo assim, embora a arte seja infinita, precisamos descrever o que avistamos a cada etapa do percurso.

Ao aceitar o tratamento de linguagem e palavras como entidades abstratas e, assim, como entidades atemporais das quais não cabe afirmar que

começam a existir ou deixam de existir e também aceitar que falantes introduzem palavras na linguagem e assim a ampliam, solicito a compreensão do leitor. Humanos são habitantes desses dois ‘mundos’: o concreto e o abstrato. Eu discuto a relação entre ambos em alguns momentos.

Neste livro, o termo ‘possibilidade’ designa possibilidade metafísica.

Capítulo I

Pensar em algo

A palavra ‘pensamento’, como outras palavras que exibem a capacidade de especificar um ato e o conteúdo ou resultado desse ato, pode ser usada para designar a atividade de pensar e para designar o conteúdo desta atividade. Podemos, em ocasiões distintas, pensar o mesmo conteúdo. O conteúdo do pensar é abstrato. Em cada ocasião distinta, a atividade de pensar é concreta. Usarei ‘pensamento’ para designar a atividade de pensar e ‘proposição’ para designar o conteúdo do pensamento¹.

Aceito duas teses acerca do pensar.

A primeira tese propõe que o pensar tem a propriedade básica de dirigir-se a algo. Pensar é pensar em algo. Franz Brentano (1874) afirmou que todo pensamento é ‘dirige-se’ a algo. ‘Intencionalidade’ é o nome dado à característica de dirigir-se a algo. Em outras palavras, podemos dizer que o pensamento dirige-se para algo.

Aceito a intencionalidade como uma propriedade básica do pensar. É da natureza do pensar que ele seja intencional. Na condição de uma propriedade básica, ela não pode instaurada por meio da exemplificação de outras propriedades. Considero que qualquer atividade que possa ser classificada como uma atividade de pensar possui essa propriedade de forma primitiva.

Podemos aceitar que o pensar tem essa característica sem ter que aceitar a tese de que existe a entidade acerca da qual versa o pensar. Para simplificar, designo a entidade ou entidades acerca das quais um pensamento versa com o termo ‘tema’.

A segunda tese afirma que, quando alguém pensa sobre uma entidade existente, está em uma relação real com essa entidade. Nessas situações, não apenas o pensante está em uma atividade de pensar. Há também uma relação genuína entre o pensante e o tema de seu pensar².

1 Gottlob Frege (1892) chamou de ‘pensamento’ (Gedanke) o conteúdo abstrato do pensar. Sigo a prática contemporânea de chamá-lo de ‘proposição’.

2 Este livro não apresenta uma proposta sobre a natureza das proposições. Sob as corretas qualificações, tanto os amigos de proposições singulares quanto os seus oponentes podem aceitar minha proposta acerca do pensar

1. Pensar sobre algo

Pensar sobre algo é estar em uma relação real com aquele algo. É uma relação real que para acontecer exige a existência daquele que pensa e do tema do pensar.

Eu aceito que a intencionalidade, esta capacidade de dirigir-se para algo, é uma propriedade básica do pensar. Como, porém, o tema de um pensamento não é-lhe interno, a existência do pensamento não garante a existência do tema de pensamento. A simples intencionalidade, propriedade de qualquer atividade de pensar, não garante a ancoragem. É isso que confere especial importância aos pensamentos que versam sobre coisas reais.

É quando o pensamento ancora-se em algo real que temos aquela situação especial em que a mente daquele que pensa entra em uma relação real com algo externo ao pensar.

Este é um estado de coisas cuja realização envolve três entidades: o pensante (um sujeito, uma mente, uma consciência) a relação de pensar em algo e a entidade sobre a qual o pensante pensa. Se uma das três não existe, o estado de coisas não se realiza.

Aceito estados de coisas abstratos³. Um estado de coisas é uma entidade necessária que existe independentemente de ser realizada. Concebo estados de coisas como tipos de condições. O capítulo 2 discute condições e estados de coisas. Qualquer configuração de objetos e condições reais realiza algum estado de coisas. Um filósofo que não aceite estados de coisas abstratos pode aceitar proposições em seu lugar.

Se considerarmos o pensar como uma relação genuína, temos que considerar que se Sócrates pensa sobre um certo objeto existente α , Sócrates está em uma relação real com α .

Tratar a relação de x pensar em y como uma relação real exige que existam os dois *relata* dessa relação.

O primeiro *relatum* que precisa existir é a entidade que pensa: o sujeito do pensar. Este pode ser um eu, uma mente ou consciência. Assumo a tese de que algum argumento similar ao argumento do *Cogito*,

3 Para uma caracterização de estados de coisas abstratos, cf. Roderick M. Chisholm (1970) e Alvin Plantinga (1974).

ergo sum de René Descartes é suficiente para estabelecer a existência de um sujeito do pensar⁴.

O segundo *relatum* que precisa existir é o tema do pensar.

Se Sócrates pensa no cavalo alado Pégaso, ele não está em uma relação com Pégaso. Sócrates está certamente em uma atividade mental, mas não se instaura uma relação real com Pégaso porque este não existe.

Todo pensamento dirigir-se para algo. Quando é bem-sucedido e existe o tema do pensar, o pensar põe a mente em uma relação real com aquele tema.

Uma alternativa diferente da minha é adotar a distinção entre ser e existir defendida por Alexius Meinong (1904). De acordo com tal alternativa, há entidades inexistentes. Nessa concepção, quando Sócrates pensa sobre Pégaso, ele pensa sobre algo que tem ser. O pensar nesse caso seria uma relação entre uma mente e algo que, embora inexistente, possui ser. Evito essa alternativa porque não aceito a distinção entre ser e existir.

2. Ancoragem do pensar e atenção

O pensamento possui uma capacidade de dirigir-se para algo. Recorro a uma metáfora. O pensar é como um braço da mente que se estica para tocar algo. Caso bem-sucedido, caso haja aquilo que busca, o pensamento coloca a mente em uma relação real com seu tema.

Essa metáfora permite que eu distinga três elementos e exponha brevemente minhas posições sobre eles.

O primeiro elemento é o orientar-se do pensar. A mente orienta-se para algo. Como ela se orienta? Minha resposta, exposta na seção seguinte, é que a atenção orienta o pensar.

O segundo elemento é a ancoragem. A ancoragem acontece quando o pensar encontra um tema (objeto ou condição) existente e assim instaura-se a relação de pensar sobre este. Minha proposta é que a atenção seleciona o tema do pensar.

O terceiro elemento da metáfora é a relação genuína entre a mente e o tema que acontece quando a ancoragem é bem-sucedida.

4 Cf. Peter van Inwagen (1990: capítulo 12).

3. Atenção e apresentação

O que faz com que uma entidade seja selecionada como o tema de um pensamento? A atenção é o elemento que torna algo o tema de um pensamento. Este é meu ponto de partida. Um pensante pensa naquilo a que ele dá atenção.

Discutir atenção não é discutir um elemento metafisicamente mais básico do que o pensar. Quando penso em algo, dou-lhe atenção. Trato dar atenção a algo como pensar em algo. Concentrar a atenção em x , de acordo minha proposta, é um modo de pensar em x . Essa atividade não necessariamente gera uma proposição.

Como algo chega à atenção de um pensante? Há dois modos como isso acontece. Os dois modos aplicam-se tanto a entidades concretas como abstratas.

O primeiro modo é aquele em que a atenção é despertada pela apresentação de uma entidade ou mais. Direi que a situação de uma entidade despertar a atenção é uma situação em que a mente nota a entidade. A mente nota entidades assim como nota que estados de coisas acontecem.

De acordo com minha proposta, a mente nota uma entidade x por meio da apresentação de x . O capítulo 2 examina a natureza das apresentações. Conforme minha concepção, a apresentação de uma entidade se deve às condições que ela satisfaz. Assim, as condições satisfeitas pela entidade x desempenham o papel de despertar a atenção para x .

Não é sempre ofício do filósofo estabelecer proibições. Não fixo limites à natureza do que pode ser notado. A intuição matemática, caso exista, ilustra um caso em que a mente nota algo.

O segundo modo é aquele em que a atenção (falivelmente) persegue uma suposta entidade ou mais por meio de sua conexão (causal, lógica ou outra) com entidades que já aceita como existentes. A relação da suposta entidade com as entidades aceitas é tomada como uma apresentação sua. Esse é o caso em que a mente *detecta* algo. Se é bem-sucedida a reflexão, a mente detecta uma entidade ou detecta que acontece certo estado de coisas.

Há dois subtipos gerais sob este segundo modo. O primeiro subtipo é a detecção por meio da linguagem. Podemos pensar em um objeto ou condição mencionados por um interlocutor por meio da linguagem (ao utilizar nomes, termos gerais, descrições definidas ou demonstrativos).

A mente supõe que certa apresentação por meio da linguagem (que examinaremos no capítulo 4) realmente apresenta algo. Tal suposição é falível. O interlocutor pode estar mentindo ou pode ter havido algum engano sobre a existência da entidade por outros membros da comunidade linguística.

O segundo subtipo é a suposição (hipóteses científicas, hipóteses matemáticas, suspeitas quotidianas) de que há alguma entidade conectada (causalmente, conceitualmente, logicamente) de modo relevante a certas configurações de objetos ou condições já aceitas como existentes. Apenas se a hipótese é correta há algo que se apresenta por meio da propriedade de estar conectada àquelas configurações. Se há a entidade suposta, a propriedade de possuir a conexão relevante com as entidades aceitas é uma apresentação sua. Assim, por meio de uma suposição bem-sucedida, a mente detecta uma entidade ou detecta que certo estado de coisas acontece.

Os dois modos, notar e detectar, têm algo em comum. Em ambos, a atenção reconhece a apresentação de algo. No segundo modo, a reflexão acerca de entidades aceitas guia a atenção para entidades supostas.

Classifico notar e detectar como duas formas da atividade de *identificar* algo.

Capítulo II

Condições e apresentações

1. Condições

Existem condições. A noção de condição, assim como outras noções centrais em filosofia, é indefinível. Condições podem ser satisfeitas ou exemplificadas.

Condições são abstratas. Condições monádicas, aquelas que podem ser satisfeitas por uma entidade, são propriedades. Condições poliádicas, aquelas que podem ser satisfeitas por duas ou mais entidades, são relações.

Proposições e estados de coisas são complexos de condições. Uma proposição é um complexo de condições que pode ser verdadeiro ou falso, um complexo de condições-de-verdade. Um estado de coisas é um complexo de condições que pode ser realizado.

A qualquer momento e lugar os objetos satisfazem condições. O universo satisfaz condições. É impossível que o universo não satisfaça condições. Podemos estar enganados sobre as condições que os objetos e o universo satisfazem. Porém, alguma condição eles satisfazem. Se houvesse outro universo com outras leis físicas, ele satisfaria condições (talvez inconcebíveis para nós)¹. Nós próprios satisfazemos condições.

Podemos reinterpretar a tese de Platão sobre a imutabilidade das formas do seguinte modo: condições são imutáveis. É possível que objetos concretos mudem mas as condições mesmas não mudam.

Uma segunda tese de Platão é irretocável: condições não dependem de objetos que as satisfaçam. Consideremos a condição de ter 1001 quilos. Pode ser o caso que nada em todo o universo neste momento seja tal que tenha exatamente 1001 quilos. A condição de ter 1001 quilos é afetada por essa não-satisfação? De forma alguma. Essa condição, mesmo sem ser satisfeita, continua a existir como uma possibilidade. Ela não depende para existir dos objetos concretos que porventura poderiam exemplificá-la.

Há condições físicas, condições metafísicas, condições psicológicas. Perguntas importantes são se há condições metafísicas distintas das condições físicas e se condições psicológicas são condições físicas.

Nossas mentes identificam condições e objetos por meio da percep-

1 Cf. O capítulo 10 para minha definição de universo.

ção, mas não apenas assim. Aprender uma linguagem é aprender, entre outras coisas, uma maneira de conectar nosso pensamento a condições e objetos com que não tivemos encontros perceptuais. Termos gerais designam condições e nomes designam objetos. Assim, uma linguagem amplia por meio do designar o número de condições e objetos que nossas mentes podem identificar.

Condições são universais? O conflito entre os diferentes critérios associados ao termo ‘universal’ é a razão para que eu o evite.

A consideração de que um universal é o que é exemplificável e um particular é o que não é exemplificável, mas é ele próprio uma exemplificação, torna perfeitamente aceitável tratar condições como universais². Mesmo assim, mantereí uma atitude respeitosa de reserva ao uso de ‘universal’.

2. Propriedades e apresentações

Consideremos propriedades. Propriedades ou atributos são modos como as coisas são ou podem ser. Esta é uma elucidação, não uma definição. Defendo neste livro que propriedades segmentam-se em espécies e qualidades. Discuto espécies no capítulo 6.

Não devemos confundir propriedades com suas exemplificações. Propriedades são abstratas. Exemplificações são concretas sempre que são exemplificações por entidades concretas. A propriedade de ter 1001 quilos é abstrata. A exemplificação desta propriedade é concreta.

O fato de que propriedades são modos como as coisas são permite que uma propriedade apresente seu portador. De modo mais preciso: a exemplificação de uma propriedade apresenta seu portador. Uma propriedade ela própria nada apresenta. É a exemplificação da propriedade por um objeto α que apresenta α . Um objeto que é da forma F é apresentado por sua exemplificação de F . Após este esclarecimento, falarei simplesmente que propriedades apresentam seus portadores.

Apresentações são condições unicamente exemplificadas. Assim, uma apresentação é uma condição ou complexo de condições unicamente satisfeitas por certo objeto concreto ou abstrato. A apresentação completa de um objeto material é o complexo que inclui suas propriedades e

2 Este critério para classificar algo como um universal é usado, por exemplo, por E. J. Lowe (1998, p.155).

a sua posição no espaço-tempo. A posição no espaço-tempo de um objeto material é a relação entre aquele objeto material e o espaço-tempo³.

Proponho que há pelo menos dois tipos de apresentações: puramente perceptuais e intelectuais. Discuto-os nas seções seguintes.

Assumo a tese de que mentes entram em contato com objetos por meio de suas apresentações. Mentes também entram em contato com as propriedades mesmas porque estas se autoapresentam ao ser exemplificadas⁴.

A apresentação que uma propriedade faz de seu portador é independente de mentes humanas. Embora mentes possam detectar perceptualmente e intelectualmente as apresentações de muitas entidades, essas apresentações existiriam mesmo se não houvesse mentes (excluindo-se o caso de apresentações de entidades mentais). Aceito em princípio a possibilidade de que existam apresentações que mentes não são capazes de identificar.

Peço licença para uma breve digressão. Frege (1892) discute como um ‘modo de ser dado’ (*Art des Gegebenseins*) ou modo de apresentação é usado para introduzir uma designação na linguagem para um objeto. Embora meu interesse não seja exegético, noto que um modo de apresentação ao estilo de Frege (tanto de objetos concretos como abstratos) pode ser tratado de forma semelhante ao meu tratamento de apresentações.

Frege (1892) está particularmente interessado em garantir que, para instaurar a relação de designação, façamos uso apenas de apresentações ‘objetivas’ e não essencialmente ‘subjetivas’. Apresentações essencialmente subjetivas seriam aquelas que, conforme Frege (1892), incluem somente condições dependentes de uma mente.

3. Objetos em apresentações perceptuais

Uma propriedade perceptual é aquela cuja exemplificação pode ser notada pelos sentidos. Uma apresentação perceptual é aquela formada pelas propriedades perceptuais de um objeto material e sua posição no

3 Cf. outros usos da noção de apresentação em Frege (1892), Meinong (1917) e Chisholm (1978). Sobre a relação entre objeto material e espaço-tempo, cf. o capítulo 6.

4 Meinong (1917) notou que propriedades não apenas apresentam seu portador como também se autoapresentam.

espaço-tempo. Devido à natureza do espaço-tempo, cada objeto tem uma posição única no espaço-tempo. Assim, uma apresentação perceptual é uma condição complexa que é satisfeita necessariamente somente por uma entidade: o objeto material apresentado. O objeto material apresentado é o objeto material que acontece de ter aquelas propriedades naquela exata posição do espaço-tempo⁵.

4. Objetos em apresentações intelectuais

Uma entidade possui uma apresentação perceptual quando as condições que compõem sua apresentação têm sua satisfação aferível por meio da percepção. Uma entidade apresenta-se intelectualmente quando suas condições têm a satisfação aferível por meio de raciocínio.

Para esclarecer a natureza da apresentação intelectual, menciono dois casos que a ilustram: a apresentação matemática e a apresentação pela relação de designação.

Quando temos uma prova matemática de que há um único número que possui certa propriedade matemática trata-se, defendo, de um caso em que temos a apresentação daquela entidade por meio daquela propriedade. Propriedades descobertas por meio de provas matemáticas, parece-me claro, não são descobertas por meio da percepção.

Uma entidade é apresentada por sua designação, proponho, quando tomamos conhecimento dela por seu nome. Isso é possível porque ser designado por um nome é possuir uma propriedade e tal propriedade é unicamente satisfeita. Defendo essa tese no capítulo 4.

Por que não seria perceptual a apresentação de um objeto por meio de seu nome em um proferimento que enuncia tal nome? Afinal, precisamos ter percepções para aprender uma linguagem e cada palavra que ela inclui. Mas essa forma de apresentação não é estritamente perceptual.

O elemento fundamental aqui é que a propriedade de ter um nome não é perceptual porque sua exemplificação não pode ser notada pela mente de quem não conhece a linguagem da qual o nome é parte⁶.

5 Não afirmo aqui que o espaço-tempo tem natureza individualizante. Mas suas partes são individuais.

6 Talvez essa distinção preste-se a um tratamento com o uso da noção de informação ao estilo de Fred Dretske (1981). Assim, o nome carregaria informação que só poderia ser extraída com o uso de conhecimento lingüístico. O conhecimento

A exemplificação da propriedade de ter um nome não pode ser notada pelo ouvinte embora seja detectável. A competência com uma linguagem permite a detecção⁷.

Uma linguagem inclui apresentações intelectuais para objetos e condições. Uma virtude dessas formas de apresentação é sua comunicabilidade entre falantes e sua capacidade de ser recebida mesmo sem encontros perceptuais com o objeto ou condição apresentados.

Proponho que esta tese que conecta propriedades e apresentações vale para qualquer propriedade, não apenas propriedades perceptuais. Não vejo qualquer problema na tese de que — dado que números existam e eles sejam entidades abstratas — as propriedades de um número sejam uma apresentação sua que não é notável perceptualmente. Uma intuição matemática, se isso for correto, seria uma forma de notar uma apresentação intelectual de algo.

5. Integração de apresentações perceptuais e intelectuais

De acordo com minha proposta, um objeto material pode ser apresentado tanto por uma apresentação perceptual quanto por uma apresentação intelectual. Uma apresentação intelectual de um objeto material é feita, por exemplo, quando o designamos ou descrevemos.

A prática de designar espécies e qualidades de coisas com termos gerais é uma prática de conferir-lhes propriedades que podem ser transmitidas por meio da linguagem e assim podem servir como apresentações dessas espécies e qualidades de coisas.

Designar objetos (humanos, animais, planetas, vulcões, etc) com nomes faz o mesmo: introduz na linguagem uma apresentação dessas entidades.

Minha estratégia para mostrar isso será mostrar que palavras são entidades abstratas e algumas dessas entidades abstratas são conceitos. Nomes, na qualidade de palavras, são abstratos. Eles são conceitos como veremos nos capítulos 3 e 4.

Como membros de comunidades linguísticas, uma atividade central

linguístico ampliaria a capacidade de extrair informação de um elemento perceptual. Ruth Millikan (2000) diz que ‘aprender uma linguagem é... aprender mais modos de coletar informação por meio dos sentidos e pô-los nas caixas certas’ (89).

7 Sobre notar e detectar como formas de identificar, cf. o capítulo 1.

em nosso contato com objetos e condições é a intersecção de apresentações perceptuais com apresentações intelectuais. Quando ‘apresentamos’ uma pessoa a outra, proferimos ‘este é NN’. Assim, nosso interlocutor integra em seu mapa cognitivo uma apresentação perceptual de um objeto com uma apresentação intelectual de um objeto. Proferimos para um aprendiz da linguagem ‘isto é um cavalo’ na presença de um cavalo para que o aprendiz integre uma apresentação perceptual e uma apresentação intelectual da espécie Cavalo. Isso é chamado de ‘definição ostensiva’.

Capítulo III

Conceitos

1. Conceitos

Proponho que conceitos são entidades abstratas. Eles não são mentais nem dependem de mentes. Alguns filósofos consideram conceitos como entidades mentais. Se fossem mentais, seriam entidades concretas e, como consequência, um mesmo conceito não poderia ser apreendido por mais de uma mente.

Apenas a apreensão de um conceito é mental e, assim, concreta. Um conceito pode ser apreendido por mentes diferentes. Sua natureza abstrata permite isso.

Um conceito é uma apresentação de uma entidade que pode ser usada para reidentificá-la. Aquilo que é apresentado pelo conceito é o seu tópico. Tópicos podem ser condições ou objetos.

Há dois tipos de conceitos e, por isso, duas relações pelas quais um conceito apresenta seu tópico.

Conceitos distinguem-se entre imagens e palavras. Uso ‘imagem’ e ‘palavra’ para designar entidades abstratas e não suas ocorrências concretas. Imagens apresentam o seu tópico porque o figuram. Palavras apresentam o seu tópico porque o designam.

Estritamente, apenas palavras e imagens que possuem tópicos são conceitos. Palavras e imagens sem tópicos são quase-conceitos. O capítulo 4 discute um caso em que certa palavra não pode ser tratada como um conceito.

Dentre os acontecimentos de nossa vida mental, apreendemos imagens e palavras. É plausível que parte de nossa atividade mental envolva imagens mentais e palavras mentais (no discurso interno). Palavras mentais e imagens mentais são concretas. Considero-as como resultados da apreensão de palavras e imagens.

Um pensante pode imaginar a mesma imagem em ocasiões distintas. A imagem mesma é abstrata. Cada imagem mental que aparece em nossas ‘telas’ mentais é concreta.

Podemos adquirir uma imagem mental ao recebê-la perceptualmente de uma apresentação perceptual ou formá-la por imaginar. ‘Imaginar’ designa a atividade de formar imagens mentais. Tanto uma imagem

mental como uma imagem desenhada no papel podem ser ocorrências da mesma imagem abstrata.

Devemos distinguir uma palavra das suas ocorrências. As ocorrências de uma palavra são concretas. Estão localizadas no espaço-tempo. Mas a palavra mesma é o que é exemplificado por aquelas ocorrências e faz com que sejam ocorrências da mesma palavra¹.

É a palavra que tem significado primordialmente. As ocorrências de uma palavra têm significado derivativamente. Cada ocorrência tem significado porque a palavra da qual é uma ocorrência tem significado.

Discuto conceitos que são palavras no restante deste capítulo. Conceitos que são imagens são tema do capítulo 5.

2. Palavras são abstratas

Grosso modo, o fenômeno complexo da linguagem pode ser estudado do ponto de vista de sua estrutura abstrata ou do ponto de vista da história concreta dos usos que a originaram e moldaram. Para os filósofos interessados no último aspecto, as questões importantes são as crenças e intenções de comunicação, as condições psicológicas envolvidas no uso de uma linguagem, a história concreta de desenvolvimento de certa linguagem em particular entendida como um organismo histórico e uma atividade social.

Qualquer que tenha sido o modo como os humanos chegaram às suas linguagens, qualquer linguagem tem uma gramática abstrata que pode ser identificada e estudada. Podemos em um estudo do fenômeno concreto da linguagem querer saber como surgiram os registros escritos e sonoros da palavra ‘cavalo’ e como estes foram conectados à propriedade de ser cavalo. Também podemos considerar a estrutura abstrata da palavra ‘cavalo’ com sua extensão, intensão e contribuição para as condições de verdade de distintas classes de sentenças.

Os dois tipos de estudo são valiosos². Tentar reduzir a dimensão abs-

1 A tentativa de falar apenas de ocorrências de palavras não é capaz de explicar como podemos aprender a linguagem. O aprendiz da linguagem aprende a palavra mesma, não suas ocorrências. As ocorrências são usadas como meio para que o aprendiz apreenda a palavra mesma.

2 Sobre a tensão entre essas duas descrições, cf., por exemplo, Peter Frederick Strawson (1971) e David Lewis (1975).

trata aos usos concretos é cometer um erro categorial. Reconhecer a natureza abstrata das palavras deve colocar-nos de sobreaviso contra as tentativas de reduzi-las a usos. A mesma cautela deve acompanhar qualquer tratamento de conceitos³.

Ao tratar nomes como entidades abstratas estou disposto a aceitar que são entidades que existem necessariamente como toda entidade abstrata. A atemporalidade das entidades abstratas é uma das características que dá início ao espanto filosófico. Prefiro classificá-las como atemporais ao invés de classificá-las como eternas⁴. Criar uma linguagem, assim, é selecionar uma estrutura abstrata atemporal.

Concebo linguagens como interpretadas. A intensão e a extensão de uma palavra são essenciais para ela ser a palavra que é.

Uma vez que palavras são abstratas, as inscrições de uma palavra no papel e os proferimentos de uma palavra não são palavras elas próprias mas suas ocorrências. Marcas no papel e sons expressam palavras (se satisfeitas algumas condições). Ouvimos e lemos palavras porque notamos não apenas as inscrições e sons. Notamos as palavras que aquelas inscrições e sons expressam.

3. Símbolos para designar palavras

Meu ponto de partida é a distinção entre uma palavra que é abstrata e suas ocorrências que são todas concretas. Busco um símbolo para designar somente a palavra abstrata.

Para designar a palavra abstrata adoto o símbolo descrito a seguir. Uma ocorrência de palavra circundada por inscrições dos sinais ‘<’ e ‘>’ designa a palavra da qual é uma ocorrência.

O artifício padrão para designar palavras é o uso de aspas para circundar suas ocorrências. Sigo este artifício na maior parte deste livro. O símbolo que sugiro é apenas um procedimento adicional para designar palavras e não o proponho como um substituto para as aspas. Ele possui

3 Cf. Jerry Fodor (2004) para uma crítica da tentativa de reduzir conceitos a usos.

4 Bertrand Russell (1912) e Gottlob Frege (1918) afirmam que entidades abstratas são ‘atemporais’. Classificá-las como atemporais é preferível a classificá-las como eternas. Algo eterno é temporal: apenas dura por toda a eternidade. Entidades atemporais são aquelas a que não se aplica temporalidade. Isso foi observado por Peter Carruthers (1986). Russell (1912: 57) diz que entidades abstratas possuem apenas ser, não existência.

características que o recomendam como veremos. Restringirei seu uso, porém, a algumas seções deste capítulo e aos capítulos 4 e 10. Não o usarei para sentenças, apenas para palavras.

Tenho três razões para usar o símbolo introduzido. A primeira razão é erradicar a ambigüidade entre palavra e ocorrência. Convenciono que a expressão resultante da combinação de uma inscrição de palavra com o símbolo ‘<>’ designa somente a palavra, nunca uma ocorrência sua. O uso de aspas nem sempre erradica essa ambigüidade. Algumas vezes, a expressão que resulta da inscrição de palavra circundada por aspas designa a palavra. Outras vezes, designa uma certa ocorrência da palavra, como acontece quando citamos o discurso ou texto de alguém. De exemplo, ‘casa’ em alguns casos designa uma certa ocorrência da palavra e, em outros, designa a própria palavra.

A segunda razão é usar o símbolo para revelar partes da estrutura abstrata da palavra designada. Como veremos, palavras que são conceitos têm uma estrutura abstrata que inclui tópico, extensão e intensão. Dessa forma, a ocorrência de palavra combinada com ‘<>’ designa a palavra com sua estrutura de três níveis. O símbolo permite a exibição de partes da estrutura da palavra. A utilidade deste procedimento fica clara no tratamento de homônimos, demonstrativos e pronome pessoal no capítulo 4. O símbolo permite mostrar, por exemplo, que o que parecia ser um caso de homônimos é na realidade um caso de nomes distintos ao exibir seus designata como partes de suas estruturas abstratas: <Sócrates- α > e <Sócrates- β >.

A terceira razão do uso deste símbolo é deixar claro que a distinção entre a palavra e sua ocorrência não é capturável em termos da distinção entre a expressão e sua ocorrência.

Uma expressão não é uma palavra. Uma expressão também tem ocorrências. David Kaplan (1968-9: 178) diz que entre as ocorrências de uma expressão, há as ocorrências ‘comuns’ (como ‘um’ na sentença ‘um é menor do que dois’) e ‘acidentais’ (como ‘um’ em ‘humano’). Deixo a diferença intuitiva entre ambas ocorrências sem maior exploração. Essas últimas, diz Kaplan, são ‘acidentes ortográficos’.

No uso da distinção intuitiva de Kaplan (1968-9), podemos esclarecer melhor a distinção entre palavra e expressão. Palavras não podem ter ocorrências acidentais. Na expressão ‘humano’ ocorre a expressão ‘um’. Na palavra <humano> não ocorre a palavra <um>. As ocorrências de uma palavra são interpretadas. A palavra ocorre dotada de sua estrutura

abstrata integral. A ocorrência de uma expressão esgota-se inteiramente em uma marca tipográfica que pode carecer de interpretação semântica. Assim, uma expressão não é essencialmente parte de uma linguagem.

4. Algumas palavras são conceitos

Algumas palavras, eu defendo, são conceitos. Quais? Aquelas que satisfazem as condições identificadas pela tradição filosófica: possuir extensão e intensão. Nomes e termos gerais são palavras que satisfazem tais condições. Chamarei palavras que são conceitos de ‘conceitos-palavra’. Permaneço neutro sobre se minha proposta se estende a mais classes de palavras. Deveríamos também tratar termos sincategoremáticos como conceitos?

De acordo com minha concepção, um conceito-palavra é um complexo abstrato. Tópico, extensão e intensão são componentes necessários desse complexo. A identidade de um conceito-palavra é dada pelo tópico, extensão e intensão que possui.

Por exemplo, a palavra <cavalo> é uma entidade abstrata que possui necessariamente seu tópico, intensão e extensão. Ela tem como extensão os cavalos e apenas eles. Assim, aplica-se a cada cavalo e apenas a eles. Se algo não tem cavalos e somente eles como extensão, não é a palavra <cavalo>.

Dessa forma, se algo com o mesmo registro sonoro e escrito da palavra <cavalo> em português tivesse como extensão árvores, não seria a palavra <cavalo>.

Um conceito-palavra designa seu tópico. Discuto na seção seguinte a estrutura dos conceitos-palavra.

5. Conceitos-palavra são estruturas de três níveis

Em oposição à tradição filosófica que atribui aos conceitos intensão e extensão, defendo a tese de que conceitos têm uma estrutura de três níveis: tópico, extensão e intensão. Apresentei e defendi essa tese em Hax (2006, 2009)⁵.

Todo conceito é conceito de algo. Reconhecer isso nos conduz a re-

5 Para uma resenha histórica de diferentes doutrinas sobre intensão e extensão, cf. Joseph C. Frisch (1969).

conhecer que todo conceito tem um tópico, aquilo de que ele é um conceito⁶. Aquilo de que ele é um conceito é essencial para sua identidade. Introduzimos um conceito por especificação de seu tópico. Mencionamos o tópico do conceito ao dizer que é um conceito de cavalo, um conceito de conhecimento, um conceito de justiça, um conceito de verdade.

Como esclareci acima, conforme minha concepção, conceitos segmentam-se entre conceitos que são palavras (conceitos-palavra) e conceitos que são imagens. Esta seção trata dos primeiros⁷.

O tópico é a entidade (objeto ou condição) que o conceito apresenta. Conceitos-palavra que têm uma condição como tópico são termos gerais. Assim, um termo geral designa uma condição. Conceitos-palavra que têm um objeto (concreto ou abstrato) como tópico são nomes⁸. Pessoas, furacões, livros e personagens fictícios são nomeáveis e são objetos abstratos ou concretos. Este livro apresenta uma proposta sobre conceitos-palavra que são nomes. Discuto a estrutura abstrata de nomes e termos gerais no capítulo 4.

No caso do conceito de uma condição, a extensão é formada pelas entidades que satisfazem aquela condição. O conceito <cavalo> tem como tópico a espécie Cavalo. A espécie Cavalo é uma condição. A extensão do conceito <cavalo> são os cavalos, entidades que a satisfazem. A intensão é a condição ou condições que algo deve satisfazer para satisfazer a condição-tópico, nomeadamente, ser da espécie Cavalo.

O tópico de um conceito de objeto é um objeto concreto ou abstrato. Sua intensão é formada por condições a ser satisfeitas para estar na sua extensão. Ao invés de supor que o conceito de objeto não tem extensão, trato sua extensão como idêntica ao seu tópico.

Nomes têm intensão? Minha proposta é que nomes têm como intensão condições para algo ser o tópico. Mas não são condições definicionais.

6 Paulo Faria sugeriu-me o termo ‘tópico’. ‘Telos’ foi minha escolha em Hax (2006).

7 Tanto conceitos-palavra quanto imagens possuem tópicos. Porém, intensão e extensão pertencem apenas a conceitos-palavra.

8 As palavras e não são conceitos mas podem ser usadas para formar conceitos de objeto. Cf. o capítulo 4. Complexos conceituais descritivos descrevem seus tópicos e são chamados ‘descrições definidas’. Complexos conceituais não são estritamente conceitos-palavra mas complexos de conceitos-palavra

Conceitos são precisos quando têm um único tópico (que pode ser um objeto ou uma condição).

Um conceito é simples se sua intensão é vazia: não há condições necessárias e suficientes para que algo satisfaça a condição-tópico. Isso é o caso porque a satisfação da condição-tópico é primitiva. Alternativamente, podemos supor que a intensão de um conceito simples inclui apenas a condição que é seu tópico.

6. Explosão dos conceitos na infância

Por que devemos considerar que aprender uma palavra é aprender um conceito? Creio que a resposta correta é que quando aprendemos uma palavra, aprendemos qual é a espécie de coisas a que ela se aplica corretamente. Em outras palavras, aprendemos sua intensão e extensão.

Um achado empírico parece mostrar que crianças vivem uma ‘explosão do nomear’ no período entre um ano e meio e dois anos de idade (E. Markman, 1991: 81). É a fase em que a criança aprende substantivos concretos (‘Mamãe’, ‘Papai’, ‘mamã’, ‘au-au’) e nomes de indivíduos concretos. A criança aprende termos gerais para designar espécies de objetos e matéria e nomes para designar objetos. Após essa fase de aprendizado de conceitos de espécies e objetos, a criança aprende adjetivos (‘quente’, ‘vermelho’) e substantivos abstratos. Parece natural pensar que a criança primeiro aprende palavras para designar objetos concretos, sua matéria e espécies de objeto concreto e depois as palavras que ela usará para designar qualidades daqueles objetos e espécies.

7. Partilhar conceitos

Tratar termos gerais e nomes como conceitos permite que expliquemos sem trepidações como podemos partilhar o mesmo conceito. Isso é possível porque pensantes diferentes podem aprender uma mesma palavra. Partilháveis são aqueles conceitos que são palavras.

Conceitos que são imagens não parecem tão facilmente candidatos a ser partilhados. Embora seja possível que duas pessoas partilhem da mesma imagem, não podemos saber se isso acontece de fato. É sensato, porém, supor que um pensante pode conceber a mesma imagem em episódios de imaginação distintos. A imagem mental de cada episódio é distinta das demais imagens mentais.

8. Introduzir conceitos-palavra

Como podemos integrar a concepção abstrata de linguagem com o fato de que os falantes introduzem conceitos-palavra na linguagem? Como a concepção de que conceitos-palavra são entidades abstratas pode lidar com o fato de que são falantes que em algum momento do tempo introduzem-nos na linguagem?

Esse problema é apenas um caso do problema geral das relações entre abstrato e concreto. Não tento resolvê-lo. Mesmo assim, avanço nesta seção um ensaio de solução.

Minha sugestão é que devemos pensar na introdução de um conceito-palavra na linguagem como a associação daquele conceito-palavra com uma condição que inclui um índice temporal. Uma analogia pode ajudar. Consideremos uma maçã. Ela é verde segunda-feira e se torna vermelha na terça-feira. Ela satisfaz a condição ser vermelha na terça-feira. Uma condição com um índice temporal é abstrata como qualquer condição.

Assim, pode-se tratar a introdução na linguagem de um conceito-palavra como algo que consiste na conexão de uma expressão abstrata com o conceito-palavra⁹. Nesse tratamento, o falante que introduz o conceito-palavra seleciona a expressão que indexa o conceito-palavra na linguagem. O papel do falante seria selecionar a expressão abstrata que indexaria o conceito-palavra na linguagem. A condição de ser indexada por uma expressão seria uma condição com um índice temporal.

9 Cf. acima neste capítulo a distinção entre expressão e palavra.

Capítulo IV

A metafísica do designar: nomes e termos gerais

Utilizarei ‘designação’ para designar a relação de designar e designatum para designar a entidade ligada por esta relação ao nome ou termo geral.

A designação é uma relação básica que não é suscetível de definição. Ainda assim, avanço uma tentativa de elucidá-la por meio da noção de apresentação.

1. Nomes e a instauração do designar

Devemos notar que é um nome, e não a ocorrência de um nome, que recebe a relação de designar. A relação de designar é uma relação entre uma entidade abstrata, o nome, e uma entidade que pode ter qualquer estatuto ontológico.

Quais condições precisam ser satisfeitas para um falante ser capaz de introduzir um nome na linguagem? O falante deve selecionar com sua atenção uma entidade e fixá-la como o designatum de um nome. Discuti no capítulo 1 notar e detectar como formas de selecionar com a atenção uma entidade por meio de sua apresentação. Notar e detectar são duas formas de identificar algo.

Após identificar uma entidade o falante afirma que a entidade identificada é idêntica à entidade que é o designatum do nome. Isso pode ser feito em solilóquio ou não.

Um proferimento de instauração da relação de designar pode ter a forma da sentença ‘este cavalo eu chamarei de “Babieca”’ ou ‘a primeira pessoa que montou um cavalo eu chamarei de “Gefre”’¹. O demonstrativo complexo ‘este cavalo’ e a descrição definida ‘a primeira pessoa que montou um cavalo’ selecionam a entidade que recebe o nome. Essas classes de expressões especificam as condições (propriedades, posição espaço-temporal) satisfeitas pela entidade que tornar-se-á o designatum no ato de instauração da designação.

Na sentença que instaura a relação de designar, são expressões que ocorrem entre aspas, não palavras. Por isso, aquelas ocorrências (‘babieca’ e ‘Gefre’) são ocorrências de expressões. Elas indicam a expressão

1 Cf. o capítulo 3 sobre o uso de ‘<’ e ‘>’.

que constituirá o nome introduzido².

Como resultado, temos a instauração de uma relação de designação entre o nome e seu designatum. Esta relação será usada pelos vindouros usuários do nome para pensar sobre seu designatum.

A entidade α é o designatum do nome $\langle N \rangle$ se e somente se α satisfaz na ocasião da introdução do nome as condições especificadas pelo introdutor do nome. Isso não significa que um proferimento de fixação do designatum seja um proferimento definicional. As condições satisfeitas pela entidade que se torna o designatum podem depois alterar-se. A única condição a ser satisfeita para que a entidade continue como o designatum do nome é preservar sua identidade e, assim, continuar a existir.

2. Nomes como apresentações

Dar um nome a uma entidade é conectá-la a uma entidade abstrata. A entidade é fixada como o designatum do nome. Após a fixação da entidade α como a designação do nome $\langle N \rangle$, o nome $\langle N \rangle$ é uma apresentação de α .

Como um nome pode ser uma apresentação da entidade que nomeia? Isso é possível porque ser o designatum do nome $\langle N \rangle$ é possuir a propriedade de ter o nome $\langle N \rangle$. Qualquer propriedade pode ser parte de uma apresentação ou ela mesma uma apresentação.

Conferir um nome a um objeto é dotá-lo de uma apresentação porque conferir uma propriedade unicamente satisfeita a algo é conferir-lhe uma apresentação.

Apresentações podem apresentar algo mesmo na ausência deste. Uma apresentação linguística tem essa virtude tantas vezes notada de permitir-nos falar de uma entidade em uma situação espaço-temporal em que não está presente. Podemos usar $\langle \text{Eurípedes} \rangle$ para falar de Eurípedes em um espaço-tempo em que ele não está.

Uma vez que podemos pensar sobre qualquer entidade por meio de uma apresentação sua e nomes são apresentações, a criação de uma prática de conferir nomes enriquece a variedade de apresentações disponíveis para pensar em entidades.

2 Considero que a relação entre uma expressão e um nome é de constituição, não composição. Cf. o capítulo 3 sobre a distinção entre expressão e palavra.

A circunstância de α possuir um nome $\langle N \rangle$ e, assim, $\langle N \rangle$ ser sua apresentação permite que falantes com nenhuma interação causal direta com α tomem contato com sua apresentação e possam detectar α . A seguir, aqueles falantes podem ter pensamentos sobre α . Suas mentes podem ter uma relação genuína com α .

De acordo com minha proposta, designar é uma variedade da relação de apresentar. É apresentar por meio de uma propriedade linguística. A designação não apresenta ao olho, não apresenta à percepção. Apresenta à mente.

Possuir um nome é possuir uma propriedade linguística. Assim como um portador de propriedades é apresentado por estas, uma propriedade linguística apresenta seu portador à mente.

Uma propriedade linguística tem peculiaridades. Embora propriedades sejam abstratas, a exemplificação de algumas propriedades resulta em diferenças físicas. Por exemplo, a exemplificação da propriedade de ter 1 metro resulta em uma diferença física aferível por meio da percepção. A exemplificação daquela propriedade em concerto com a exemplificação de outras propriedades (ser de madeira, ser opaco, etc.) dota o objeto de propriedades causais adicionais (não poder atravessar portas de 10 cm, ser visível a certa distância sob boa iluminação, etc.).

A exemplificação da propriedade de possuir um nome não produz uma diferença física no objeto que é seu portador. A propriedade de possuir um nome é uma propriedade de estar em certa relação com uma entidade abstrata. Essa propriedade só é aferível por aquele que entende a operação de designação.

Nomes vazios não apresentam algo. Para usar uma antiga imagem filosófica, são como propriedades a flutuar no vácuo. Nada tem a propriedade de ter um nome vazio. Assim, a propriedade de ter o nome vazio ‘Vulcano’ é uma propriedade não-exemplificada³.

3. Consumidores

Para que possamos pensar em uma entidade precisamos selecioná-la por atenção. Defendo isto no capítulo 1. Selecionamos α por atenção ao notar α ou detectar α . A entidade é notada ou detectada por meio de uma

3 A aplicação de minha proposta à questão de determinar o conteúdo das sentenças com nomes vazios pode ter a forma de Plantinga (1978).

apresentação sua. Notar e detectar são formas de identificar.

Adquirir competência com um nome dota-nos de uma apresentação porque é ele próprio uma apresentação. Um nome é uma apresentação que permite detectar a entidade que ele designa. Assim, adquirir competência com um nome é adquirir um modo de identificar seu designatum.

Aqui valho-me da distinção entre produtores e consumidores no uso de um nome feita por Gareth Evans (1982). O produtor é aquele que introduz um nome na linguagem. O consumidor é aquele que recebe competência com o nome na qualidade de usuário da linguagem que o nome integra.

Segundo minha proposta, produtores e consumidores conhecem apresentações distintas da entidade designada. Como discuti antes, aquele que introduz um nome na linguagem deve conhecer uma apresentação da entidade que será fixada como designatum que é anterior à introdução do nome e deste independente. Por sua vez, o consumidor muitas vezes nada sabe sobre a entidade designada pelo nome além do fato de que é a entidade que tem a propriedade de ser a única entidade designada pelo nome.

Por que um consumidor é capaz de designar Heráclito com o nome <Heráclito>? Grosso modo, a resposta é: porque Heráclito é o designatum de <Heráclito> e o consumidor tem a intenção de designar seu designatum. Por que Heráclito é o designatum de <Heráclito>? Porque um produtor identificou Heráclito antes de designá-lo e introduziu o nome <Heráclito> para designá-lo, isto é, instaurou a relação de designação entre <Heráclito> e Heráclito.

O consumidor supõe que alguém na comunidade lingüística identificou Heráclito e introduziu o nome para ele.

Quando um falante ouve seu interlocutor usar um nome que lhe era até então desconhecido, ele supõe que toma contato com a apresentação de uma entidade. Essa suposição é falível: depende de que o seu interlocutor seja veraz e não use por engano um nome vazio.

4. Consumidores e o braço da designação

O produtor identifica uma entidade por notá-la ou detectá-la. A seguir, o produtor instaura a relação de designação. O consumidor supõe que a relação de designação está instaurada ao usar o nome e vale-se

dela para identificar uma entidade como o designatum do nome. No capítulo 1 discuti essa forma de identificação como detecção.

Essa é uma co-operação. Produtor e consumidor trabalham dos dois lados de um laço que, de um lado, tem a identificação de um produtor e, de outro, tem a identificação do consumidor. O consumidor consegue ser bem-sucedido em identificar algo apenas se o produtor identificou-o e instaurou a relação de designação para designá-lo. O consumidor vale-se dessa relação para colocar-se em uma relação genuína com o objeto identificado pelo produtor.

Chamarei de ‘braço da designação’ uma relação que depende da realização em concerto de duas outras relações. A relação de designação entre nome e designatum e a relação de transmissão do nome pela qual o nome é transmitido do produtor ao consumidor.

O nome é transmitido de produtor a consumidor⁴. A cadeia de transmissão de um nome não é uma cadeia causal. O que é transmitido na cadeia é uma entidade abstrata. Muitas cadeias causais partem de qualquer uso de nomes (qualquer produção de fala, como o bater de asas de uma borboleta, desencadeia múltiplas cadeias causais). Mas apenas as cadeias que transmitem o nome abstrato são as corretas.

O braço da designação é um longo braço que liga o consumidor de <Heráclito> a Heráclito, um homem que existiu há milhares de anos. O consumidor consegue usar o braço da designação porque um produtor identificou um objeto existente e instaurou a relação de designação de um nome a ele. O consumidor supõe que de fato o braço da designação toca algo por meio de um produtor.

5. Consumidores sabem uma apresentação daquilo que designam

Conforme minha concepção, todo falante competente com o nome conhece uma apresentação da entidade nomeada. Assim, tanto produtores como consumidores conhecem uma apresentação daquilo que designam embora geralmente suas apresentações sejam distintas.

Um consumidor pode pensar em Heráclito por sua propriedade de ser

4 Peter Geach (1969) notou que nomes são transmitidos em uma cadeia histórica que leva do uso original de falantes que percebiam o designatum até o uso presente do nome. Saul Kripke (1980) propôs que essa cadeia envolve elementos causais e a intenção de designar o designatum original. Esta intenção é incorporada em meu tratamento a seguir.

a única entidade que satisfaz a propriedade de ser designada por <Heráclito>. Qualquer consumidor sabe uma apresentação do designatum de seu nome: que ele é a entidade designada pelo nome. Esta não é uma propriedade circular porque não é usada para instaurar a relação de designação, mas apenas para fazer uso da relação de designação já instaurada por outro falante.

Inicialmente, devo erradicar um mal-entendido comum. Quando um consumidor usa a condição ou propriedade de ser a entidade designada por <Heráclito> como a apresentação do designatum do nome <Heráclito>, ele não se atribui o papel de produtor. Atribuir-se o papel de produtor no uso desta propriedade é assumir que a relação de designação é instaurada por ele. Mas esta propriedade, claro, é incapaz de instaurar a relação de designação porque ela pressupõe a relação de designação já instaurada.

Assim, o consumidor não usa a propriedade ser a entidade designada por <Heráclito> por mim para apresentar o designatum de <Heráclito>. Ao invés, o consumidor usa a propriedade ser a entidade designada por <Heráclito> pela comunidade de falantes. Usar um nome como consumidor é supor que outro falante da comunidade linguística introduziu de forma apropriada a relação de designação e ela está disponível para seu uso⁵.

Imaginemos que o consumidor esqueceu-se até mesmo das circunstâncias nas quais adquiriu competência com o nome <N>. Tal consumidor sabe apenas que o designatum do nome <N> é o portador de <N>. O que o consumidor sabe não é que o que ele designa com <N> é o que ele designa com <N>. Ao usar o nome como consumidor, o falante sabe que designa com <N> o que outro falante designou com <N> ao instaurar como produtor a relação de designação.

A propriedade de ser designado por <Heráclito> não é uma apresentação circular de Heráclito. Nós usamos <Heráclito> porque outro usuário conferiu esta propriedade a Heráclito. E ele apenas conseguiu conferi-la se identificou Heráclito antes de conferir-lhe o nome <Heráclito>.

5 A circularidade de usar essa propriedade para instaurar a relação de designação foi observada por Strawson (1959) e Kripke (1980). Cf. Kent Bach (1987) para uma defesa detalhada de que os argumentos de Kripke (1980) contra o uso de propriedades que essencialmente envolvem o nome são dirigidos apenas contra uma proposta que use uma dessas propriedades para tentar instaurar a relação de designação.

Claramente, é necessário que o consumidor saiba que o nome <Heráclito>, caso designe, designa Heráclito para que possa usá-lo corretamente como consumidor. Tal apresentação não instaura a relação de designar. Ela é somente uma apresentação que depende da apresentação possuída pelo produtor que instaurou o designar.

Todos os casos em que consumidores um nome são casos em que eles sabem uma propriedade do designatum: o seu nome. É incorreto afirmar que o usuário de um nome pode ter crenças falsas sobre seu portador e ainda assim ser bem-sucedido em designar seu designatum. O consumidor competente de um nome tem uma crença verdadeira sobre o seu designatum, nomeadamente, a crença verdadeira de que a entidade é portadora do nome. Os casos em que tal crença não é verdadeira não são casos em que o nome designa algo.

Precisamos examinar o problema das crenças falsas à luz da distinção entre produtores e consumidores.

O produtor precisa ter alguma crença verdadeira sobre o objeto para torná-lo o designatum. Saber uma apresentação sua é ter uma crença verdadeira. O consumidor pode ter todas crenças falsas com exceção da crença de que o objeto é o portador do nome.

Para que um consumidor use <Heráclito> para designar Heráclito, deve haver instaurada previamente por produtores a relação de designação que leva a Heráclito. Além disso, o consumidor deve saber que <Heráclito> designa seu designatum Heráclito e ter a intenção de designar a mesma entidade designada pelos falantes de quem adquiriu o nome⁶.

A intenção de designar a mesma entidade que a comunidade lingüística designa no uso do nome é apenas a intenção de usar o braço da designação que está disponível devido à atividade de outros falantes.

Saber que o nome <Heráclito> designa Heráclito é necessário, embora não suficiente, para usá-lo para designar Heráclito. Como alguém poderia designar com o nome <Heráclito> se não soubesse que <Heráclito>, caso designe algo, designa seu designatum? Não saber isso seria ser incompetente com aquele nome e com a prática do nomear.

6 Kripke (1980) propõe a posse dessa intenção como uma condição para preservar a cadeia de transmissão do nome.

6. Não há entidades distintas com o mesmo nome

Não há entidades distintas que sejam homônimas conforme minha proposta. Um nome é uma entidade complexa que possui necessariamente seu tópicos, extensão e intensão. Porque o objeto α é distinto do objeto β eles não podem possuir o mesmo nome.

Trato quaisquer inscrições ou proferimentos de nomes que sejam qualitativamente idênticos como inscrições e proferimentos que precisam ser suplementados para revelar sua estrutura abstrata distinta. Casos em que a inscrição não revela toda a estrutura abstrata do nome devem ter a inscrição suplementada para exibir mais camadas daquela estrutura, como seus distintos designata. Eis um exemplo com duas suplementações: <João Vento- α > e <João Vento- β >.

7. Rigidez da designação

Segundo minha proposta, um nome possui necessariamente seu designatum. Um nome <N> qualquer, se nomeia um objeto α , não pode nomear um objeto distinto de α .

A rigidez modal dos nomes notada por Kripke (1980) deriva-se em minha proposta do fato de que uma palavra é uma entidade abstrata que possui necessariamente seu significado. Nomes são entidades abstratas que possuem o mesmo designatum em todo mundo possível em que ele existe⁷.

Assim <Heráclito> necessariamente tem Heráclito como designatum. Isso é o caso porque é da natureza da palavra <Heráclito> ter Heráclito como designatum.

A rigidez é uma propriedade modal da entidade abstrata, não de uma produção concreta de fala. Quando introduzimos um nome para α , inserimos na língua um item abstrato que designa rigidamente α em qualquer situação contrafactual em que α existe.

A rigidez modal não garante a permutabilidade de nomes co-designativos em contextos sentenciais regidos por operadores de atitudes propo-

7 Embora eu prefira a concepção de mundos possíveis como entidades abstratas, que possui variantes defendidas em Plantinga (1974), van Inwagen (1981), Nathan Salmon (1989), minhas observações são compatíveis com qualquer concepção de mundos possíveis. Cf. Lewis (1986), van Inwagen (1986) e Takashi Yagisawa (2010) sobre diferentes concepções de mundos possíveis.

sicionais. Não discutirei os problemas epistêmicos e semânticos envolvidos no tratamento de atribuições de atitudes proposicionais que envolvem nomes⁸.

8. Instaurar a designação de um termo geral

Termos gerais designam algo. Essa tese foi defendida por Rudolf Carnap (1958), Kaplan (1988), Hax (2006, 2009) e Salmon (2011)⁹.

Termos gerais designam condições. Condições segmentam-se em relações e propriedades. Propriedades, por sua vez, são espécies ou qualidades. O termo geral <cavalo> designa a espécie Cavalo, o termo geral <quente> designa a qualidade de ser quente¹⁰.

O tópico de um termo geral é uma condição. Sua extensão é formada pelas entidades que satisfazem a condição. Sua intensão é formada pelas condições necessárias e suficientes para algo satisfazer a condição tópico.

A instauração da designação de um termo geral pode ser feito por meio de um demonstrativo ou descrição definida. Quando é feito por meio de um demonstrativo, uma entidade concreta serve como um exemplar. Uma condição exemplificada pela entidade concreta é fixada como o designatum do termo geral. ‘Vamos chamar de “Cavalo” a espécie deste animal’ ou ‘Vamos chamar de “Abelha” a espécie que produz mel’¹¹.

Um termo geral designa o seu tópico. A combinação do termo geral com outros afixos lingüísticos resulta em um dispositivo para designar entidades de sua extensão.

Consideremos as sentenças:

- (1) Cavalo tem um porte nobre.
- (2) O cavalo derrubou a porta.

8 Para uma discussão de atribuições de atitudes proposicionais, cf. Salmon (1986) e João Branquinho (1996).

9 Carnap (1958, p.40) afirma que ‘predicados’ designam propriedades.

10 Por simplificação, ignoro o fato de que a condição de ser quente inclui uma variedade de condições mais precisas.

11 Cf. a seção 1 deste capítulo para a diferença entre expressão e palavra na instauração da designação.

O termo geral <cavalo> designa a espécie Cavalo na sentença (1). As condições de verdade de (1) não são capturáveis pela quantificação ‘todos os cavalos têm um porte nobre’. Ela é verdadeira mesmo se algum cavalo particular não tem um porte nobre¹². Em (2), o termo geral <cavalo> combina-se a um afixo linguístico para que a expressão resultante designe um cavalo particular que é parte de sua extensão.

Um termo geral que designa uma espécie eu chamo de ‘termo de espécie’. Discutirei termos gerais que são termos de espécie no capítulo 7.

9. Os quase-conceitos <eu> e <isto>

Eu distingo a palavra <eu> e a palavra <isto> dos conceitos construídos a partir de cada uma. Nesses casos, há uma divergência entre a palavra e o conceito. Proponho que <isto> e <eu> são palavras que operam como quase-conceitos. São instrumentos para construir conceitos que nossa linguagem deixa disponíveis. O conceito é formado quando o falante emprega a palavra em uso designativo.

De acordo com minha proposta de que uma palavra tem sua intensão, extensão necessariamente, <eu> em um uso para designar expressa um conceito distinto para cada falante e, assim, expressa um conceito que somente o próprio pensante pode expressar. Dessa forma, devemos exibir o tópico do conceito para revelar seu conteúdo¹³.

12 Afirmações sobre espécies não são apanháveis como afirmações sobre a maioria ou a média. Cf. o capítulo 7. No mesmo capítulo, mostro que Frege notou que o conteúdo de sentenças como (1) não pode ser capturado por uma afirmação sobre indivíduos.

13 Minha proposta nesta seção é também uma resposta às objeções feitas pelo Prof. Balthazar Barbosa Filho, em conversa comigo, à minha proposta anterior para tratar a noção de eu como um conceito que resultou em Hax (2006). As suas objeções foram duas: (1) que tal conceito não possuiria notas e (2) que não pode haver um conceito essencialmente individualizado. Marco Ruffino (2006) não considera essas duas características como problemas. Ele observa que um conceito simples possui notas (‘a nota é única, e consiste no próprio conceito’ (Ruffino 2006, p.58). O conceito expresso por ‘eu’ também não seria o único conceito essencialmente individualizado. Segundo Ruffino, o conceito de ser idêntico a Aristóteles é essencialmente individualizado: apenas Aristóteles o satisfaz. Além disso, conceitos individuais de Carnap (1947) seriam exemplos de conceitos essencialmente individualizados (Ruffino 2006, p.59). Na posição que defendo neste livro, o conceito formado em um uso do quase-conceito para designar é individualizado porque seu tópico é um objeto.

Assim, em um diálogo entre Sócrates e Platão, ambos usam a mesma palavra para construir conceitos distintos: <eu-Sócrates> e <eu-Platão>¹⁴.

Em uso do pronome pessoal para apresentar a si próprio, o falante instaura a relação de designação a si próprio e forma-se um conceito-palavra que o designa. Com respeito a esta palavra nova introduzida, cada falante torna-se um produtor. Cada falante introduz, desse modo, um conceito novo para designar a si próprio.

Um raciocínio semelhante se aplica ao conceito construído a partir do quase-conceito <isto>. A especificação de distintos tópicos para distintos usos da expressão ‘isto’ revela que há conceitos distintos envolvidos. Proponho que um proferimento da sentença ‘Isto não é isto’ em que o falante aponta para uma cadeira ao proferir a primeira instância de ‘isto’ e para uma mesa ao proferir a segunda instância de ‘isto’ seja tratado como equivalente a um proferimento de ‘Isto-cadeira não é isto-mesa’. Tal proferimento revela a distinção de conceitos ao exibir a distinção de tópicos.

Os conceitos formados a partir dos quase-conceitos <isto> e <eu> assemelham-se a conceitos que são nomes porque para tais conceitos seu tópico e extensão são a mesma entidade.

Outra similaridade entre os conceitos-palavra construídos a partir dos quase-conceitos <isto> e <eu> é que as condições incluídas em suas intensões não são explícitas e possuem elementos indexicais ou demonstrativos inelimináveis¹⁵.

A objeção de que minha proposta multiplica ilimitadamente os conceitos usados é uma consequência que eu considero tolerável à luz do sensato reconhecimento de que conceitos com tópicos e extensões distintos são conceitos distintos.

14 Frege (1918) chegou por um caminho diferente a uma conclusão próxima. Ele pensou que cada um de nós é apresentado de uma forma primitiva a si próprio. Assim, esses modos de apresentação não poderiam ser apreendidos por falantes distintos.

15 Sobre este aspecto indexical ineliminável, cf. Geach (1957), Kaplan (1977), John Perry (1979), e Ruffino (2007).

10. Descrições definidas

Nomes e termos gerais são modalmente rígidos. Assim, possuem necessariamente seus designata. Por essa razão, nomes e termos gerais diferem de descrições definidas. Descrições definidas são complexos conceituais descritivos. O tópico de um complexo conceitual é a entidade que ele descreve.

<O filósofo mais sábio> é um complexo conceitual descritivo que descreve um objeto. <A espécie de porte mais nobre> é um complexo conceitual descritivo que descreve uma espécie. Apenas alguns complexos conceituais descritivos são modalmente rígidos, nomeadamente, aqueles que especificam uma condição necessária individual da entidade que descrevem.

Capítulo V

Pensar com imagens e pensar com palavras

Aceito a intuição de que temos pelo menos dois tipos de pensamento: um pensar com palavras e um pensar com imagens¹.

Podemos pensar com imagens na praia de Pipa. Podemos pensar que andamos na praia de Pipa e visualizar mentalmente a água, a areia e a posição de nosso corpo em relação a ambas. Também podemos pensar com palavras sobre a mesma praia e dizer em discurso interior as palavras mentais ‘a praia de Pipa está ensolarada’. Podemos também pensar os dois pensamentos ao mesmo tempo: visualizar a cena em que andamos na areia de Pipa e dizer em discurso interior ‘a praia de Pipa está ensolarada’. Intuitivamente, os dois tipos de pensamento são muito diferentes. É plausível que tenhamos essas duas capacidades (ou uma capacidade geral que toma essas duas formas).

O pensar com imagens já foi identificado pelo saber comum e recebe o nome de ‘imaginar’. ‘Imaginação’ é o nome dado à capacidade de formar imagens e com elas pensar.

Chamarei ‘pensamento linguístico’ ao pensar com palavras e ‘pensamento imagético’ ao pensar com imagens.

Um pintor geralmente imagina o que vai pintar. Beethoven certamente teve pensamentos ‘vestidos’ de imagens auditivas, quando compunha sem audição suas obras musicais. A literatura científica afirma que há evidências encontradas por experimentos de que humanos ‘giram’ imagens mentais². É plausível considerar-se que girar mentalmente uma imagem é uma forma de pensar com uma imagem.

Há tipos distintos de imagens e, assim, modos distintos de imaginar. Há imagens visuais, imagens auditivas, imagens gustativas, etc. Limito-me a discutir imagens visuais.

Delinearei uma proposta da razão pela qual temos as duas formas de pensar mencionadas. Minha proposta é que cada forma de pensar permite lidar de modo distinto com informações da realidade.

De acordo com minha proposta, a imagem mental é o resultado da

1 Wayne Davis (2003) influenciou meu tratamento do pensar com imagens. Discordo, porém, de seu tratamento de imagens e palavras em termos da distinção type/token.

2 Cf. L. A. Cooper e N. Shepard (1973).

visualização mental de uma imagem que não é ela mesma mental. Visualizar mentalmente é usar uma imagem para pensar no que ela apresenta. Uma imagem apresenta seu tópico.

Proponho que imagens são abstratas e interpretadas. Imagens não são concretas. Mas não devem ser consideradas como esquemas sem interpretação. Uma imagem é uma imagem de algo.

1. Imagens e exemplificações

Existem imagens. Um dos problemas iniciais para tentar entendê-las é especificar sua correta natureza. São concretas ou abstratas?

Minha proposta é que imagens são abstratas. Uma imagem abstrata pode ser apreendida por uma ou mais mentes mas não depende delas para existir. A imagem mental, por sua vez, é o resultado de uma apreensão mental. Plausivelmente, a mente lida com uma imagem por meio de uma imagem mental.

A percepção de objetos materiais põe-nos em contato com imagens. O funcionamento saudável do sistema perceptual permite que recebamos as imagens que são, proponho, formas abstratas das configurações espaço-temporais dos objetos materiais³. São condições abstratas identificadas em objetos materiais: como a forma de uma configuração de objetos materiais (capturável em fotos, por exemplo).

A forma abstrata das configurações de objetos materiais não depende para existir dos objetos materiais. Na qualidade de uma entidade abstrata, ela pode existir sem se realizar no domínio concreto. Mas, para realizar-se, a forma abstrata depende de quais objetos existem e das regiões no espaço-tempo que ocupam.

Igualmente, tais formas não dependem de mentes. Os objetos materiais tê-las-iam mesmo se não houvesse mentes. As mentes não criam essas formas. Imaginar formas (que não estão realizadas) é imaginar realizadas formas que existem como possibilidades de realização.

Suponhamos que objetos materiais comuns (como cadeiras) sejam apenas partículas arranjadas em certas configurações espaço-temporais e

3 Cf. o capítulo 6 sobre a noção de objeto material.

causais⁴. Nesse caso, a imagem de uma cadeira é na realidade a imagem das partículas dispostas em certa configuração do espaço tempo. A luz que refletem (o arranjo é tal que tem a propriedade de refletir raios de luz) conduz informação visual sobre as partículas e sua configuração no espaço tempo. O sistema cognitivo colhe essa informação visual por meio da percepção e processa-a de tal modo que resulte em imagens mentais.

A noção de informação pressuposta por mim é inspirada em Dretske (1981)⁵. A informação é o que um sinal diz sobre sua fonte. Nossos sistemas cognitivos colhem informações pelos sentidos e registram-nas na memória. A informação está disponível no ambiente mesmo sem ser colhida pela percepção.

Adoto a tese de que cores são padrões de reflexão da luz⁶. São propriedades objetivas da realidade física. Porque cores são padrões de reflexão da luz, raios de luz conduzem informação visual sobre cores e formatos dos objetos. (O formato de um objeto material é um resultado das partículas que o compõem e das relações espaço-temporais e causais que elas possuem entre si.) Assim, conduzem informação visual sobre a forma abstrata realizada pelos objetos.

Imagens não são materiais, não são mentais, não são relações entre objetos materiais e mentes. São formas abstratas exemplificáveis (ou realizáveis) em configurações de objetos materiais no espaço tempo. As diferentes configurações de objetos materiais com seus formatos e padrões de reflexão exemplificam uma forma abstrata.

Não trato a imagem como idêntica à informação visual mas como a forma abstrata que está na origem da informação. Formas abstratas apenas podem originar informação porque são exemplificadas por configurações concretas de objetos materiais.

A informação visual informa sobre a imagem exemplificada pela configuração de objetos em apresentações e também informa sobre os próprios objetos e suas apresentações que são tópicos da imagem.

Adquirir uma imagem por informação visual é adquirir um meio de

4 Como na hipótese descrita por van Inwagen (1990).

5 Cf. meu tratamento da noção de informação em Hax (2012).

6 Uma variante dessa tese foi defendida por René Descartes. Cf. John Cottingham (1989-1990, 2008). Não devemos confundir cores com sensações de cor. Sensações de cor são mentais e, assim, subjetivas.

notar a imagem abstrata exemplificada na configuração de objetos materiais. Assim, é um modo de identificar a forma abstrata⁷. Também é uma forma de notar os objetos e condições configurados na forma abstrata.

Embora abstrata, uma imagem tem um tópico. Seu tópico é a entidade ou entidades cuja configuração a exemplifica.

Uma imagem é interpretada se e somente se tem um tópico. É importante que se reconheça que algo não interpretado não é um conceito. Classifico um mero esquema abstrato sem interpretação como uma quase-imagem.

Uma mesma forma abstrata pode ser exemplificada em diferentes momentos por entidades distintas. Assim, duas imagens distintas podem ser qualitativamente idênticas. O que as distingue são seus tópicos distintos. O que faz com que uma imagem seja interpretada?

2. Imagem e tópico

Proponho que há dois modos de uma imagem estar ligada à sua interpretação. Eles resultam de dois modos como imagens figuram seus tópicos.

O primeiro modo é aquele em que uma imagem adquire interpretação por exemplificação. Neste caso, uma imagem é uma imagem dos objetos α e β porque é a configuração abstrata dos objetos α e β em certa relação espaço-temporal. Tal imagem, embora qualitativamente idêntica a uma imagem dos objetos γ e δ , não é uma imagem de γ e δ .

O segundo modo de interpretar uma imagem é pelo ato de usá-la para figurar uma configuração de entidades. Alguém pode usar uma quase-imagem para pensar em uma entidade ou mais e assim confere uma interpretação à quase-imagem. Este segundo modo é aquele que permite que usemos imagens como metáforas e símbolos. Nesses casos, não há delimitação para a categoria ontológica do tópico.

3. Imagens são interpretadas

Assim como um conceito-palavra tem seu tópico e extensão necessariamente, uma imagem é uma imagem de algo, seu tópico.

7 Cf. o capítulo 1 sobre notar e detectar como duas formas de identificação.

Uma imagem necessariamente é interpretada. É imagem de algo. Um simples esquema de imagem não é uma imagem genuína nem um conceito. Uma forma indeterminada entre pato e coelho não é uma imagem. Assim, esquemas como pato/coelho na literatura de psicologia não são imagens. São quase-imagens.

A imagem é a combinação da quase-imagem com os tópicos que a interpretam.

4. Conceitos-palavra são digitais e conceitos-imagem são analógicos

Aceito como correta a suposição intuitiva de que pensamento linguístico e pensamento imagético diferem (entre outras características) pelos tipos de sinais usados. O pensamento linguístico opera com conceitos-palavra e o pensamento imagético opera com imagens.

Tomo de empréstimo de Fred Dretske a distinção entre sinais digitais e sinais analógicos. Os primeiros, codificam a informação de forma digital; os últimos, de forma analógica. Nas palavras de Dretske:

‘Suponhamos que uma xícara tem café nela. E queremos comunicar esse elemento de informação. Se eu simplesmente digo-lhe: “A xícara tem café”, este sinal (acústico) carrega de forma digital a informação de que a xícara tem café. Nenhuma informação mais específica é dada sobre a xícara (ou sobre o café) além de que há algum café na xícara. Não lhe é dito quanto café há na xícara, quão grande a xícara é, o quão escuro o café é, quais são a forma e a orientação da xícara, e assim por diante. Por outro lado, se eu fotografo a cena e mostro-lhe a foto, a informação de que a xícara tem café é comunicada de forma analógica. A imagem lhe diz que há algum café na xícara por dizer-lhe, aproximadamente, quanto café há na xícara, a forma, tamanho e cor da xícara, e assim por diante.’ (1981, p.137).

A distinção de Dretske oferece a pista para minha resposta sobre o papel de cada tipo de pensamento.

Conceitos-palavra são digitais. Um conceito-palavra apresenta seu tópico de maneira digital. Eles têm uma relação 1-1 com seus tópicos. São leves em carga informativa. Uma imagem apresenta seu tópico de maneira analógica. Assim, ela pode carregar informação sobre muitas condições e objetos mesmo nas situações em que é imagem de somente um objeto ou condição. Imagens têm uma carga informativa densa.

Pensar é uma forma de lidar com informações. Ao pensar, associamos, distinguimos, comparamos informações. Proponho que os dois tipos de pensamento são duas maneiras diferentes de lidar com informação. No pensamento imagético lidamos com informações de forma analógica; no pensamento linguístico, de forma digital.

Temos as duas formas porque precisamos de ambas para lidar com informações. Lidamos melhor com vários aspectos do mundo em termos de imagens. Sinais analógicos são capazes de carregar uma carga maior de detalhes da realidade. Por exemplo, precisamos pensar com imagens para escolher a combinação mais harmônica de tintas para pintar uma casa ou para escolher um percurso entre objetos materiais em movimento. Proponho que a carga informativa de imagens visuais resulta de seu detalhamento de elementos que se exibem espaço-temporalmente.

Por outro lado, a riqueza informativa de um sinal pode ser um problema. Não conseguimos formar uma imagem mental detalhada do poliedro de mil faces. A palavra <poliedro de mil faces>, por sua vez, apresenta digitalmente o poliedro de mil faces.

O pensamento linguístico vale-se de sinais digitais que são leves em carga informativa e permitem lidar com uma variedade de aspectos da realidade por meio da designação. Precisamos do pensamento linguístico quando precisamos lidar com pensamentos e argumentos de alta generalidade.

Capítulo VI

Objeto e espécie

Only [species and genera] reveal the primary substances. For if one is to say of the individual man what he is, it will be in place to give the species or the genus (though more informative to give man than animal); but to give any other thing would be out of place — for example to say ‘white’ or ‘runs’ or anything like that.

*Aristóteles**

A distinção entre condição e objeto é uma distinção fundamental. Não tentarei definir as duas noções. Considero-as básicas. Podem ser no máximo elucidadas.

É plausível que qualquer entidade seja ou uma condição ou um objeto¹. Condições são abstratas. Objetos podem ser abstratos ou concretos.

1. Objetos materiais e objetos físicos

É plausível que possam existir objetos concretos fora do espaço-tempo². Tratarei nesta seção apenas daqueles objetos concretos conectados ao espaço-tempo: objetos que ocupam o espaço-tempo e o próprio espaço-tempo.

Sob limitada inspiração de Hud Hudson (2005), considero que um objeto material é aquele que ocupa uma região do espaço-tempo. Um objeto material pode ocupar uma ou mais regiões do espaço-tempo. Acompanho Hudson (2005) ao chamar ‘puntoíde’ ao objeto material que ocupa apenas uma região do espaço-tempo.

Não adoto a tese de que objetos materiais possuem partes espaço-temporais. Em minha concepção, são objetos materiais de três dimen-

* Categorias, 3 b 17-21. Versão Inglesa de J. L. Ackrill; inclusão entre colchetes e grifos meus.

1 O discurso comum reconhece uma distinção entre objetos materiais e a matéria de que são feitos, como veremos no capítulo 7. Deveríamos aceitar essa distinção como uma distinção metafísica genuína? Embora eu tome tal distinção como redutível à distinção entre objeto e condição, não tentarei realizar essa redução aqui. A possibilidade ou não de tal redução não desempenha qualquer papel no argumento deste livro.

2 Filósofos que aceitam a existência de Deus consideram que é concreto. Ainda assim, nem todos aqueles que tratam Deus como concreto julgam que é uma entidade existente no espaço-tempo.

sões espaciais que ocupam as regiões do espaço-tempo.

O termo ‘espaço-tempo’ designa a combinação de espaço e tempo, sejam espaço e tempo uma única entidade espaçotempo ou entidades distintas. Assim, emprego o discurso sobre regiões espaciais e regiões temporais sem fechar questão sobre se essas regiões são metafisicamente mais básicas do que uma região do espaço-tempo ou se o inverso é o caso. As menores regiões temporais são momentos do tempo.

Assim, conforme a definição, os genuínos ocupantes do espaço-tempo, quaisquer que eles sejam (partículas, ondas, campos, ou outras entidades), são objetos materiais.

Por essa definição, o espaço-tempo, embora concreto, não pode ser um objeto material porque não ocupa uma região do espaço-tempo³.

Em meu uso, ‘objeto físico’ designa qualquer objeto concreto conectado ao espaço-tempo e o próprio espaço-tempo. O espaço-tempo é um objeto físico. Se nada concreto ocupa o espaço-tempo e o que tomamos como objetos materiais são apenas modificações do espaço-tempo, não há objetos materiais. Se isso é correto, há apenas o espaço-tempo e, assim, um único objeto físico. Caso não exista o espaço-tempo mas apenas objetos materiais em relações, eles são os únicos objetos físicos⁴.

2. Objetos heraclíticos, parmenídeos e aristotélicos

Existem mudanças? Nossa experiência parece ser experiência de um universo em incessante mudança. Intuitivamente, em meio ao que parece ser um fluir também parece haver invariâncias (leis, relações que se repetem) e invariantes (entidades que se preservam).

Teorias metafísicas devem responder se a mudança é genuína ou apenas aparente. Caso classifiquem-na como genuína, devem explicar como é possível. Não discuto as teorias metafísicas da mudança nem as diferentes filosofias do tempo que envolvem. Descrevo a questão do ponto de vista de uma metafísica de objetos materiais de três dimensões e das alterações que sofrem entre quaisquer dois momentos de tempo nos

3 Também regiões do espaço-tempo, embora locadas no espaço-tempo, não ocupam uma região e não são objetos materiais. Uma posição no espaço-tempo é uma relação entre um objeto material e a região do espaço-tempo que ocupa..

4 Cf. John Earman (1989) como introdução à discussão sobre se há espaço e tempo além de objetos materiais.

quais existam. As alterações sob consideração são alterações de partes ou qualidades.

Nesta seção introduzo uma classificação de objetos materiais segundo as alterações que podem sofrer. Embora faça uso de seus nomes, minha classificação é independente das teorias que Parmênides, Heráclito e Aristóteles defenderam de fato.

Classifico como um ‘objeto parmenídico’ um objeto material inalterável em partes e qualidades. Deixo em aberto a possibilidade de objetos parmenídeos híbridos que sofram alterações de partes sem alterar suas qualidades (com exceção, claro, de qualidades definidas pela posse de partes, como a qualidade de possuir esta ou aquela parte). Isso pode acontecer se os objetos que são suas partes forem permutados por outros objetos qualitativamente idênticos. Um objeto material poderia alterar suas qualidades genuínas sem alterar suas partes?

São ‘objetos aristotélicos’ aqueles que sofrem alteração de partes e qualidades e, ainda assim, preservam-se como os mesmos.

O termo ‘objeto heraclítico’ designa um objeto material no qual partes e qualidades alteram-se de forma tal que nada se preserva. Metaforicamente, tais entidades são puros jorros.

Algumas teorias propõem que nenhum objeto material pode alterar ou perder partes⁵. Uma alteração ou perda de partes seria uma destruição do objeto. Essas teorias aceitam somente objetos materiais parmenídeos como genuínos objetos materiais. Teorias capazes de aceitar a existência de objetos materiais aristotélicos são aquelas que aceitam alterações além de destruições de objetos materiais.

Caso existam objetos materiais aristotélicos, o que permite a preservação de suas identidades? Algum fator concreto ou abstrato deve ser o encarregado por essa preservação. As teorias metafísicas disputam acerca da identificação do fator correto. Neste livro, não assumo ou defendo um fator como correto. Minhas propostas sobre conceitos e palavras são independentes da resposta a essa questão.

Prótons, se existem, parecem ser objetos parmenídeos. Suas qualidades não são alteráveis. Organismos vivos, por sua vez, são objetos aristotélicos que, embora sofram alteração de partes e

5 Cf. a discussão de Chisholm (1978: Apêndice B).

qualidades, preservam uma unidade funcional que garante a preservação de sua identidade⁶.

A idéia de um objeto heraclítico é a idéia de um objeto material que sofre uma alteração de todas suas partes e qualidades de tal maneira que nem mesmo sua unidade funcional é preservada. São possíveis objetos heraclíticos? Um objeto puntóide não é um objeto heraclítico. É um objeto parmenídico temporário. Um jorro também pode ser entendido como a substituição de um objeto parmenídico por outro: um objeto parmenídico seria destruído e outro criado no momento seguinte.

Poderia haver jorros que não fossem a intermitente substituição de um objeto parmenídico por outro? De qualquer forma, sejam possíveis ou não objetos heraclíticos, não se qualificam como objetos reidentificáveis.

3. Objetos materiais reidentificáveis

Independentemente da correta teoria metafísica sobre a mudança, tratamos alguns episódios de interação perceptual como reencontros. Ou seja, supomos que não apenas encontramos perceptualmente objetos materiais como também os reencontramos. Considerar um episódio como um reencontro com um objeto material inclui considerar que se trata do mesmo objeto material.

Consideramos que identificamos objetos materiais e que também os reidentificamos. Ou seja, o mesmo objeto material que foi identificado pode tornar a ser alvo de identificação com o reconhecimento de que é o mesmo.

Reidentificações só podem acontecer se há entidades reidentificáveis⁷. No capítulo 9 apresento meu tratamento de reidentificação e defendendo que no âmbito do entendimento básico supomos que há entidades reidentificáveis. Em termos mais precisos, supomos que reidentificamos objetos materiais e espécies de objetos materiais.

Objetos materiais puntóides não podem ser reidentificados. Caso

6 Cf. a defesa por van Inwagen (1990) de que organismos são objetos materiais que preservam sua identidade em meio às alterações de partes.

7 Strawson (1959) introduziu o termo 'particular reidentificável'. Não uso a noção de identificação de Strawson (1959).

existam, dados sensoriais temporários como aqueles propostos por Russell (1912) também não são reidentificáveis.

Objetos materiais dotados de apresentações perceptuais que existem em momentos distintos de tempo qualificam-se como entidades reidentificáveis⁸. Caso objetos materiais não existam e exista somente o espaço-tempo, as atividades de reidentificação têm o espaço-tempo como seu alvo. Embora eu trate essa alternativa extrema como a garantia de que algo é reidentificável, considero que objetos materiais são as entidades reidentificáveis por excelência.

Não apresentei aqui uma prova de que há objetos materiais reidentificáveis. Se, como nas mais fantásticas ficções filosóficas, todos os objetos materiais são destruídos a cada momento e substituídos por objetos materiais inteiramente novos, não há reidentificação mas apenas a ilusão da reidentificação.

Cenários de reidentificação são cenários em que o objeto material preserva sua identidade. A atividade de reidentificar pressupõe a existência de objetos materiais capazes de preservar-se como os mesmos entre o momento do episódio de identificação e o momento do episódio de reidentificação.

Este livro não discute o tema metafísico do que faz com que um objeto material preserve-se como o mesmo em meio à alteração de partes ou qualidades. O capítulo 9 volta a esse assunto ao discutir reidentificação.

4. Espécies e natureza

Propriedades ou atributos são distinguidas na tradição filosófica entre espécies e qualidades⁹. Tomo essa distinção como intuitiva e correta.

Proponho elucidar a noção de espécie do modo seguinte. Espécies são condições que determinam a natureza de suas instâncias.

Como entender a noção de natureza? Considero esta uma noção metafisicamente básica e irreduzível a qualquer tratamento epistêmico ou semântico. Propostas de que a natureza de algo é o que cremos ou tomamos como correto sobre ela, ou o que podemos dizer sobre ela, maltratam essa noção metafísica. Qualquer tratamento da noção de natureza

8 Cf. o capítulo 2 sobre apresentações perceptuais.

9 Cf. David Wiggins (1980) e Michael Loux (1998).

que abandone noções metafísicas coloca em seu lugar um representante empobrecido e inadequado.

Podemos apenas elucidar a noção de natureza. A natureza de uma entidade é o que ela é.

Acho perfeitamente defensável a tese de que há naturezas gerais das entidades. Espécies são estas naturezas gerais. Deixo em aberto a existência de naturezas individuais. Naturezas individuais são tradicionalmente chamadas de ‘essências individuais’. O tema das essências individuais está fora dos limites deste livro.

Espécies determinam o que uma instância sua é. Uma espécie determina a natureza de algo por ser exemplificada por este algo. Assim, este uso de ‘determinar’ é analisável em termos de exemplificar. Qualidades não determinam a natureza das coisas que as instanciam, mas determinam como tais coisas são¹⁰.

Também avalio como intuitiva e não suscetível de análise a distinção entre propriedades que determinam o que algo é e propriedades que determinam como algo é. Consideremos um cavalo branco e veloz. Ao passo que o atributo Cavalo determina o que aquela entidade particular é, as qualidades ser branco e ser rápido, determinam como ela é.

Defender a tese de que qualquer entidade exemplifica propriedades que determinam o que ela é e propriedades que determinam como ela é não nos obriga a defender a tese de que há duas formas de exemplificar propriedades¹¹.

Considero que espécies foram classificadas corretamente por Aristóteles como substâncias segundas: elas são tanto sujeitos dos quais se pode predicar qualidades quanto podem ser predicadas das entidades que as instanciam¹². Sua capacidade de poder ser predicadas de suas instâncias para especificar seu modo de ser revela sua natureza de proprie-

10 Para exemplos de uso dos mesmos critérios de distinção entre espécie e qualidade, cf. Wiggins (1980) e Loux (1976, 1998).

11 Propriedades de espécie não são propriedades sortais. Exemplos de propriedades de espécie que não são propriedades sortais são as propriedades que determinam a natureza de instâncias que não são contáveis. Espécies de matéria e espécies de qualidades não são sortais. Por exemplo, a espécie Água determina o que a matéria água é. Se a matéria água é algo genuíno, trata-se de algo não-contável. (Contáveis são as espécies Litro de Água, Gota de Água, etc.) Propriedades sortais, proponho, são uma subdivisão das espécies: são as espécies de substâncias contáveis.

12 Cf. Wiggins (1980).

dades. Em conformidade com isso, trato como equivalentes a circunstância de algo possuir a propriedade ser cavalo e a circunstância de ser da espécie Cavalo. O discurso sobre espécies é uma variedade do discurso sobre propriedades.

A tese de que há espécies pode ser lida de duas maneiras. Aquele que adota a tese de que espécies são condições genuínas que em princípio não são equivalentes a qualquer condição de outra categoria ontológica têm uma concepção profunda de espécie. Aquele que trata a condição de ser de uma espécie como equivalente à condição de possuir certo feixe de qualidades possui uma concepção rasa de espécies.

Muitas teorias admitem propriedades sem guardar lugar para espécies como uma categoria genuína de propriedades. Ao assim proceder, tais teorias afastam-se de nosso entendimento básico da realidade. No capítulo 9, argumento que a noção de espécie é fundamental no âmbito das explicações do entendimento básico. No capítulo 7, apresento argumentos em favor do reconhecimento de espécies como temas de nosso discurso comum. Enunciados acerca de espécies não são parafraseáveis de modo sistemático em enunciados acerca de suas instâncias.

As razões para aceitar espécies não se limitam à esfera do entendimento básico e do discurso comum. Aceitar espécies oferece a melhor explicação do fato da estabilidade.

Para mostrar isso, examinarei cinco explicações do fato da estabilidade que conecta espécies e qualidades. Proponho que qualquer boa teoria acerca da natureza das espécies deve explicar o fato da estabilidade.

A primeira explicação faz uso da noção de espécie. A segunda explicação apresenta-se *prima facie* como uma rival que permitiria eliminar a noção de espécie em favor de partes. Contudo, mostrarei que a segunda explicação não é capaz de cumprir a eliminação prometida. A terceira explicação busca eliminar espécies em favor de qualidades. Isso, porém, não permite explicar a regular incidência unificada das qualidades.

As duas últimas explicações acomodam a distinção entre duas classes de propriedades de uma entidade: propriedades que determinam o que ela é e propriedades que determinam como ela é.

5. O fato da estabilidade entre espécies e qualidades

Percebemos não apenas objetos materiais dotados de qualidades

como também reconhecemos, no curso de repetidos encontros perceptuais, que suas qualidades variam dentro de uma esfera de possibilidades. Isso nos permite formar expectativas sobre as qualidades que manifestarão. A classificação dos objetos materiais em espécies oferece bases confiáveis para a indução.

Ao descobrir que um diamante corta vidro, usamos essa descoberta para supor que os demais diamantes cortam vidro. Isto é, formamos a expectativa de que objetos da espécie Diamante possuem a qualidade de cortar vidro. Parece plausível a suposição de que há algum fundamento real que permite essas induções bem-sucedidas.

Há uma conexão estável entre certas espécies e certas qualidades de tal forma que, dada a espécie de uma entidade, há qualidades que ela pode possuir e qualidades que ela não pode possuir. Entidades da espécie Cavalo possuem a qualidade de ser dotadas de pêlos, a qualidade de alimentar-se de vegetais. Entidades da espécie Árvore possuem a qualidade de realizar a fotossíntese, a qualidade de ter raízes. Entidades da espécie Próton possuem a qualidade de possuir carga positiva e certo spin. Uma entidade da espécie Cavalo não pode possuir a qualidade de ser feito de pedra. Uma entidade da espécie Próton não pode possuir a qualidade de possuir carga negativa.

Eis o fato que uma correta teoria sobre espécies deve explicar:

ESTABILIDADE Cada espécie correlaciona-se a certas qualidades de tal forma que dada a espécie de uma entidade há qualidades que ela pode possuir e qualidades que ela não pode possuir.

Há cinco explicações rivais para o fato da estabilidade: a tese da dependência, a tese do eliminativismo mereológico, a tese da equivalência, a tese da dependência modificada e a tese da face dupla. Discuto-as a seguir.

6. A primeira explicação: a tese da dependência

Uma das candidatas a ser a explicação do fato da estabilidade é a proposta de que há uma relação de dependência entre espécie e qualidade. Chamarei essa de ‘tese da dependência’. A tese afirma que as qualidades de uma entidade x dependem (em parte) da espécie de x . A tese tolera a operação de fatores extrínsecos na determinação das qualidades que a entidade exemplifica.

A tese da dependência diz que, dentre os atributos de uma entidade, o atributo de espécie tem prioridade porque determina a natureza mesma da entidade e, assim, condiciona a série de qualidades que ela pode e não pode exemplificar: uma entidade da espécie Cavalo pode ser branca ou alazão, pode ser rápida ou lenta, mas não pode ser alada ou vivípara. Como uma entidade é depende do que ela é. Porque espécies são condições de qualidades, elas não podem ser equivalentes a uma qualidade ou a coleções de qualidades. Assim, espécies e qualidades são concebidas como categorias ontológicas distintas e irreduzíveis entre si.

A concepção de que espécies não são equivalentes a qualidades, mas são bases de qualidades é classificada por Loux (1998) como ‘aristotélica’. Ele apresenta-a assim:

Espécies [...] não podem ser reduzidas a [qualidades]. Naturalmente, é verdadeiro que, em virtude de pertencer a uma espécie, um particular concreto possuirá muitas [qualidades]. Assim, as coisas que pertencem à espécie geranium terão uma forma característica; sua altura e peso cairão, cada uma delas, dentro de certos limites; suas folhas serão de certo tom de verde; suas flores terão certa configuração. Os aristotélicos admitirão todos esses fatos; o que eles negarão é que o pertencer de uma planta à espécie geranium possa ser reduzido ou analisado em termos de seu possuir estas [qualidades]. Do modo como eles concebem as coisas, é porque ela pertence à espécie que possui estas [qualidades] e não vice-versa. As espécies as quais particulares concretos pertencem representam modos de ser unificados que não podem ser reduzidos a qualquer coisa mais básica (Loux 1998, p.119-20)¹³.

A tese da dependência pode ser apresentada assim:

TESE DA DEPENDÊNCIA: As qualidades que uma entidade pode e não pode exemplificar são delimitadas pela sua espécie.

A tese afirma que há uma esfera de variação possível das qualidades que é circunscrita pela espécie. Assim, as propriedades de uma entidade não estão em pé de igualdade. As propriedades de espécie são modalmente prioritárias. Segundo a tese da dependência a pergunta: ‘Por que a porção de matéria m é dotada das qualidades de ser brilhante, flexível, solúvel em ácido clorídrico, etc?’ deve ser respondida com a menção de sua espécie: ‘Porque m é da espécie Ouro’. Nessa explicação, a circunstância de ser da espécie Ouro é uma circunstância básica. É a circunstân-

13 Permutei a expressão ‘propriedade’ que consta no texto de Loux por ‘qualidade’ porque é de qualidades na acepção que uso que ele fala.

cia de exemplificar uma propriedade de espécie.

A tese da dependência apanha a estimativa que o entendimento básico possui das relações entre espécies e qualidades. No âmbito do entendimento básico, explicamos as qualidades de uma coisa ou seu comportamento ao mencionar sua espécie. Isso conta a favor da tese de que o entendimento básico incorpora uma concepção profunda de espécies. Não apresento isso como uma razão em favor da correção da concepção profunda.

7. A segunda explicação: o eliminativismo mereológico de espécies

A posição que apresento nesta seção, embora eu não a tenha encontrado de forma explícita na literatura, opera de forma implícita na abordagem de espécies reconhecidas no discurso comum. Eu designo esta posição com a alcunha de ‘eliminativismo mereológico de espécies’ ou, por simplificação, ‘eliminativismo mereológico’.

O eliminativismo mereológico de espécies ajusta-se bem a concepções mereológicas de objetos materiais, embora não seja uma decorrência lógica delas. Concepções mereológicas tentam explicar as condições que um objeto material satisfaz em termos das condições que suas partes satisfazem. Explicações de qualidades de um objeto material em termos de suas partes poderiam dispensar o compromisso com espécies?

Essa posição consiste na seguinte tese:

ELIMINATIVISMO MEREOLÓGICO: As qualidades de um objeto material dependem dos objetos materiais que o compõem e das relações espaço-temporais e causais que estes possuem entre si.

Assim, o eliminativismo mereológico busca explicar como um objeto material é em termos da especificação de suas partes e das relações espaço-temporais e causais que estas possuem.

Exponho a seguir os raciocínios que conduzem ao eliminativismo mereológico. Eles deixam algo essencial fora do quadro. A próxima seção examina o fator excluído.

Devemos dizer que uma porção de ouro tem as qualidades de ser brilhante, flexível, etc, porque instancia a espécie Ouro ou porque é composta de átomos com núcleos de 79 prótons? Se o arranjo apropriado de átomos de 79 prótons resulta em ouro, não parece haver

qualquer alternativa séria além de aceitar que ser ouro é ser composto por átomos de 79 prótons.

Casos de objetos materiais cujas qualidades Q e R são o resultado da composição de suas partes parecem ser casos em que suas espécies são irrelevantes na explicação da posse das qualidades Q e R.

Se as qualidades (e comportamentos) característicos dos objetos materiais que classificamos em certa espécie se devem às suas partes e à estrutura que formam entre si não parece haver nenhuma alternativa séria a não ser supor que suas espécies são definíveis em termos daqueles arranjos de partes. Assim, a adoção do eliminativismo mereológico parece conduzir à adoção de uma tese acerca da definição de espécies:

DE: Sempre que as qualidades de objetos materiais que classificamos em certa espécie são o resultado exclusivamente de suas partes e das relações espaço-temporais e causais que estas possuem entre si (em interação com fatores extrínsecos), podemos definir as espécies daqueles objetos materiais em termos de suas partes e configurações espaço-temporais e causais.

Essa estratégia, claro, também eliminaria qualidades ao tomá-las como definíveis em termos de arranjos de entidades.

O que os raciocínios acima deixam de fora é o reconhecimento de que as partes que compõem o objeto são também elas objetos materiais pertencentes a espécies.

8. O fracasso do eliminativismo mereológico de espécies

Tomemos uma porção de água chamada de ‘m’ e apliquemo-lhe o argumento do eliminativismo mereológico. A matéria dessa poça é da espécie Água. Mas a região de espaço-tempo ocupada por m revela-se como ocupada por átomos de hidrogênio e de oxigênio. Toda vez que átomos de hidrogênio e oxigênio combinam-se da forma apropriada naquela região do espaço-tempo, o resultado é uma porção de água em tal região. Dessa forma, prossegue o raciocínio, a espécie Água foi eliminada. Simplesmente nada há dessa espécie.

A imediata objeção ao eliminativismo mereológico consiste em mostrar que espécies reaparecem finda a eliminação da espécie Água. Segundo a objeção, a eliminação teria mostrado que naquela região do espaço-tempo não existe uma entidade da espécie Água mas apenas enti-

dades das espécies Hidrogênio e Oxigênio. Assim, o eliminativismo mereológico eliminou só a espécie do objeto material composto mas não as espécies de suas partes. A espécie e qualidades de m foram reduzidos a certo arranjo de entidades das espécies Hidrogênio e Oxigênio. O projeto de eliminar espécies, a objeção conclui, não deu certo.

9. É necessário que haja espécies

Meu objetivo nesta seção é mostrar que a noção de espécie não pode ser eliminada pelo eliminativismo mereológico. O argumento serve como uma defesa de que espécies são entidades necessárias. Embora o argumento seja dirigido em favor de espécies de objetos materiais, creio que podemos formulá-lo *mutatis mutandis* para defender que qualquer entidade, concreta ou abstrata, é de uma espécie.

Jaegwon Kim (1993) observa que a concepção contemporânea do universo é de algo estratificado em níveis ou camadas¹⁴. A adoção de concepções mereológicas pode combinar-se com a tese de que o universo dispõe-se em uma ontologia de níveis. Avaliemos se ontologias de níveis são capazes de evitar espécies.

Chamemos ‘simples’ ao objeto material que não tem partes. Meu argumento não supõe a existência ou inexistência de objetos materiais simples.

Algumas teorias supõem que se não há objetos simples — se para cada objeto material há outro objeto material que é sua parte — há uma hierarquia infinita de camadas que correspondem a cada etapa de decomposição do objeto material.

Pois bem, existam ou não objetos materiais simples e camadas finais, espécies não podem ser eliminadas pelo eliminativismo mereológico.

Se houver uma etapa de decomposição final, os objetos materiais simples, sejam eles quais forem (partículas, ondas, campos, etc), serão de alguma espécie. Sua espécie, uma vez que não existe um nível de decomposição mais básico, é fundamental também. Podemos dizer que

14 Kim (1993) pensa nessa ‘concepção do mundo em camadas’ como a concepção do universo como estruturado pela relação mereológica de ser parte de (1993, p.337). Tal concepção, segundo Kim, tomou o lugar da concepção cartesiana dualista da realidade. Para argumentos contra a concepção de que a realidade estratifica-se em níveis, cf. John Heil (2003).

eles teriam naturezas básicas¹⁵.

Mesmo que exista uma hierarquia infinita de camadas nas quais o universo se estratifica, isso não ameaçaria a realidade das espécies. Hierarquias de camadas exibiriam hierarquias de espécies. Para limitar-me a um exemplo, Brian Ellis (2001) afirma que o nosso universo possui hierarquias de espécies, embora mantenha-se silente sobre a possibilidade de haver hierarquias infinitas¹⁶.

Para qualquer nível de decomposição da realidade física que examinemos, encontramos objetos materiais que são de alguma espécie e possuem certas qualidades. Talvez a física do século L não aceite a existência de qualquer coisa classificável como próton. Todavia, se prótons existem, um próton exemplifica a qualidade possuir carga positiva e é da espécie Próton.

10. As três explicações restantes do fato da estabilidade

Como vimos, tanto a existência quanto a inexistência de objetos materiais simples são compatíveis com a realidade das espécies dos objetos materiais. Há três explicações restantes para o fato da estabilidade. A terceira explicação adota uma concepção rasa de espécie. A quarta e quinta adotam concepções profundas.

Um bom cenário para avaliar a distinção entre as explicações restantes é aquele que inclui apenas um objeto material simples no universo. Esse cenário presta-se bem porque é uma situação em que não se pode invocar as partes do objeto material para explicar suas qualidades nem as interações com outros objetos materiais porque eles não existem.

Seja α um objeto material simples com sua espécie e qualidades. Como devemos avaliar a relação entre a espécie e as qualidades de α ?

A terceira explicação é a tese de que há uma equivalência entre ser da espécie e possuir as qualidades¹⁷. Ela propõe que a circunstância de α

15 Descobertas empíricas podem revelar que um objeto material não é simples mas não podem revelar que ele é simples. O que poderia ser uma prova de que certos objetos materiais são simples? Só podemos dizer que até o momento presente os experimentos não revelaram que certos objetos materiais são compostos.

16 Ellis (2001) defende que partículas possuem ‘espécies fixas’ e qualquer instância dessas espécies é qualitativamente idêntica a outra. Cada próton, sem exceção, possui carga positiva.

17+Ignoro o caso de qualidades acidentais que não passem no critério da

ser da espécie Φ nada mais é do que a circunstância de α possuir as qualidades Q e R . De certa forma, a terceira dissolve o fato da estabilidade porque elimina um dos relata que o constitui, a espécie. Assim como a segunda explicação elimina espécies em favor de partes, a terceira explicação elimina espécies em favor de qualidades.

Meu argumento contra a terceira explicação é que ela não é capaz de explicar a unificação das qualidades atribuídas a uma espécie. Por que são tais qualidades exemplificadas conjuntamente de modo regular? É simplesmente um fato bruto e inexplicável que elas constituam feixes de incidência regular?

A quarta explicação é a tese da dependência modificada. Ela afirma que as qualidades do objeto α dependem da espécie de α porque são delimitadas modalmente por ela. A espécie de α tem o papel metafísico de determinar as qualidades de α . Esta é uma forma de determinação não-causal.

A quinta explicação, finalmente, é a tese da dupla face. Ela reduz qualidades à espécie. Só há a espécie. Qualidades nada são além do modo como a espécie é detectada ou notada por nós ou nossos métodos de detecção.

Uma vez que este não é um livro de metafísica, deixarei o desempate entre as duas explicações finais para outra oportunidade. Ambas adotam uma concepção profunda de espécie e têm a virtude da concordância com o entendimento básico.

Capítulo VII

Espécies de objeto e espécies de matéria

Um termo de espécie é um termo geral cujo designatum é uma espécie¹. Defendo a tese de que termos gerais designam condições e termos de espécie designam aquelas condições que são espécies. Espécies são condições cuja exemplificação determina a natureza de seus exemplares. Discuti espécies no capítulo 6.

A distinção ontológica entre objeto material e matéria é respeitada em nosso pensamento sobre a realidade e se reflete em nosso discurso comum. Distinguimos igualmente as espécies de objetos materiais e as espécies de matéria. Em conformidade com isso, nossa linguagem possui termos de espécie de objeto material e termos de espécie de matéria.

Este capítulo versa sobre a irredutibilidade de sentenças sobre espécies de objetos a sentenças sobre objetos. Essa irredutibilidade é um caso particular da irredutibilidade das sentenças sobre espécies a sentenças sobre as coisas que exemplificam aquelas. Sentenças sobre uma espécie não são equivalentes a sentenças sobre exemplificações da espécie.

Neste capítulo, as ocorrências de ‘objeto’ designam objeto material.

1. Três papéis para termos de espécie

Nomes designam objetos. Termos de espécie designam espécies. Em contraste com os nomes, os termos de espécie também podem ser usados de duas maneiras suplementares: para designar entidades que exemplificam a espécie que é seu designatum e para predicar de algo uma espécie.

Em termos um pouco mais precisos, o termo de espécie tem uma condição como tópico e é usado em sentenças para realizar três funções: (1) para designar a condição tópico, (2) para designar entidades que satisfazem a condição tópico e (3) para predicar a condição tópico.

Espécies podem ser predicadas de outras entidades e, ao mesmo tempo, são sujeitos de predicação de qualidades. Desse modo, em um vocabulário da tradição, podem ser chamadas de substâncias segundas. Espécies são sujeitos de predicação, são uma base que preserva qualidades e são predicáveis das entidades que as exemplificam. Procurei ressaltar

1 A tese de que termos de espécie designam espécies é proposta em Kaplan (1988), Hax (2006, 2009) e Salmon (2011).

este caráter de substância segunda que as espécies têm ao chamá-las de propriedades fundamentais. Objetos são substâncias primeiras que podem ser apenas sujeitos de predicação, enquanto eles mesmos não podem ser predicados de outras coisas².

Aqui poder-se-ia suscitar uma objeção infundada, nomeadamente, que se termos de espécie designam espécies, não podemos utilizá-los para predicar. Cabe evitar uma possível confusão: mesmo quando utilizados para predicar, termos de espécie não são predicados gramaticais. Eles ocorrem como partes de predicados gramaticais³.

2. Designar e predicar com termos de espécie

Quando um termo de espécie de objeto 'F' ocorre como sujeito gramatical da sentença, ele pode ou não estar associado a um artigo definido como em 'o F'. Na maioria das linguagens ocidentais, termos de espécie de objeto associam-se ao artigo definido como nos meus exemplos⁴.

Usamos um termo de espécie para designar a espécie e para designar objetos da espécie. Podemos tanto designar a espécie Φ quanto predicar de certa coisa que ela é um Φ . Assim, podemos designar a espécie Cavalo dizendo: 'O cavalo é um animal de boa memória'. E podemos predicar a espécie Cavalo de algo: 'Este animal é um cavalo'.

Termos de espécie de objeto (i) são conceitos cujo tópico é uma espécie e (ii) possuem uma extensão (nomeadamente, as entidades cuja natureza é determinada pela espécie que é tópico do conceito).

Esses conceitos de objeto são usados para designar e para predicar. O conceito-palavra que é o termo de espécie de objeto ocorre como parte do predicado gramatical para sinalizar a predicação da espécie que é seu tópico.

Como veremos nas seções finais deste capítulo, as mesmas considerações feitas acima aplicam-se *mutatis mutandis* aos termos de espécie de matéria. Fazemos predicações com termos de matéria tanto acerca de objetos, quanto acerca de porções de matéria. A natureza ontológica di-

2 Cf. Loux (1998) sobre a distinção entre substância primeira e substância segunda.

3 Cf. Salmon (2011).

4 Línguas como Japonês e Bengali não utilizam artigos definidos afixados a termos de espécie.

versa dessas predicacões é sinalizada gramaticalmente na língua portuguesa pela utilização da cópula verbal acompanhada da partícula ‘de’.

3. Designar espécies

Espécies determinam a natureza das entidades que as exemplificam. É isso o que torna possível que o termo de espécie possa ser utilizado de modo literal tanto para falar das entidades que têm aquele tipo de natureza quanto para falar do próprio tipo de natureza. Assim, um termo de espécie é utilizado literalmente tanto para designar a espécie que é seu tópico como para designar um exemplar daquela espécie.

A duplicidade em questão ilustra-se nas sentenças seguintes:

(1) O cavalo é forte.

(2) O cavalo derrubou a porta.

Em (1), a expressão ‘o cavalo’ é empregada para designar a espécie Cavalo da qual a sentença diz que é forte; em (2), a mesma expressão linguística é empregada para designar um objeto material, um cavalo particular, do qual a sentença diz que derrubou a porta. A sentença (2) necessita da suplementação de um contexto ou de uma expressão que especifique um conceito individual, pois, tal como está, não especifica aquilo que é designado. Na utilização para designar um objeto, o termo de espécie ‘cavalo’ pode operar combinado ao artigo definido como uma descrição incompleta (quando seu designatum é determinado em cooperação com o contexto) ou pode ser suplementado por outras expressões singularizadoras dando lugar a uma descrição definida como ‘o cavalo que ganhou o Freio de Ouro de 2005’ (que determina seu designatum autonomamente). Com a sentença (1), por sua vez, não há nenhuma necessidade do contexto ou de um conceito adicional para determinar de que se fala. Na sentença (1), o termo de espécie ‘cavalo’ opera para designar a espécie Cavalo.

Uma sentença na qual o termo de espécie designa a espécie que é seu tópico diz algo que não é capturado integralmente em sentenças sobre exemplares da espécie. O que a sentença (1) diz não pode ser apanhado pela sentença seguinte:

(3) Todo cavalo é forte.

Isso acontece porque (1) pode ser verdadeira mesmo que haja algum exemplar da espécie Cavalo que não é forte. Quando alguém afirma: ‘O

cavalo é forte’, não fala de um cavalo particular ou da coleção de todos os cavalos particulares, mas da espécie Cavalo. Dessa forma, se um certo cavalo particular não é forte, isso não abala a verdade de (1), ainda que torne falsa a sentença (3) ⁵. Pela mesma razão, a afirmação ‘O leão é quadrúpede’ não é equivalente a ‘Se algo é leão, então é quadrúpede’: é possível que haja algum leão que, devido a determinadas circunstâncias de sua biografia, não seja quadrúpede. Em alguns casos, o que afirmamos de uma espécie pode ser correto mesmo que a qualidade que dela predicamos não seja satisfeita por cada exemplar da espécie.

Seguirei o procedimento comum de tratar as sentenças da forma ‘Todo F é G’ como equivalentes a sentenças da forma ‘Se algo é F, então é G’.

Alguém poderia objetar que o enunciado (1) fala da maioria, mas não de todos os exemplares da espécie. Então, de acordo com essa proposta, deveríamos utilizar o quantificador ‘a maioria’, substituindo, na paráfrase de (1), ‘o cavalo’ pela expressão ‘a maioria dos cavalos’. Contudo, isso não provê um método sistemático de tratar termos de espécie porque há outras utilizações desses termos em sentenças que não apenas não falam de todos os membros da espécie como também não falam da maioria dos seus exemplares:

(4) O Eucalipto chegou ao Brasil na primeira década do século XX.

Esta sentença não é parafraseável como ‘Se algo é eucalipto, então chegou ao Brasil na primeira década do século XX’. Ao mesmo tempo, também não é uma sentença sobre a maioria dos exemplares da espécie: basta um eucalipto particular haver chegado ao Brasil na primeira década do século XX para que ela seja verdadeira. A verdade da sentença é assegurada se ao menos um membro da espécie satisfaz o predicado.

Um outro fenômeno tão surpreendente quanto a tolerância à existência de exceções de exemplares da espécie nas afirmações acerca de espécies — quando, em uma afirmação verdadeira, predicamos da espécie uma qualidade que não é possuída por cada exemplar seu — é o de certos casos em que a qualidade é possuída pela imensa maioria dos

5 Não podemos derivar enunciados com a construção gramatical ‘todo cavalo’ e ‘qualquer cavalo’ de enunciados com a construção ‘o cavalo’, mas a derivação inversa é válida. Se ‘Todo cavalo é forte’ é verdadeira, então (1) também é verdadeira. Isso é notado por Michael B. Kac (1997, p.686).

exemplares, mas não pode ser predicada corretamente da espécie. Eis exemplos:

(5) O crocodilo morre antes de ter duas semanas de vida.

(6) A abelha é estéril.

(7) O humano tem mais de três anos de idade⁶.

Nas sentenças (5), (6) e (7), seria correto utilizar a construção ‘a maioria dos F’, mas não a expressão ‘o F’. Uma lição a ser extraída é que algumas das predicções que faríamos acerca da maioria dos exemplares de uma espécie, nós não faríamos acerca da espécie.

Se quisermos parafrasear as sentenças acerca de espécies em quantificações que tomam objetos como valores das variáveis, não teremos um procedimento aplicável para todos os casos. Algumas sentenças sobre espécies — tais como ‘O cavalo é um mamífero’ — podem ser parafraseadas em quantificações universais sobre objetos materiais. Outras sentenças, como (4), podem ser parafraseadas unicamente por quantificações existenciais sobre objetos materiais. Outras, ainda, como (1), somente seriam parafraseáveis por sentenças com o quantificador ‘a maioria’. Não há um procedimento sistemático para parafrasear todos os casos de sentenças acerca de espécies em um único tipo de quantificação sobre objetos. Diante disso, aquele que procura eliminar toda a menção a espécies em favor da menção a objetos, pode propor que as sentenças da linguagem comum que falam de espécies são um fenômeno complexo que só pode ser entendido como sentenças que veladamente apelam a vários tipos de quantificadores. Porém, há casos em que a paráfrase quantificacional não pode tomar objetos como valores:

(8) O elefante está em extinção.

Não é o caso que a sentença (8) seja verdadeira se pelo menos um elefante individual está em extinção. O predicado ‘está em extinção’ não pode ser satisfeito em uso literal por objetos materiais. A sentença (8) também não pode ser parafraseada por ‘Se algo é elefante, então não deixará descendentes’⁷. Ao mesmo tempo, a sentença ‘Existe algum elefante que não deixará descendentes’ diz menos do que (8), pois seria

6 Os exemplos são de A. Cohen (2004, p.530).

7 ‘O elefante está em extinção’ pode ser parafraseada por ‘Todos elefantes estão em extinção’ se estamos falando de espécies nessa utilização, nomeadamente, da espécie Elefante Africano e da espécie Elefante Indiano. Esta observação deve-se a J. D. McCawley (1993, p.265).

verdadeira mesmo em circunstâncias em que a espécie Elefante não está em extinção. Podemos parafrasear (8) unicamente por uma sentença que quantifique sobre *espécies*⁸. Mais do que isso, todas as afirmações da linguagem comum que podem falar acerca de espécies podem ser parafraseadas em quantificações que tomam espécies como valores.

4. Frege e nomes de espécie

Sentenças acerca de certa espécie não são equivalentes a sentenças acerca de cada exemplar daquela espécie. Há casos em que podemos predicar corretamente certa qualidade de uma dada espécie mesmo com a existência de exemplares da espécie aos quais a qualidade não se aplica. Frege teve consciência de um fenômeno similar a esse com respeito à utilização de substantivos no plural. Em um trecho de uma versão de ‘Über Begriff und Gegenstand’ de publicação póstuma, Frege observa que

na sentença ‘Os romanos conquistaram a Gália’, a expressão ‘os romanos’ deve ser considerada como um nome próprio *pois aqui não estamos dizendo de cada romano que ele conquistou a Gália*; estamos falando do povo romano, que deve ser considerado logicamente como um objeto (Gegenstand)⁹.

Assim, Frege supõe que, em casos como o mencionado, os substantivos plurais devem ser tratados como nomes (de acordo com sua doutrina dos nomes como expressões que designam Gegenstände). Em carta a Russell de 28 de julho de 1902, ele reapresenta o ponto:

Podemos distinguir os casos seguintes:

1. ‘Sócrates e Platão são filósofos’. Aqui temos dois pensamentos: *Sócrates é um filósofo e Platão é um filósofo*, que são postos juntos linguisticamente apenas por conveniência. Logicamente, *Sócrates e Platão* não deve ser concebido como o sujeito do qual ser um filósofo é predicado.

8 M. P. Wolf (2002) evoca o testemunho de Mark Lance para dizer que esse exemplo foi utilizado originalmente, mas não publicado, por Joe Camp contra a estratégia de parásentença de Wilfrid Sellars (Wolf 2002, p.99). O exemplo literal de Wolf (2002, p.82) é ‘O leão (*Panthera leo*) está desaparecendo da planície do Serengeti’.

9 Frege, 1979, p.95. Itálicos meus.

2. ‘Bunsen e Kirchoff estabeleceram os fundamentos da análise espectral’. Aqui devemos considerar *Bunsen* e *Kirchoff* como um todo. “Os romanos conquistaram a Gália” deve ser concebida do mesmo modo. Os romanos são aqui o povo romano, unido por costumes, instituições e leis. Uma armada é, nesse sentido, um todo ou sistema¹⁰.

Como Alex Oliver (1996) nota, as passagens citadas, entre outras da obra de Frege, oferecem contra-exemplos contra a atribuição a Frege da tese de que a análise de uma sentença que contenha um substantivo plural sempre deve mostrar que essa expressão funciona predicativamente¹¹.

Nas duas passagens citadas acima, Frege apresenta a inequivalência entre uma sentença sobre um todo e uma sentença sobre os componentes que integram esse todo como a razão para tratar substantivos plurais como nomes. É de esperar-se, por conseguinte, que Frege — diante do mesmo fenômeno de que sentenças acerca de espécies são compatíveis com a existência de exceções de casos individuais em satisfazer uma condição satisfeita pela espécie — também trate termos de espécie como nomes. De fato, em ‘Über die Wissenschaftlichen Berechtigung einen Begriffsschrift’ (1882), texto de data anterior aos já mencionados, Frege afirma que ‘o cavalo’ é um nome que pode ser utilizado para designar, em algumas sentenças, um *indivíduo* e, em outras, uma *espécie*:

‘O Cavalo’ pode designar [*bezeichnen*] um ser individual [*Einzelwesen*] e também designar a espécie como na sentença: ‘O cavalo é um animal herbívoro’¹².

Nesse caso, em conformidade com a sua concepção de nomes, ele trata espécies como *Gegenstände*.

5. A Relação entre espécie e qualidade

Considero que o fato de que algumas sentenças sobre espécies não são parafraseáveis em termos de sentenças sobre a maioria dos exemplares da espécie revela algo sobre o modo como compreendemos a natureza da conexão entre a espécie de que falamos e a qualidade predicada. Parafrasear a utilização de um termo de espécie ‘o F’ em termos da utilização de ‘a maioria dos F’ maltrataria a noção de espécie como se fosse algo basicamente redutível a uma noção estatística. Com

¹⁰ Frege, 1980, p.140.

¹¹ Oliver, 1996, p.74-82.

¹² Frege, 1994, p.92.

esse procedimento, perder-se-ia um traço fundamental de muitas sentenças sobre espécies: a predicação de uma característica tomada como essencial à espécie, tal que, se não houver uma circunstância que tolha sua manifestação, será seguramente uma característica exibida pelos exemplares da espécie. Dessa forma, parafrasear uma sentença sobre certa espécie em termos de uma sentença sobre a maioria dos exemplares da espécie é apresentar a sentença original como um relato de frequência estatística. A adoção dessa paráfrase faz parecer como casuais conexões entre espécie e qualidade que não consideramos realmente como casuais. Isso explica porque não aceitamos tais paráfrases.

Tornemos a considerar as sentenças:

(5) O crocodilo morre antes de duas semanas.

(6) A abelha é estéril.

(7) O humano tem mais de três anos de idade.

Creio que o problema central dessas sentenças reside no fato de que a qualidade predicada, malgrado ser possuída pela maioria dos exemplares da espécie, tem uma relação meramente contingente com a sua espécie¹³.

13 Isso pode ficar claro no experimento de pensamento no qual uma qualidade é exemplificada *por todos os exemplares da espécie* e, contudo, *não* pode ser corretamente predicada *da espécie*. Imaginemos que em nosso universo acontecesse de todas as esferas serem vermelhas. Nesse caso, seria correto afirmar

(1) Todas as esferas são vermelhas.

O problema é que a relação entre a condição Esfera e a condição Vermelho é contingente. Não é necessário que uma entidade que exemplifique uma dessas condições também exemplifique a outra. Imaginemos uma afirmação sobre a condição Esfera:

(2) A esfera é vermelha.

Essa afirmação não é correta mesmo que todas as esferas materiais sejam de fato vermelhas. Ela é uma afirmação sobre a espécie Esfera. Não é uma afirmação sobre a maioria e nem sobre a totalidade das instâncias de Esfera. Na situação imaginada, a sentença (1) seria verdadeira porque diz que todas as esferas são vermelhas. Mas, mesmo nessa situação, a sentença (2) seria falsa porque não é essencial ao que é um exemplar da espécie Esfera a qualidade ser vermelha. Suponho mesmo que se (1) fosse verdadeira em nosso universo, ainda assim não aceitaríamos como verdadeira a seguinte sentença

(3) Se algo é esfera, então é vermelho.

6. Uma proposta

Termos de espécie de objeto (i) expressam conceitos de espécie, (ii) referem-se a uma espécie e (iii) possuem uma extensão (nomeadamente, a extensão do conceito que expressam). O conceito de uma espécie Φ é um modo de pensar na espécie Φ , a espécie Φ é o modo de ser que investigamos no uso do conceito e a extensão são os objetos cuja natureza é determinada por esta espécie. Um termo de espécie de objeto pode ocorrer como parte do predicado gramatical para sinalizar a predicação da espécie que é seu tópico.

7. A Duplicidade Referencial de Termos de Espécie de Matéria

Tentarei mostrar que no âmbito da linguagem comum a distinção entre objeto material e matéria é assumida. Considero que essa distinção da linguagem comum deve-se a uma distinção ontológica reconhecida pelo entendimento básico. O capítulo 8 trata do entendimento básico.

O tratamento que apresentei na seção anterior para termos de espécie de objetos se aplica, *mutatis mutandis*, a termos de espécie de matéria. Estes últimos expressam conceitos que são usados para identificar espécies de matéria e para identificar os materiais destas espécies. Termos de espécie de matéria como ‘água’ e ‘ouro’ exibem a mesma duplicidade de utilização dos termos de espécie de objeto: designam tanto uma espécie quanto o que exemplifica a espécie. Essas utilizações são literais. Consideremos essa duplicidade exibida nos dois pares de sentenças:

- (A) O ouro é um metal.
- (B) A água é um líquido.
- (C) A água está salgada.
- (D) A água está fria.

Em (A)-(B), cada termo de espécie de matéria designa a espécie de matéria que é seu tópico. Assim, os termos de espécie de matéria designam, respectivamente, as espécies de matéria Ouro e Água. Em (C)-(D), os termos de espécie de matéria designam certas porções de matéria.

A instauração da relação de designação para termos de espécie de matéria procede, proponho, da forma seguinte. Supomos que um ou mais objetos materiais são constituídos de certa matéria e introduzimos um termo de espécie para designar aquela espécie de matéria. Tal

espécie de matéria, se há alguma, é uma condição satisfeita pelas porções de matéria que estão naqueles objetos materiais: é a condição que determina a natureza daquelas porções de matéria. Se a instauração da designação é bem-sucedida, o termo de espécie de matéria pode ser usado posteriormente para identificar aquela espécie e para predicá-la de algo.

Há uma falibilidade nesse procedimento. Caso não exista matéria na realidade, tais procedimentos de designação da linguagem comum devem receber, eu sugiro, um tratamento filosófico que explique como as afirmações naquele âmbito podem ser corretas e funcionar para propósitos práticos mesmo que a distinção entre objeto material e matéria não se aplique¹⁴.

8. Dois modos de predicar com termos de espécie de matéria

“Uma caixa não é madeira, mas de madeira”.

*Aristóteles**

Jean van Heijenoort (1973) observa que na língua inglesa os termos de matéria são substantivos que em suas ocorrências predicativas têm a peculiaridade de não se fazer acompanhar de um artigo indefinido como se dá com os demais substantivos. Heijenoort chama a atenção para o fato de que há construções gramaticais específicas que acompanham as ocorrências dos termos de matéria após a cópula em línguas como o francês (*‘en’*) e o espanhol (*‘de’*)¹⁵. O mesmo ocorre na língua portuguesa. Nessa língua, um termo de espécie de objeto, quando ocorre predicativamente, se faz acompanhar de um artigo indefinido. No caso de uma predicação com um termo de espécie de matéria, temos duas possibilidades: quando predicamos a espécie de matéria *de um objeto material* α dizemos que ‘ α é de Φ ’; quando predicamos a espécie de matéria *de uma porção de matéria* m , dizemos que ‘ m é Φ ’.

Minha proposta é que termos de espécie de matéria têm duas maneiras de ocorrer predicativamente. Os dois modos de ocorrer divergem

14 Penso que a conciliação pode possuir a forma das propostas que van Inwagen (1990, p.98-107) e Trenton Merricks (2003, p.162-89) fazem para conciliar suas teorias metafísicas parcialmente eliminativistas com as crenças expressas no âmbito da linguagem comum.

* Metafísica, 1049a19—b1.

15 Van Heijenoort, 1973, p.28.

unicamente com respeito ao elemento de que são predicados. Podemos predicar o termo de espécie de matéria de um objeto (para dizer *de que matéria é feito*) ou de uma porção de matéria (para dizer *o que é essa matéria*). As línguas latinas mencionadas preservam em sua estrutura gramatical partículas linguísticas que assinalam essa alteração do funcionamento predicativo. Por exemplo, utilizamos ‘é ouro’ na língua portuguesa para predicar de uma porção de matéria a sua espécie:

(1) Este metal é ouro.

E utilizamos a construção ‘*é de ouro*’ para predicar de um objeto material a espécie de material de que é constituído:

(2) Este anel é de ouro.

Com efeito, ‘Este anel é ouro’ e ‘Essa estátua é mármore’ não são sentenças gramaticalmente corretas no português. Empregamos, ao invés, ‘Este anel é de ouro’ e ‘Esta estátua é de mármore’.

Vou classificar a segunda forma de predicação — com a partícula ‘de’ — como *predicação de constituição*. Foi David Wiggins quem introduziu a noção do ‘é’ de constituição para apanhar a utilização especial da cópula verbal no inglês para predicar aquilo de que algo é constituído. Wiggins classifica o ‘*is*’ empregado na predicação ‘*This puddle is water*’ como um ‘“*is*” of constitution’¹⁶.

Creio que podemos entender o ‘é’ de constituição como uma forma abreviada derivada de formas linguísticas ancestrais em que se empregava ‘é feito de’ ou seu equivalente em outras linguagens. Assim, teríamos no inglês ‘*This ring is gold*’ como a abreviação de ‘*This ring is [made off] gold*’ e no português ‘Este anel é de ouro’ como a abreviação de ‘Este anel é [feito] de ouro’.

A espécie de matéria é *o que é* a matéria (de um objeto). Mas, se partirmos da consideração do objeto material, a espécie de matéria é aquilo *de que* o objeto é feito. A espécie de matéria é *o que* (quanto à matéria) algo é e de que (quanto ao objeto) algo é constituído¹⁷.

16 Wiggins, 1980, p.30, p.33).

17 Cf. Hax (2014) sobre a distinção entre as relações de constituição e composição.

Capítulo VIII

Entendimento básico da realidade

Este capítulo apresenta nosso entendimento básico da realidade no que diz respeito a objetos reidentificáveis e espécies naturais. O entendimento básico é distinguido do assim chamado saber comum. Defendo a tese de que consideramos que reidentificamos objetos, ou seja, consideramos que a classe dos objetos reidentificáveis não é vazia.

Proponho que nosso entendimento básico de espécies e objetos reidentificáveis é essencialista e realista. De acordo com minha tese, possuímos um entendimento básico dos objetos reidentificáveis como entidades independentes de nosso pensamento e experiência (ou seja, temos uma atitude *realista* com respeito a objetos reidentificáveis) e dotadas de uma natureza determinada por uma espécie (temos uma atitude *essencialista* com respeito a objetos reidentificáveis). Se essa tese é correta, temos um entendimento básico de objetos reidentificáveis e espécies como entidades básicas. Há duas consequências disso: segundo nosso entendimento básico, (i) objetos reidentificáveis não são equivalentes a agregados de qualidades e (ii) a circunstância de uma entidade pertencer a uma espécie não é equivalente à circunstância daquela entidade possuir certas qualidades.

1. Entendimento básico da realidade e metafísica descritiva

Temos um entendimento básico da realidade. De acordo com esse entendimento básico, vivemos em uma realidade ocupada por objetos reidentificáveis que preservam sua identidade em meio às alterações e cuja natureza é determinada por espécies que determinam o que tais objetos reidentificáveis são e condicionam suas propriedades. O entendimento básico da realidade é o modo como compreendemos a realidade em nosso trato cotidiano com ele.

O entendimento básico da realidade não é uma teoria. Mesmo assim, ele pode vir a ser apanhado de modo geral na forma de teses filosóficas. Uma filosofia que visa delinear a estrutura geral de nosso pensamento sobre o mundo é o que Strawson (1959) classifica como uma ‘metafísica descritiva’. Uma metafísica descritiva busca determinar quais são os conceitos fundamentais ou básicos que usamos para pensar na realidade e investigar suas conexões com a finalidade de exibir a estrutura que formam. Em outras palavras, o tema de uma metafísica descritiva é o entendimento básico da realidade e seu procedimento é reconstruir

teoricamente os ingredientes e a estrutura desse entendimento.

Alguns filósofos elaboraram sistemas que capturam e formalizam nosso entendimento da realidade. Evidentemente, mesmo uma filosofia que faz isso pode, em algum momento, apresentar refinamentos doutrinários que se afastam daquele entendimento básico, seja para postular bases sobre as quais se fundaria tal entendimento, seja para extrair conclusões a partir da constatação de sua existência. É plausível considerar — como eu faço — que Aristóteles, por exemplo, apanhou em sua filosofia de modo substancialmente correto o modo como realmente compreendemos objetos reidentificáveis, qualidades e espécies (entre outras coisas) sem ter de também considerar que sua metafísica é integralmente uma sistematização *apenas* de nosso entendimento básico da realidade.

2. Distinção entre entendimento básico da realidade e saber comum

Não classifico o nosso entendimento básico da realidade como uma teoria porque ele não é sujeito a revisões ou alterações como as teorias que construímos. Não podemos imaginar qualquer avanço em conhecimento que pudesse nos fazer vir a abandoná-lo¹. As teorias que elaboramos tomam-no como ponto de partida. Nosso entendimento básico pode ser tratado como objeto de explicação de alguma teoria — quando erigimos, por exemplo, uma teoria para explicar por que possuímos o entendimento do mundo que de fato possuímos. Ou pode ser apresentado como absolutamente falso por outra teoria. Em todo caso, ele não é uma teoria na acepção exata da palavra ‘teoria’ porque seu caráter não é o de uma velha teoria que vem resistindo ao longo do tempo na competição com outras teorias, mas de uma imagem do mundo que não pode vir a ser abandonada. Esse entendimento do mundo é, para usar uma expressão de Strawson (1959), ‘sem história’. As teorias que construímos po-

1 Consideremos o debate acerca da psicologia popular. Fazemos uso de certas noções para entender a nós próprios e aos outros como as noções de crença, de intenção. Alguns teóricos propõem que essas noções pertencem à psicologia popular que é apenas uma teoria bastante disseminada e que será abandonada em algum momento. Ora, como nota Julius Moravcsik (1992), não podemos imaginar nenhuma situação possível, com qualquer que seja o avanço científico sobre o mundo, em que não mais nos concebamos e aos outros como seres sem crenças e intenções. Em um certo sentido, essas noções não são opcionais. A mesma situação se dá entre entendimento básico da realidade e teorias acerca da realidade. Temos noções no âmbito do entendimento básico da realidade que não são opcionais e não podem ser abandonadas.

dem vir a legitimá-lo ou julgá-lo como falso, mas não podem fazer com que o abandonemos.

Não identifico o entendimento básico da realidade com o saber comum ou sabedoria convencional. O saber comum é o domínio das crenças populares e pode ser considerado como uma teoria empírica construída ao longo do tempo sobre o mundo. Ela pode ser abandonada ou alterada e possui uma história. O saber comum também não é impermeável às teorias científicas sobre o mundo. As crenças populares não constituem realmente uma fortaleza estanque e impermeável à transformação. Há um grande número de crenças do saber comum que são apenas o resultado da apropriação de saberes oferecidos por teorias científicas que surgiram ao longo da história humana. Descobertas científicas vão cedo ou tarde incorporando-se ao saber comum. O homem do campo no Rio Grande do Sul usa o nome ‘Estrela Boieira’ para designar Vênus em suas duas aparições celestes na região do alvorecer e do entardecer. O saber astronômico de que o astro que surge no entardecer é o mesmo astro que surge no alvorecer é bastante sofisticado. Foi um achado da astronomia da Grécia clássica que se incorporou ao saber comum ligado às atividades de pastoreio ao longo da história. Devido à permeabilidade do saber comum a teorias científicas, é perfeitamente justificado tratar conjuntos de crenças do saber comum como teorias e, nessa medida, situá-las como corpos teóricos em disputa com teorias científicas na explicação dos mesmos fenômenos.

Ainda que o entendimento básico molde profundamente o saber comum e a linguagem comum em que este se expressa, não pode ser identificado a estes. Se o entendimento básico da realidade fosse uma teoria, estaria sujeito a alterações. Devemos separar entendimento básico da realidade de um lado e saber comum e científico de outro.

3. Intuições e princípios

Possuímos intuições. Formulamos princípios. Alguns princípios visam capturar profundas intuições nossas. Mas intuições e princípios devem ser finamente distinguidos. Teríamos intuições mesmo se não formulássemos princípios para capturá-las.

Por exemplo, temos intuições essencialistas. Os filósofos formulam muitos princípios e teorias modais para capturar algumas intuições essencialistas nossas. As formulações podem ser corretas ou não. Novas

formulações podem ser feitas para capturar melhor as intuições subjacentes.

Também temos intuições lógicas. Consideremos o princípio de identidade. Certamente esse princípio formulado por Aristóteles captura uma profunda intuição nossa, a intuição da identidade, ou seja, a intuição de que qualquer entidade é ela mesma.

A intuição da identidade, de que uma coisa é ela mesma, não foi formulada por Aristóteles. Ele formulou o princípio de identidade que foi uma tentativa falível de apanhar aquela intuição. Tal princípio poderia nunca ter sido formulado. Se não tivesse sido formulado, não teríamos a intuição da identidade?

Após ser formulado, um princípio pode ser examinado e avaliado. Algumas intuições, uma vez que examinemos o princípio que as condensa, podem revelar-se como sendo não mais do que confiáveis. Sabemos isso quando descobrimos que o princípio que as captura não vale para todos os casos.

No caso do princípio de identidade, parece que encontramos um princípio necessário. Suponhamos brevemente, porém, uma situação na qual se revelou que o princípio de identidade tem contra-exemplos sólidos. Se tivéssemos razões contra o princípio de identidade e ainda quiséssemos preservar algo da intuição da identidade que nos parece correto, poderíamos buscar outra formulação para apanhar a intuição da identidade. Se tivéssemos razões contra o princípio de identidade e a formulação que utilizamos capturasse fielmente a nossa intuição de identidade, poderíamos colocar a própria intuição sob suspeita. Nesse caso, poderíamos considerar que ela é confiável na maior parte dos casos mas ainda assim considerar que não é correta para todos os casos. Isso não significaria, porém, que conseguiríamos erradicar essa intuição. É mais fácil abandonar princípios do que intuições.

Os filósofos podem respeitar as intuições ou traí-las. O respeito ou abandono de uma intuição não é algo bom ou mau por si próprio. É algo que depende de termos razões para respeitá-la ou abandoná-la e isso, por sua vez, somente pode ser avaliado argumentativa e fatualmente após a formulação do princípio que a condensa.

A atividade filosófica, claro, não está circunscrita às áreas nas quais podemos invocar nossas intuições. A filosofia, afinal, quer explicar a realidade como um todo, tanto em seus aspectos abstratos quanto concre-

tos e não apenas aqueles aspectos da realidade acerca dos quais temos intuições. Assim, também buscamos em alguns casos capturar na forma de princípios características estruturais da realidade para as quais não temos apoio em qualquer intuição.

4. Uma região do entendimento básico da realidade

Meu propósito não é apresentar uma nova variedade de sistematização de nosso entendimento básico, uma nova metafísica descritiva. Entretanto, uma vez que minha finalidade é argumentar em favor de uma determinada concepção da natureza dos conceitos de objetos reidentificáveis e dos conceitos de espécies e de seu uso para identificar, não posso evitar a tarefa de descrever uma determinada região de nosso entendimento básico, aquela que diz respeito à nossa compreensão de objetos reidentificáveis e de espécies.

Há duas teses que podem ser atribuídas ao nosso entendimento básico da realidade:

- a) Nosso entendimento básico da realidade é realista.
- b) Nosso entendimento básico da realidade é essencialista.

Como eu justifico minha atribuição de essencialismo e realismo às pessoas? Tenho dois pontos de partida. O primeiro, é: as pessoas se reconhecem como habitantes de um mundo ocupado por objetos reidentificáveis. Ao atribuir-lhes o reconhecimento de que interagem com objetos reidentificáveis, já estou atribuindo-lhes realismo e essencialismo. Reconhecer algo como um objeto reidentificável é reconhecê-lo como dotado de uma natureza (essencialismo) e como independente e distinto do que pensamos sobre ele e da experiência que dele fazemos (realismo). Ao considerar que as pessoas reconhecem objetos reidentificáveis e se reconhecem em interação com tais entidades, temos de atribuir-lhes uma atitude essencialista e uma atitude realista com respeito a essas entidades.

Meu segundo ponto de partida é: buscamos explicar o que são os objetos que supomos reidentificar e explicar por que elas são como realmente são. Essas duas ordens de explicação — quando são realizadas no âmbito de nosso comércio cotidiano com o mundo — são essencialistas porque se valem da noção de espécie e, dessa forma, da distinção entre espécie e qualidades. Apresento um esboço de nosso uso

de explicação que mostra o papel da noção de espécie como um elemento explanatório fundamental.

Objetos reidentificáveis e espécies são tratados por nosso entendimento básico como entidades básicas do ponto de vista da explicação. Consideremos as relações que o entendimento básico reconhece entre objetos reidentificáveis e qualidades e entre espécies e qualidades. Do ponto de vista do entendimento básico, possuímos uma avaliação (i) de que objetos reidentificáveis não são coleções de qualidades e (ii) de que objetos reidentificáveis pertencem a espécies que determinam o que são e que condicionam as qualidades que instanciam. Além disso, conforme nosso entendimento básico, (iii) ser de uma espécie não é equivalente a possuir determinado complexo de qualidades. A consequência de minha proposta é que o tratamento dispensado a objetos reidentificáveis e a espécies por teorias filosóficas que interpretam os primeiros como coleções de qualidades e os últimos como definíveis por certo conjunto de qualidades colide frontalmente com nosso entendimento básico.

Pois bem, se objetos reidentificáveis e espécies são reconhecidos e tratados como entidades básicas em nossa compreensão do mundo, respeitar essa característica é uma condição a ser satisfeita por qualquer teoria dos conceitos de espécies e dos conceitos de objetos reidentificáveis. Tais conceitos não devem ser concebidos como conceitos de coleções ou de complexos, mas devem ser concebidos como conceitos de entidades básicas.

5. Um realismo na atribuição de qualquer posição ao entendimento básico.

Qualquer teoria que proponha que as pessoas têm certas atitudes cognitivas, evidentemente, assume a tese de que existem pessoas com crenças.

Uma condição necessária para atribuir uma atitude cognitiva realista a pessoas é adotar a tese de que existem pessoas. Ao adotar a tese de que existem pessoas, a metafísica descritiva adota também, uma vez que pessoas satisfazem as condições para que sejam reconhecidas como objetos reidentificáveis, a tese de que há objetos materiais. A conexão entre o realismo do entendimento básico e o realismo da metafísica descritiva é: não se pode sequer atribuir uma atitude realista (ou qualquer atitude) ao entendimento básico sem se adotar uma posição realista. Não há outra alternativa além do realismo para uma metafísica

descritiva que atribui atitudes cognitivas a pessoas. De resto, mesmo que essa premissa realista não seja opcional, acolho-a de bom grado².

2 Como observa Barry Stroud (2000), mesmo uma teoria cética que atribui crenças falsas a certas pessoas (ou suspende seu juízo acerca do valor de verdade dessas crenças), ao fazer tal atribuição, admite que existem coisas reais (pessoas) dotadas de crenças. Além disso, se a teoria cética propõe que não podemos saber se as crenças das pessoas são verdadeiras, tal teoria assume, ao fazer tal proposta, a tese de que há alguma esfera (o universo) à qual dizem respeito aquelas crenças e à qual não temos um acesso cognitivo que permita a avaliação daquelas. Assim, de acordo com Stroud (2000), são pressupostas como reais, por esse cético as três esferas: pessoas, crenças e universo.

Capítulo IX

Entendimento básico e reidentificação

“Of course it is not by argument that we originally come by our belief in an independent external world. We find this belief ready in ourselves as soon as we begin to reflect: it is what may be called an instinctive belief”.

Bertrand Russell.*

Tomo como ponto de partida a seguinte constatação: consideramos que reidentificamos objetos e, assim, supomos haver objetos reidentificáveis, ou seja, objetos materiais independentes que preservam sua identidade em meio às alterações de suas qualidades.

Para obter a concessão do leitor de que nosso trato com objetos reidentificáveis envolve uma atitude cognitiva realista e uma atitude cognitiva essencialista, preciso apenas que ele admita duas características da atividade de reidentificação: (1) reconhecemos que nossa experiência é experiência de objetos reidentificáveis unicamente se é experiência de entidades que existem independentemente de nossa experiência delas e (2) reconhecemos que nossa experiência é experiência de objetos reidentificáveis somente se é experiência de entidades que preservam sua identidade. Se meu leitor admite (1), ele deve admitir uma atitude realista em nosso trato com objetos reidentificáveis e se ele admite (2), deve admitir uma atitude essencialista.

Este capítulo não trata das noções de objeto e espécie como fez o capítulo 6, mas da noção de objeto e espécie reidentificável pressuposta em atividades de identificar e reidentificar.

1. A atitude cognitiva essencialista

Adotar o essencialismo é adotar a concepção de que as entidades possuem naturezas ou, para utilizar um termo de arte filosófico, essências. A noção de natureza é uma noção básica. Podemos elucidá-la sem tentar defini-la. Assim, podemos dizer que a natureza de algo é o que ela é.

Na tarefa de elucidação, podemos dizer que a natureza de algo é sua condição ou modo de ser fundamental. Esse modo de ser fundamental delimita as qualidades que a entidade pode possuir. Delimita assim

* The Problems of Philosophy

como algo é e pode ser.

Neste livro, uso ‘essencialismo’ para designar a tese de que entidades possuem naturezas. A tese de que entidades possuem naturezas é a tese de que qualquer entidade é tal que ela possui um modo de ser que determina o que ela é e como ela é. Meu uso do termo, assim, está de acordo com o uso tradicional da noção de natureza ou essência¹.

Uso essencialismo do entendimento básico. Usos futuros de ‘essencialismo’ designam o essencialismo do entendimento básico.

Não adoto o uso contemporâneo de ‘essencialismo’. Chamo a concepção contemporânea de ‘essencialismo contemporâneo’².

1 Cf. Robert Pasnau (2004) sobre algumas maneiras como a noção de essência foi usada no período anterior à filosofia moderna.

2 O essencialismo contemporâneo é a tese de que as propriedades de uma entidade distinguem-se entre propriedades necessárias e propriedades contingentes. Abordagens como as de Plantinga (1974) e Kripke (1980) são exemplos de teorias essencialistas contemporâneas. Cf. Teresa Robertson (2008, 2009) sobre essencialismo em seu uso contemporâneo. Propriedades necessárias de uma entidade são aquelas sem as quais ela não pode existir. Contingentes são aquelas propriedades que a entidade pode perder sem deixar de existir (sem deixar de ser o que é). Essa caracterização não apanha muito bem concepções não-contemporâneas que também devem ser entendidas como variedades de essencialismo. Como nota Joan Kung (1977), Aristóteles não equaciona propriedades essenciais a propriedades necessárias. Para ele, propriedades essenciais são necessárias, mas nem todas as propriedades necessárias são essenciais. Cf. Kung (1977, p.362). Segundo Kung, o critério de existência é um requisito suficiente para classificar propriedades como necessárias, mas não para classificá-las como essenciais. Um ‘próprio’ é uma propriedade necessária porque a entidade a que ele pertence não existiria na sua ausência, contudo, não é essencial. O essencialismo contemporâneo toma a distinção entre propriedades contingentes e necessárias como o núcleo do essencialismo. Ora, tal distinção deve ser vista antes como uma consequência da tese de que as entidades são dotadas de essências do que como uma tese a ela equivalente. Sobre as dificuldades de especificar o essencialismo de Aristóteles, cf. Gareth Matthews (1990). Podemos notar que a tese de que há uma distinção entre propriedades necessárias e propriedades contingentes de uma entidade segue-se da tese de que as entidades são dotadas de naturezas. Se considerarmos que uma entidade possui uma certa natureza, também consideraremos que sua preservação consiste na preservação de sua natureza. Só faz sentido supor que certa situação envolve a preservação de x, se também supusermos que a natureza de x é preservada. Por conseguinte, a preservação da natureza de x é necessária para que x se preserve. É nesse ponto que emergem as considerações acerca de necessidade. A circunstância de x possuir uma certa natureza (especificável por uma espécie) pode ser tratada como equivalente à circunstância de x possuir uma propriedade fundamental. Assim, podemos dizer que a natureza de algo é sua propriedade fundamental e que esta é uma propriedade

A atitude essencialista que atribuo ao entendimento básico é a aceitação do princípio essencialista:

(E) Qualquer entidade é tal que possui uma certa natureza que determina o que ela é e como ela é e pode ser³.

O princípio essencialista aplica-se a qualquer entidade, concreta ou abstrata.

O entendimento básico não afirma a existência de naturezas gerais distintas, mas ajusta-se perfeitamente bem a raciocínios que reconheçam naturezas gerais distintas⁴. O essencialismo combinado à tese de que há naturezas gerais distintas oferece poder explicativo e preditivo que será examinado adiante. Naturezas gerais distintas são espécies. O capítulo 6 discute a noção de espécie.

Examino neste capítulo e no seguinte o modo como o essencialismo do entendimento básico opera em nosso pensamento sobre as entidades que identificamos.

2. Reidentificação

Eis o meu argumento em favor da tese de que temos uma atitude essencialista em nosso pensamento sobre objetos que supomos reidentificáveis. Concebemo-nos como seres que reidentificam objetos — este é um fato. Se assim nos concebemos, então somos (saibamo-lo ou não) essencialistas. Essa conclusão deve-se ao fato de que a noção de reidentificação faz sentido unicamente se é pressuposto um panorama em que as coisas se preservam, e esse panorama é essencialista. Para considerarmos que reidentificamos um objeto, devemos pressupor que ela preservou-se no tempo entre os momentos de sua identificação e de sua reidentificação. Assim, a noção de reidentificação pressupõe a noção de objetos que preservam sua identidade no tempo. A noção de objetos que se preservam no tempo, por sua vez, é inapelavelmente essencialis-

necessária. Logo a seguir também podemos considerar que qualquer propriedade que seja uma consequência necessária da posse daquela propriedade fundamental é igualmente necessária. Em minha visão, essa é a relação entre as duas caracterizações de essencialismo.

3 O princípio não afirma que a natureza determina completamente as qualidades que algo possui e pode possuir. Como veremos, deixa em aberto o papel a ser desempenhado pela interação com outras entidades e ambiente.

4 Deixo fora de minha consideração a questão sobre se o entendimento básico reconhece essências individuais.

ta, uma vez que alguma coisa pode ser considerada como a mesma em um momento posterior se e somente se considerarmos que preservou sua natureza.

Posso identificar x uma segunda vez sem saber que x é o mesmo objeto que identifiquei anteriormente. Também posso supor que reidentifico x em certa ocasião quando, na verdade, trata-se da identificação de um objeto com o qual nunca me deparei. Só é possível que concebamos que temos uma reidentificação e não a identificação de um objeto nunca outrora identificada se concebemos que se trata da mesma entidade particular outrora identificada⁵. E para concebermos que x (a entidade particular identificada no tempo t_1) e y (a entidade particular identificada no tempo t_2) são a mesma entidade, temos necessariamente de apelar à noção de natureza ou essência.

Quando identificamos algo, julgamo-lo como sendo de uma certa natureza e, assim, estabelecemos implicitamente que tipos de mudanças poderia sofrer sem deixar de ser a mesma coisa. Por ocasião de sua reidentificação, usamos a noção da natureza da entidade para reconhecê-la como a mesma. Temos de possuir um conceito da natureza da entidade para reconhecê-la como a mesma em uma ocasião de reidentificação posterior. Em outras palavras, temos de possuir um conceito de sua espécie.

A identificação e reidentificação estão vinculadas pela noção de natureza da seguinte forma: é o que foi identificado que será reidentificado. Há três momentos lógicos destacáveis na reidentificação de objetos: (I) deve haver a identificação de um objeto em t_1 e a identificação de um objeto em t_2 ; (II) deve haver uma relação de identidade entre o objeto identificado em t_1 e o objeto identificado em t_2 (algo que não depende de nós); em suplementação, (III) deve haver o reconhecimento dessa identidade. Para que possamos reconhecer a identidade entre os termos da relação devemos identificar previamente o que eles são ('O que é o mesmo?'). Os procedimentos de identificação e de rei-

5 A noção de identidade aqui usada é a noção de identidade numérica. Se Colin McGinn (2000) está certo, a noção de identidade qualitativa pode ser reduzida à noção de identidade numérica porque afirmar que há identidade qualitativa entre uma identidade x e uma entidade y é afirmar que há identidade numérica entre suas propriedades: cada propriedade que x tem é numericamente idêntica a uma propriedade de y (2000, p.2-3). Dessa forma, identidade qualitativa é identidade numérica de qualidades.

identificação são, assim, logicamente anteriores ao reconhecimento da relação de identidade.

De acordo com o que foi identificado podemos em um momento posterior julgar se temos uma reidentificação. Dada a espécie da coisa que identifiquei previamente, posso prever implicitamente que ordem de mudanças ela poderia sofrer sem deixar de ser a mesma coisa. Posso reidentificar algo como o mesmo rio, mesmo que suas águas se tenham alterado. Posso reidentificar uma porção de ouro como a mesma, ainda que agora em uma forma diferente daquela em que a havia reconhecido inicialmente.

Considerar algo como um objeto reidentificável é considerá-lo como algo que preserva sua identidade no tempo. Não considerariamos como um objeto algo que não se preservasse. Existam ou não objetos parmenídicos — objetos que não se alteram — não há nenhuma incoerência em sua noção. A idéia, porém, de objetos heraclíticos — coisas em que nada (nem forma, nem matéria, nem organização funcional, etc) se preservasse — talvez não faça sentido. Um objeto deve preservar sua identidade enquanto existe. Objetos temporários devem preservar sua identidade mesmo que seja por uma ínfima duração de tempo.

Não considero apropriado perguntar em virtude de que uma entidade é idêntica a si própria. A identidade de uma entidade consigo mesma é básica e não depende de qualquer fato suplementar. Ser uma entidade é, entre outras coisas, ser algo idêntico a si próprio. A noção de entidade presume a noção de ser algo auto-idêntico. Que sentido faria dizer que uma entidade não tem identidade consigo própria? Isso seria o mesmo que dizer: há uma entidade, mas ela não é ela. Uma questão diversa é a questão epistêmica acerca de como reconhecemos a preservação da identidade de um objeto no tempo. Mesmo que a preservação da identidade de um objeto consigo mesmo no tempo seja básica, nosso reconhecimento desta preservação não é imediato, mas amparado em critérios. Usamos a noção de natureza (entre outras coisas) para determinar se certo objeto preservou-se ao longo do tempo. É uma condição necessária de nosso reconhecimento de que um objeto é o mesmo objeto identificado em uma ocasião anterior que determinemos que se trata de um objeto que preservou sua natureza. Só consideramos que temos uma reidentificação e não a identificação de um objeto distinto se podemos supor que o que identificamos presentemente tem a mesma natureza daquilo que já identificamos em um momento passado.

Temos de usar a noção de essência para sistematizar a compreensão

ordinária de que um objeto pode sofrer alterações e ainda assim permanecer o mesmo. Não podemos fazer jus à compreensão ordinária de que certos objetos preservam-se como os mesmos em meio às alterações de qualidades e localização espaço-temporal se não operarmos com a noção de que possuem uma natureza ou essência que se preserva. A noção de natureza opera nesse raciocínio para indicar que um objeto reidentificável não pode tornar-se qualquer coisa e ainda ser o mesmo objeto. Nossa experiência da mudança envolve a noção de objetos que se alteram enquanto preservam-se como os mesmos e de objetos que deixam de existir. Em outras palavras, distinguimos as mudanças entre alterações e destruições. Em uma alteração, a natureza do objeto é preservada enquanto certas qualidades suas são alteradas; em uma destruição, a natureza do objeto é destruída — e, com ela, o próprio objeto. Uma concepção alternativa da experiência da mudança seria aquela em que nada se preserva e a cada momento temos um fluxo de experiência no qual não podemos distinguir entidades auto-idênticas. Essa não seria propriamente considerada como a experiência de um mundo em que objetos mudam, mas como a experiência de um mundo de constante sucessão. O homem comum não infere a noção de essência da explicação da mudança. Ele também não decide entre duas interpretações das coisas com que considera encontrar-se: entre uma interpretação segundo a qual há uma simples sucessão e uma interpretação segundo a qual há objetos que se preservam em meio à mudança, enquanto que outros deixam de existir. Ele considera certo que alguns objetos continuam a ser os mesmos, embora se alterem. Não é por argumento que somos essencialistas. Ao fazer metafísica descritiva, atribuímos às pessoas uma atitude cognitiva a que elas não foram conduzidas por ser convencidas por algum argumento. Ao atribuir-lhes uma atitude cognitiva essencialista, a metafísica descritiva lhes atribui uma atitude básica, uma forma de entender a realidade.

Proponho que para que descrevamos essa atitude de tratar os objetos como os mesmos, o pensante precisa usar a noção de essência.

Eis meu argumento neste capítulo:

- (1) Consideramos que reidentificamos objetos.
- (2) A noção de reidentificação pressupõe a noção de objetos que se preservam no tempo.
- (3) A noção de entidades que se preservam no tempo pressupõe a noção de objetos dotados de naturezas e, assim, a noção de essência ou natureza.

(4) Consideramos que reidentificamos objetos dotados de naturezas.

Meu trajeto nesta seção foi o seguinte: argumentei que, para considerarmos que reidentificamos objetos, temos de pressupor que são coisas que se preservam e, por conseguinte, que são dotadas de naturezas que se preservam. No processo de reidentificação de entidades, ou seja, de identificação de uma entidade como a mesma entidade já identificada é, portanto, indispensável o uso (mesmo se apenas implícito) da noção de natureza ou essência.

3. A atitude realista

A noção mínima de realidade é a noção de independência com respeito ao nosso pensamento e experiência. O núcleo essencial da noção de realismo com respeito a certa entidade está na noção de independência: tomar uma entidade como real é tomá-la como independente de nosso pensamento e experiência. Se o ingrediente essencial da noção de realismo é a independência de pensamento e experiência, teses anti-realistas com respeito a certa entidade ou classe de entidades são aquelas teses que negam que certa entidade ou classe de entidades tenham a independência mencionada. Temos uma atitude realista para com uma entidade quando supomos que ela tem uma existência independente de nosso pensar sobre ela ou independente da experiência que dela fazemos. Supor um mundo real é supor um mundo independente de nossa experiência e pensamento. Supor ocupantes reais desse mundo é supô-los como igualmente independentes de nossa experiência e de nossos pensamentos. Na atitude realista, nossa experiência é entendida como a experiência de algo que não somos nós (ou nossos estados mentais) e que poderia existir independentemente de ser alvo de experiência (por qualquer agente cognitivo). Este é o tipo de atitude que temos com respeito a entidades que supomos ser reidentificáveis.

Meu propósito é defender a tese de inspiração strawsoniana de que uma atitude realista está irredutivelmente pressuposta na noção de reidentificação⁶. Assim, quando nos concebemos como seres que realizam

6 Strawson (1959) defendeu a tese de que a idéia de um mundo objetivo — um mundo de coisas independentes de nossa experiência — possui a seguinte conexão com a idéia de um mundo espaço-temporal: para reconhecer um mundo cujos ocupantes são entidades independentes de nossa experiência, é necessário que reconheçamos um sistema espaço-temporal único no qual situamos a nós e àquelas entidades. A argumentação em favor de minha tese não depende de que aceitemos a necessidade dessa conexão. Não penso que seja correto afirmar que o

atos de reidentificação, adotamos uma atitude realista com respeito às entidades que supomos reidentificar. Meu argumento é:

1) Consideramos que não apenas identificamos como também reidentificamos objetos.

2) Se consideramos que reidentificamos um objeto, consideramos que ele existiu no tempo entre o ato de sua identificação e o ato de sua reidentificação.

3) Está implícita na noção de reidentificação a noção de um período de tempo entre a identificação e a reidentificação durante o qual o objeto reidentificado existiu sem ser alvo de nossa atenção (pensamento, experiência).

4) Assim, considerar um objeto como alvo de uma reidentificação é considerá-lo como algo que existe independentemente da experiência que temos dele.

5) Considerar uma entidade como alvo de uma reidentificação é, por conseguinte, considerá-lo como real.

Se consideramos que reidentificamos objetos, consideramos que há objetos reidentificáveis, os alvos dos episódios de reidentificação.

reconhecimento do sistema de coordenadas espaço-temporais é condição necessária do reconhecimento de algo como real porque podemos supor a realidade de objetos que não são espaço-temporais. Neste caso, suporemos a existência do objeto como independente de nós mesmo sem situá-lo no espaço-tempo. Supor que uma entidade situa-se em uma certa posição do sistema de coordenadas espaço-temporais é, porém, uma condição necessária do reconhecimento da realidade daquelas entidades cuja natureza é espaço-temporal. Se uma entidade de uma espécie espaço-temporal existe, então ela existe espaço-temporalmente. O que está em discussão aqui é o papel das noções de espaço e de tempo em nossa noção de realidade. Podemos ter uma noção de realidade sem fazer uso da noção de espaço-tempo? Penso que sim. A noção mínima de realidade é a noção de independência de nossos pensamentos e experiências. A noção de um sistema de espaço-tempo, no qual situamos objetos é uma condição suficiente de realidade, se supomos o espaço-tempo como sendo um sistema independente do espaço-tempo egocêntricos, ou seja, do espaço e do tempo que cada um de nós ocupa. Para que o indivíduo tenha uma concepção do espaçotempo objetivo, ou seja, independente de sua experiência do espaço e do tempo de tal maneira que esses não lhe pareçam simplesmente como o seu espaço e o seu tempo, ele deve situar seu espaço-tempo egocêntricos no sistema espaço-temporal objetivo. Ou seja, ele deve conceber um espaço-tempo único e unificado. Não discutirei esse tema.

4. A combinação da atitude essencialista com a atitude realista

A atitude essencialista consiste em supor que cada coisa tem uma natureza. Essa atitude essencialista combinada com uma atitude realista com respeito a certa coisa, nos conduz a supor que esta *tem uma natureza própria e independente* de nosso pensar sobre ela e das experiências que dela fazemos. Por conseguinte, a combinação dessas duas atitudes conduz à distinção entre a natureza mediante a qual identificamos a coisa e a sua natureza real. Podemos tê-la identificado como um F , mas consideramos plausível que tenha havido um engano em nossa identificação de sua natureza real porque esta é independente de nossas identificações. Assim, em virtude de seu essencialismo e realismo, o entendimento básico do mundo supõe que há objetos independentes de nossa experiência dotados de uma natureza real e que se preservam.

5. Espécies e explicação

Procuramos explicar a realidade. Quando formulamos sistemas de classificação e taxonomias, nosso objetivo não é a mera classificação, mas as explicações (e predições) que tais sistemas nos permitem realizar⁷. Supomos que a realidade com que interagimos é ocupada por objetos que possuem qualidades e ocupam localizações espaço-temporais. Não nos contentamos em classificar os objetos por suas qualidades e localizações. Buscamos, além disso, explicar o que são os objetos que encontramos e explicar por que esses objetos possuem as qualidades que efetivamente possuem. Nesses dois tipos de explicação, explicar é (pelo menos) mencionar uma espécie.

6. O que algo é

Procuramos entender a natureza das coisas. Em outras palavras, procuramos entender o que as coisas são. A noção de natureza é básica conceitualmente e ao dizer que a natureza de uma entidade x é o que x é, estou apenas apresentando uma noção equivalente.

Qual é a relação entre natureza de uma coisa e sua espécie? Para

7 Uma função central de qualquer taxonomia é explicar. O problema de uma taxonomia como aquela que Jorge Luis Borges atribui a ‘certa enciclopédia chinesa’ é, nas palavras de David Wiggins (1980), não ‘a dificuldade de pensar esses conceitos ...’, mas a dificuldade de conceber que uma tal taxonomia poderia fazer qualquer progresso... *na explicação de qualquer coisa*’ (Wiggins 1980, p.145).

dizemos o que algo é, temos de apresentar, ao menos, a sua espécie. Espécies são os tipos de naturezas das coisas⁸. Um objeto material tem sua natureza determinada pela espécie que ele exemplifica. Se, do ponto de vista de nosso entendimento básico, a natureza de uma entidade é determinada plenamente por uma espécie ou precisa ainda ser suplementada por uma essência individual é algo que este trabalho deixa por responder.

Interagimos com objetos e reconhecemos que eles exemplificam condições. Consideramos, além disso, que os objetos podem deixar de exemplificar algumas das condições que exemplificam enquanto preservam sua natureza. Consideramos que espécies são condições que os objetos não podem deixar de exemplificar porque determinam as suas naturezas.

As condições que são espécies se dispõem em hierarquias. Espécies de objetos, por exemplo, dispõem-se em certa hierarquia, enquanto que espécies de matéria constituem uma hierarquia diversa e independente. O princípio de hierarquização das espécies é o princípio de maior determinação: espécies dispostas nos níveis inferiores da hierarquia determinam de modo mais preciso e pleno o que algo é. Nos níveis superiores da hierarquia, há espécies mais gerais que podemos chamar de ‘gêneros’ seguindo a tradição.

Taxonomias podem ser pensadas como o resultado de nossa atividade de identificar coisas de uma dada espécie. Cada degrau de uma taxonomia é, de fato, uma etapa da atividade progressiva de identificar a natureza de algo com maior precisão. As identificações iniciais, sempre mais gerais, formam os gêneros hierarquicamente superiores.

Quais as espécies que nos interessam ao explicar o mundo? Aquelas que determinam as naturezas das coisas que existem. Vou chamá-las de espécies reais. Quando julgamos que uma espécie que supúnhamos determinar a natureza de certos objetos não é exemplificada por nada, nosso interesse nela diminui consideravelmente. Mesmo assim, porque são condições abstratas, espécies não precisam ser exemplificadas para existir.

8 Cf. o capítulo 6 sobre as noções de espécie e natureza.

7. Por que algo é como é

É um fato que os objetos têm propriedades que se alteram e que tais alterações obedecem a certos padrões e limites. Se *x* é um cavalo, ele pode trocar de pêlo, mas não pode permutar sua propriedade ser *terrestre* pela propriedade ser *alado*. Por que isso é assim? A resposta do entendimento básico é: porque esta é a sua natureza⁹.

É uma característica do nosso pensar sobre a realidade concebermos que as propriedades que um objeto é capaz de possuir devem-se à sua natureza. A posse de uma determinada natureza pelo objeto é a posse de uma propriedade que não está no mesmo nível das suas demais propriedades. Para marcar a ‘posição’ especial dessa propriedade no entendimento básico, chamo-a de ‘propriedade fundamental’. O entendimento básico os objetos materiais como entidades dotadas de propriedades fundamentais que são condição das qualidades que podem manifestar e que impede que manifeste certas propriedades.

Conforme essa proposta, consideramos que as propriedades de um objeto material guardam relações entre si que nos permitem distingui-las em dois grupos: a propriedade fundamental que determina o que ele é e as qualidades que são subordinadas à primeira. A posse de uma propriedade fundamental condiciona quais qualidades um objeto pode possuir. Conforme o entendimento básico, as qualidades são aquelas propriedades que são avaliadas como propriedades possuídas por um objeto na medida em que exemplifica a propriedade fundamental que é sua condição.

A noção de uma propriedade fundamental é a noção de espécie. Ser de uma espécie é possuir uma propriedade fundamental. Não penso que explicamos o fato de um objeto *I* ser da espécie Cão ou *Canis familiaris* ao dizer que possui a propriedade *ser cão*. O inverso também é verdadeiro: não explicamos a circunstância de algo ser cão ao dizer que pertence à espécie Cão. Estas são formas equivalentes de falar. O discurso sobre espécies é um discurso sobre propriedades — sobre um tipo especial de propriedades.

O procedimento de ordenar as propriedades em espécies e qualidades permite organizar e explicar a experiência humana da realidade porque uma espécie é entendida como algo que envolve a manifestação de algumas qualidades enquanto exclui necessariamente outras. A natureza des-

9 Cf. meu argumento em favor do reconhecimento de espécies sem o uso da noção de entendimento básico no capítulo 6.

sa relação entre espécies e qualidades permite explicar o comportamento passado e presente dos objetos materiais ao mesmo tempo que permite formar expectativas confiáveis acerca de seu comportamento futuro. Como isso acontece?

Podemos explicar os comportamentos, alterações, aparências de objetos materiais e seus modos de interação com outros objetos materiais ao especificar sua espécie. Por exemplo, consideramos que a circunstância de um objeto material ser da espécie Cavalo envolve em geral também qualidades como *ser dotado de movimento*, *ser possuidor de crina*, enquanto exclui a posse de ser voador. A atribuição da espécie Cavalo a um objeto material explica o seu comportamento passado ('pastava') e presente ('corre') e apresenta base para que se formem certas expectativas acerca de seu comportamento futuro ('alimentar-se-á de pasto porque é um cavalo'). Essa atribuição torna imediatamente claro se um comportamento é corriqueiro ('pasta') ou irregular ('permaneceu com o corpo submerso no arroio todo o dia').

O entendimento básico considera que é porque uma entidade é de certa espécie que ela possui tais e tais qualidades e não o inverso. Por exemplo, o entendimento básico avalia que as qualidades (forma, cor, etc.) de baleias, figueiras e pepitas de ouro se devem às suas espécies. Julgamos que é porque x é uma figueira que x possui uma dada cor e um dado formato e não porque x possui dada cor e dado formato que x é figueira. Consideramos que a espécie de uma entidade condiciona a gama de qualidades que ela pode possuir. Por isso, ao atribuir a posse de uma espécie a uma entidade, na medida em que a esta espécie tenhamos associado um certo feixe de qualidades, oferecemos uma justificativa para que se produzam expectativas plausíveis quanto à sua posse de algumas das qualidades do feixe. Isso não significa, contudo, que tratemos uma espécie como equivalente ao feixe de qualidades que lhe associamos como dependentes. O papel da noção de espécie é tal que é possível considerarmos que algo é de uma determinada espécie enquanto, ao mesmo tempo, por alguma razão ou outra, não possui qualquer uma das qualidades comumente associadas àquela. Por exemplo, associamos à espécie Leão as qualidades de *possuir juba*, *ser provido de presas perfurantes*, *ser quadrúpede* e *ser provido de pêlos*. Ao mesmo tempo, julgamos possível que algo seja um leão e não tenha juba (porque foi tosquiado ou é filhote), desdentado (devido a alguma enfermidade), não seja quadrúpede (por um defeito de nascença ou acidente) e desprovido de pêlos (enfermidade). Espécies e qualidades

não ocupam a mesma ‘posição’ conceitual em nossas explicações do mundo e, por conseguinte, não são equivalentes.

Uma vez que pensamos que ser de uma determinada espécie é uma condição das qualidades de uma entidade, atribuir uma espécie é uma forma de explicar a posse das qualidades por uma entidade. A forma própria do uso da noção de espécie em uma explicação é:

x é G (qualidade G) porque x é um Φ (espécie Φ).

Isso significa que, conforme esse entendimento básico, a circunstância de um objeto ser de uma espécie não é uma circunstância equivalente à circunstância de possuir uma ou mais qualidades. É o fato de pertencer a certa espécie que possibilita ao objeto material possuir tais e tais qualidades e não o fato de possuir certas qualidades que torna o objeto material um exemplar da espécie. Essa proposta permite explicar por que julgamos que algo pode ser de certa espécie ainda que não tenha as qualidades que comumente associamos a ela e, inversamente, explicar por que julgamos que a mera posse de uma ou mais qualidades que associamos a certa espécie não é suficiente para afirmarmos que o objeto material pertence àquela.

Se for correta minha proposta, a tese de que pertencer a uma espécie é equivalente a possuir certas qualidades (especificáveis em critérios de aplicação do conceito da espécie correspondente) inverte as posições ocupadas pelas noções de espécie e de qualidade no âmbito do entendimento básico.

Nas explicações realizadas no âmbito do entendimento básico, a atribuição de uma espécie opera para explicar as qualidades de uma entidade. Isso pode fazer parecer que a atribuição de espécie, por sua vez, não seria explicável em termos da posse de outra estrutura como sua base.

Se a atribuição de uma espécie explica as qualidades de uma entidade, o fato de algo pertencer a uma espécie não pode ser explicado em termos da posse daquelas mesmas qualidades sob pena de que as explicações se tornem circulares. Bem, se isso é assim, como podemos possuir alguma explicação do que é ser de uma espécie? Em nossa interação com a realidade, postulamos espécies e refinamos essas postulações para explicar as qualidades dos objetos. A etapa da explicação do próprio pertencer a uma espécie é uma etapa legítima na tentativa de compreensão da realidade, mas dificilmente é realizada na esfera do entendimento básico. Como o entendimento básico não é uma teoria, ele não possui limites precisos para aplicação de seus conceitos.

Desse modo, a questão de quais são as condições a ser satisfeitas para algo pertencer a uma espécie não estão determinadas nesse âmbito. Os conceitos de espécie usados no âmbito do entendimento básico são usados sem conhecimento de condições necessárias e suficientes para aplicá-los. Muitas vezes, os falantes associam-lhes apenas métodos de reconhecimento confiáveis, porém falíveis.

O entendimento básico permite que utilizemos a noção de espécie sem dar o passo adicional de prover condições necessárias e suficientes associadas a cada atribuição de espécie. A teorização filosófica e científica pode, em um segundo momento, procurar refinar os conceitos de espécie provendo condições necessárias e suficientes para sua aplicação, ou seja, definindo-os. O empreendimento de oferecer uma explicação do que é pertencer a uma espécie é incorporado pela ciência. Se esta proposta é correta, o fazer científico não anula ou altera nosso entendimento básico, mas o pressupõe. As explicações no âmbito do entendimento básico apelam a fatos — como um objeto material ser de certa espécie — que podem, por sua vez, ser problematizados e ‘esclarecidos’ mediante explicações articuladas no interior de teorias científicas.

Uma vez que nossas explicações do mundo pressupõem espécies como a base que determina as qualidades dos objetos materiais, é uma consequência bastante natural supor que objetos materiais que compartilham qualidades com certa uniformidade e regularidade pertencem à mesma espécie. Assim, uma espécie é aquele fundamento que postulamos como responsável pela presumida unificação de uma certa multiplicidade na qualidade de sua natureza fundamental. Essa atitude é contrabalançada por um certo falibilismo: consideramos possível que estejamos errados sobre se há em um dado múltiplo uma natureza comum.

A noção de espécie opera também como uma base para induções como foi observado por S. A. Gelman e J. D. Coley (1991). A idéia é, em linhas gerais, a seguinte: quando adquirimos uma informação com respeito a um objeto material que já classificamos em certa espécie, passamos a utilizar essa informação como potencialmente correta para os demais membros daquela espécie. Assim, se viermos a saber que um membro da espécie Gato alimenta-se de peixe, sentir-nos-emos justificados a supor que os demais membros daquela espécie também alimentam-se de peixe.

É tal a nossa avaliação das relações entre espécie e qualidades, que

consideramos que uma entidade pode ser da espécie mesmo sem exibir qualidades características daquela. Explicamos esse fenômeno com o reconhecimento de que certas circunstâncias podem exercer influência na manifestação das qualidades de uma entidade que pertence à espécie.

Explicamos uma situação em que um objeto material da espécie não exibe qualidades características da espécie mencionando a sua espécie e as circunstâncias relevantes que influenciam na sua manifestação daquelas qualidades. Quando dizemos que qualidades se devem à espécie, dizemos que por mais que variem os fatores, as variações de qualidades que um objeto material pertencente à espécie Φ pode exibir são determinadas pela espécie Φ . Ao mesmo tempo, consideramos que o fato de pertencer a uma espécie não é o único fator responsável pelas qualidades de um objeto material. Que um objeto material manifeste certas qualidades é algo que atribuímos tanto à sua espécie quanto às suas interações com outros objetos materiais e seu ambiente.

Ao buscar entender a realidade, buscamos explicar por que os objetos materiais possuem tais e tais qualidades. Fazemos isso atribuindo-lhes espécies e, em um segundo momento, investigando as formas regulares de ação das circunstâncias sobre eles. Quando bem sucedidos, reconhecemos formas regulares de interação dos objetos de uma dada espécie com as circunstâncias determinadas nas quais exibem certas qualidades e as circunstâncias nas quais não as exibem. A manifestação de qualidades é reconhecida como algo que pode ser impedido ou alterado por circunstâncias com que interagem os objetos que exemplificam a espécie. É freqüente haver menção dessas condições externas de interação nas explicações ordinárias ('É uma corticeira, mas não floresce porque está em clima seco'). O resultado é a assimilação do caso não mais como uma anomalia, mas como um comportamento regular sob determinadas circunstâncias ('É água, mas está sólida devido à temperatura').

A identificação das circunstâncias em que uma entidade da espécie Φ manifesta o feixe de qualidades F_n sofisticava enormemente nossa compreensão do mundo: passamos a saber em quais circunstâncias podemos esperar que algo que pertence a Φ exiba as qualidades F_n e em quais circunstâncias podemos esperar que tais qualidades não sejam manifestadas.

8. Algumas Palavras acerca de Explicação

Entre as acepções de explicação, há duas que são centrais: (a) explicar o que algo é e (b) explicar por que algo possui dadas propriedades e comportamento. Há uma conexão essencial entre os dois tipos de explicação porque ao explicarmos o que algo é também damos razões para a compreensão das propriedades e do comportamento que possui. Do mesmo modo, para estabelecermos as condições responsáveis por algo ter certas propriedades e comportamento, temos que identificar ao menos parcialmente o que ele é.

Na acepção (a) de explicação, explicamos o que algo é ao especificar o seu caráter geral ou espécie. Esse tipo de explicação é a resposta apropriada a perguntas do tipo ‘o que é x?’ Respostas apropriadas podem ser ‘x é um diapasão’, ‘x é uma árvore’, ‘x é uma pessoa’, etc. Em geral, essa pergunta é feita por alguém que busca saber qual é a natureza de uma entidade. A adequação e suficiência da resposta a essa pergunta depende profundamente do contexto: se alguém pede a explicação da natureza de algo em meio a uma conversa informal entre pessoas sem qualquer conhecimento botânico especializado a informação expressa por ‘x é uma árvore’ ou por ‘x é uma corticeira’ podem ser explicações suficientes, enquanto que entre botânicos, exigir-se-iam informações suplementares, como classificações taxonômicas mais refinadas. O que conta como uma explicação suficiente — em qualquer acepção de explicação — depende também do contexto da explicação.

Meu objetivo nesta seção é mostrar que espécies são fatores explanatórios também na acepção (b) de explicação. Não estou preparado para defender a afirmação mais forte segundo a qual toda explicação aceitável da razão pela qual algo possui dada propriedade ou comportamento deve necessariamente fazer apelo à sua espécie. Esta seção apenas mostra que, dadas as conexões que reconhecemos entre espécie e qualidades, a atribuição de espécie a uma entidade explica suas qualidades (em combinação com uma descrição das circunstâncias em que a entidade encontra-se).

Explicar na acepção (b) é apresentar a condição de algo. Explicar por que x tem dada qualidade ou comportamento é apresentar o que é responsável por x ter tal qualidade ou comportamento. Ao dizer isso, quero captar duas noções essenciais de nossa concepção de explicação. A primeira noção, é que deve haver uma relação objetiva entre o

fenômeno que explicamos e aquilo que o explica. A segunda noção, é que essa relação deve ser uma relação de dependência.

A noção de relação de dependência satisfaz duas condições necessárias da explicação: explicações são não-reflexivas e assimétricas. A não-reflexividade da explicação consiste no fato de que nada explica a si mesmo. Explicar é possibilitar a compreensão de uma coisa à luz de outra. A assimetria da explicação consiste no fato de que se x explica y , então y não explica x .

Relações de dependência são relações entre duas ou mais condições tais que quando uma é satisfeita e porque ela é satisfeita a outra condição (ou condições) também é satisfeita (a menos que circunstâncias especiais impeçam a segunda satisfação). Entre as duas condições não há somente uma relação de conjunção constante. Ao invés, a satisfação de uma das condições é reconhecida como o que determina a satisfação da outra condição¹⁰.

Explicações na acepção (b) somente são possíveis se existem relações de dependência entre condições. Explicar é mencionar essas relações¹¹. As relações entre espécie e qualidade são desse tipo. Proponho que explicações na acepção (b) mencionam essas relações, mas não afirmo, como observei acima, que todas relações de dependência que utilizamos em enunciados de leis com o objetivo de explicar têm espécies e qualidades como *relata*¹².

As relações de dependência entre condições são expressas em enunciados que especificam princípios gerais. Em nossa interação com a realidade, apelamos para tais princípios gerais para entender e explicar o comportamento e qualidades dos objetos. Em uma explicação, a circunstância de um objeto α possuir uma qualidade G é apresentada

10 É essa conexão de dependência que está ausente nas relações entre as propriedades que mencionamos em generalizações acidentais. Por exemplo, se todos os objetos amarelos retirados da caixa até agora são quadrados, isto não nos permite inferir a generalização: ‘se houvesse um outro objeto amarelo na caixa, ele seria quadrado’ a menos que reconheçamos uma conexão necessária entre ser amarelo na caixa e ser quadrado.

11 Explicações na acepção (b) apresentam alguma coisa que é responsável por outra coisa. Isto não significa que as relações exibidas por uma explicação sejam causais. Além disso, explicações não têm de ser deterministas.

12 Relações de dependência entre espécie e qualidade são usadas para explicar a posse das qualidades de um exemplar da espécie. Mas, entre as coisas que os seres humanos buscam explicar estão certamente as próprias relações de dependência. O capítulo 6 trata desta questão.

como um caso particular de realização da relação entre condições expressa pelo princípio geral. Tais princípios gerais que são muitas vezes generalizações simples podem ser ulteriormente tanto sistematizados sob a forma de leis, como refinados ou abandonados. A ideia de que explicar um fenômeno é apresentá-lo como um caso de um ou mais princípios gerais é um legado de Aristóteles e é preservada nas várias teorias da explicação.

Leis especificam relações de dependência entre condições. Relações de dependência possuem a característica de ser assimétricas. Essa assimetria da relação entre as condições envolvidas na explicação foi notada por Aristóteles. Tal característica não é apanhada em algumas teorias contemporâneas da explicação como a teoria dedutivo-nomológica de Carl Hempel (1965). A relação entre as condições expressa em uma lei segundo Hempel (1965) é apenas de conjunção constante. Como nota B. Brody (1972, p.22-3), a teoria de Aristóteles (nos Analíticos Posteriores) é capaz de identificar, com respeito a dois argumentos que satisfazem as cláusulas do modelo dedutivo-nomológico de Hempel, apenas um deles como aquele que provê uma explicação de sua conclusão. Eis seu exemplo:

(E) (1) Os planetas não cintilam.

(2) Todos objetos que não cintilam estão próximos da Terra.

(3) Portanto, os planetas estão próximos da Terra.

(F) (1) Os planetas estão próximos da Terra

(2) Todos objetos que estão próximos da Terra não cintilam.

(3) Portanto, os planetas não cintilam.

A proximidade é a condição de não cintilar e não o inverso. Por conseguinte, é a proximidade que os planetas têm da Terra que explica porque eles não cintilam. Não é seu cintilar que explica sua proximidade da Terra. No modelo hempeliano, a proximidade e a cintilação são ambas tratadas como condições necessárias e suficientes uma da outra. Brody (1972, p.23) menciona ainda o seguinte caso: (1) podemos deduzir a altura de uma torre a partir do comprimento de sua sombra e da posição do sol e (2) podemos deduzir o comprimento da sombra da torre a partir de sua altura e da posição do sol. Apenas a última dedução pode ser utilizada em uma explicação: a sombra da torre é que é explicada pela altura da torre e pela posição do sol. A altura da torre e a

posição do sol é que são os responsáveis por um dado comprimento da torre. A posição do sol e o comprimento da sombra não são as condições da altura da torre. Reflexões como as apresentadas acima conduzem Brody (1972) a exigir uma teoria da explicação científica de caráter aristotélico. Uma teoria da explicação de cunho aristotélico apanha a noção de explicação com que opera o entendimento básico. Buscamos explicar a realidade e ao fazê-lo tentamos entender as qualidades e os comportamentos das coisas em termos do que determina aquelas qualidades e comportamentos. E julgamos que algo determina outra coisa unicamente se reconhecemos que suas incidências não são simples conjunções constantes.

Vamos tratar agora do uso das relações de dependência nas explicações em que uma espécie é apresentada como fator explanatório. Se constatamos ou postulamos a dependência entre certas propriedades, por exemplo, entre a espécie Cavalo e a qualidade ser dotado de crina, somos capazes de explicar o fato de um objeto ser dotado de crina ao dizer que ele é da espécie Cavalo. Ao mesmo tempo, somos capazes de prever que um objeto provavelmente deve ter crina quando reconhecemos que é da espécie Cavalo¹³.

Se supusermos que a espécie Cavalo é uma das espécies exemplificadas na realidade e associarmos a esta espécie um certo número de qualidades como suas qualidades dependentes, como as propriedades alimentar-se de vegetais e ter comportamento gregário, a circunstância de atribuir a espécie Cavalo a um objeto permitir-nos-á uma avaliação de seu comportamento e qualidades como previsíveis ou não. Poderemos então, explicar o seu comportamento como o comportamento típico de um indivíduo da espécie Cavalo. Por exemplo, o fenômeno da queda de pêlos desse indivíduo explica-se por ele ser um cavalo: cavalos que vivem em regiões frias mudam de pêlo na primavera. A informação da espécie a que o indivíduo pertence e de condições iniciais (relevantes para a espécie) é suficiente para explicar o que aconteceu. Posteriormente, a pesquisa científica pode vir a postular leis gerais mais refinadas conceitualmente, bem como prover descrições mais refinadas conceitualmente das condições iniciais envolvidas.

Podemos explicar por que um objeto α tem a qualidade G ao atribuir-lhe uma espécie Φ da qual G é dependente:

13 A função da expressão ‘provavelmente’ é abrir espaço para a atuação de outras condições relevantes para a manifestação da propriedade de ser dotado de crina, tais como fatores ambientais.

(1a) Todo Φ é G.

(2) α é Φ .

(3) Portanto, α é G.

Ou:

(1b) O Φ é G.¹⁴

(2) α é Φ .

(3) Portanto, α é G.

Nos dois exemplos, a premissa maior — (1a) e (1b) — menciona a relação de dependência entre a espécie Φ e a qualidade G. Eu não mencionei as *condições iniciais*. Em argumentos explanatórios explícitos devem ser mencionadas as *circunstâncias relevantes* em que o objeto está envolvido e que, conjuntamente com os princípios gerais, são condição de que ele manifeste a qualidade G. Os enunciados de condições iniciais mencionam, por exemplo, as situações ambientais em que o objeto encontra-se.

Quando temos uma explicação da forma de (1)-(3), podemos dizer que α é G porque α é Φ e porque todo Φ (ou o Φ) é G. Nas explicações ordinárias, o princípio geral pode ficar subentendido. Então, alguém pode dizer que α é G porque α é Φ . Uma frase de explicação pode ter essa forma entimemática:

(4) x é G porque x é Φ (espécie Φ).

Nesse caso, o indivíduo que afirmou uma frase da forma de (4), poderia afirmar ainda:

(5) O fato de que x é Φ explica (parcialmente) porque x é G.

A qualificação ‘parcialmente’ é necessária porque devemos apresentar na explicação o princípio geral que explicita a relação de dependência entre G e Φ , bem como as condições iniciais em que o objeto está envolvido.

Assim, se o fato a ser entendido é o fato de x possuir a qualidade G,

14 O capítulo 7 mostra que nem todas sentenças da forma (1b) são redutíveis a sentenças da forma (1a).

tal entendimento pode ser obtido mediante o conhecimento das razões pelas quais x é G . Essas razões podem ser a espécie de x e as circunstâncias nas quais ele se encontra.

9. Objetos e espécies são tomados como básicos no âmbito do entendimento básico

Explicamos o que as coisas são ao indicar a sua espécie e explicamos por que possuem as qualidades que acontece de possuir como o resultado de suas espécies e de sua interação com as circunstâncias da realidade.

Não situamos a espécie de um objeto no mesmo plano das suas demais qualidades: espécies são postuladas para explicar as qualidades do objeto. Em outras palavras, consideramos que é porque um objeto é de uma dada espécie que ele possui as qualidades que acontece de possuir. Assim, tratamos espécies como condições que determinam qualidades e não como redutíveis a coleções de qualidades ou a entidades de outra ordem ontológica. Do ponto de vista de nossas práticas de explicação e de identificação (e reidentificação), espécies não são redutíveis a complexos de qualidades. A consequência disso é que tratamos espécies como entidades fundamentais.

Também tratamos objetos reidentificáveis como entidades fundamentais. Tratamos objetos como entidades que preservam sua natureza em meio às alterações de qualidades e de localização espaço-temporal e essa consideração é incompatível com o seu tratamento como coleções de qualidades.

Há duas razões para essa incompatibilidade. A primeira, é que se um objeto fosse tratado como uma coleção de qualidades, a sua identidade dependeria da identidade da coleção e, assim, da preservação de cada qualidade constituinte da coleção. Por conseguinte, se uma das qualidades da coleção deixasse de ser exemplificada, isso seria compreendido como equivalente à substituição de um objeto por outro — como se o objeto original houvesse sido destruído e um novo gerado. Nesse caso, trataríamos alterações como destruições. Julgamos, ao invés, que o objeto preservou-se no tempo enquanto teve suas qualidades (inessenciais) alteradas. Compreendemos as mudanças como sendo ao menos de dois tipos: alterações e destruições. Consideramos que um objeto pode alterar-se no tempo sem destruir-se. Por que consideramos que um objeto pode alterar-se sem destruir-se? Porque

uma alteração que não modifique sua natureza é uma alteração em que a identidade do objeto se preserva. Se isso é assim, não tratamos objetos como coleções de qualidades.

A segunda razão para essa incompatibilidade é que, em um agregado de qualidades, estas se encontram justapostas e não há qualquer ordem de prioridade entre elas. Contudo, avaliamos que as propriedades que um objeto exemplifica não se encontram em pé de igualdade com respeito à determinação de sua natureza. Algumas propriedades são tais que um objeto não poderia deixar de instanciá-las e ainda preservar sua natureza — exemplos são sua espécie e qualidades necessárias.

Essa distinção entre a necessidade e contingência na exemplificação de propriedades resulta da estimativa de que para reconhecermos uma mudança temos que reconhecer o que se preserva na mudança. As propriedades que determinam a natureza do que se preserva não são alteráveis¹⁵. Assim, considerar que um objeto se preserva em meio às alterações de qualidades é considerar que objetos não são equivalentes a constelações de qualidades. Ao invés, consideramos que objetos possuem qualidades.

Alguns sistemas filosóficos propõem que as entidades fundamentais são qualidades e que objetos e espécies são derivados a partir delas. Ainda que essa tese seja independente logicamente do empirismo, é freqüente encontrarmos sua motivação em algum tipo de empirismo. Motivações empiristas estão muitas vezes por trás de teorias que tratam objetos como constelações de qualidades. A ideia basicamente é que todo conhecimento vem da experiência e a experiência não pode oferecer algo não-qualitativo. Nessa concepção, uma dimensão do objeto que seja tratada como um elemento não-qualitativo é classificada como ‘misteriosa’ e epistemologicamente inacessível¹⁶. Por vezes, as entidades fundamentais postuladas por um sistema filosófico são qualidades independentes de nossa experiência. Em outros casos, são dados dos sentidos dos quais os objetos são derivados. Nesse último caso, temos um fenomenalismo, com o tratamento de objetos como expedientes de simplificação de complexos de dados sensoriais. Em todas essas concepções, objetos (e espécies) não são básicos. Eles são derivados como

15 Uma crítica feita comumente às teorias essencialistas é que elas elegem arbitrariamente algumas das propriedades exemplificadas pelo objeto e as classificam como necessárias para o objeto ser o que é.

16 Cf. um tratamento de objetos como constelações de qualidades motivado por uma posição empirista em Arda Denkel (1996).

equivalentes aos agregados de qualidades ou de dados sensoriais.

Na concepção a que me oponho, uma espécie Φ é tratada como um certo complexo de qualidades e a circunstância de um objeto ser um Φ é tratada como equivalente à circunstância deste objeto exemplificar todas ou a maior parte das qualidades do complexo associado a Φ . Assim, a circunstância de um objeto ser da espécie Φ seria um fenômeno equivalente à circunstância desse objeto possuir certas qualidades. A menção de uma espécie, de acordo com essa concepção, seria um mero dispositivo prático para indicar a satisfação de um complexo de qualidades. Se as qualidades são tratadas como qualidades detectáveis em testes, a circunstância de algo ser de uma certa espécie não seria uma circunstância transcendente à verificação daquela satisfação.

Se combinarmos a derivação de objetos e de espécies a partir de qualidades, teremos a seguinte imagem: a afirmação de que há objetos é a afirmação de que há feixes de qualidades exemplificadas e, conforme as qualidades exemplificadas de um certo feixe, o objeto pode ser classificado como um exemplar da espécie Φ ou de outra espécie.

10. Como uma teoria filosófica pode ser anti-essencialista e anti-realista?

A proposta de que temos um entendimento básico da realidade que opera de modo realista e essencialista não tem a consequência de que não possam ser elaboradas teorias anti-realistas e anti-essencialistas. Como não é uma teoria, o entendimento básico não se situa no plano das teorias filosóficas ou científicas que podemos construir a respeito da realidade e não compete com elas. Essas teorias podem tomá-lo como ponto de partida ou negá-lo. Podem também, mesmo classificando-o como falso, reconhecer sua relevância prática. Mesmo aquele que defende que o entendimento básico é incorreto como uma descrição da realidade pode tentar investigar por que esse entendimento é inerradicável. Certamente precisamos explicar por que temos o entendimento básico que acontece de termos.

Como são possíveis, então, teorias anti-essencialistas e anti-realistas? Minha resposta é que elas são possíveis porque são teorias. Isto é, podemos endossá-las verbalmente sem ter de viver de acordo com elas¹⁷.

Do fato de que a intuição da identidade seja um elemento fundamen-

17 Sobre a discussão das relações entre teoria e vida, cf. Hax (2011).

tal em nossa consideração da realidade (e do pensamento) não se segue que teorias que negam que uma coisa é ela mesma não possam ser formuladas e defendidas na medida em que aquela intuição não é claramente confrontada¹⁸. O fato de que uma intuição seja fundamental não impede que haja tentativas de negar os princípios formulados para capturá-la. As tentativas de negar o princípio de não-contradição são uma prova eloquente disso.

Podemos alterar nossas teorias acerca da realidade, mas não é possível supor-se uma situação que pudesse conduzir-nos a fazer correções no entendimento básico da realidade. O entendimento básico é invulnerável. Uma teoria pode negá-lo plenamente ou parcialmente. A negação no plano teórico de certas noções que compõem a estrutura de entendimento básico pode significar o abandono de algo fundamental de nossa experiência da realidade e de nós mesmos. Usamos noções como as noções de qualidade, identidade, mudança, pensamento e experiência em nosso entendimento básico. Essas noções não são opcionais. Como pensaríamos acerca da realidade e a despreveríamos sem essas noções? Quais provas poderiam em algum momento levar-nos ao abandono dessas noções?

11. Entendimento básico e prova metafísica

Descrever o modo como o entendimento básico lida com as noções de objetos e espécies reidentificáveis não nos oferece uma prova metafísica acerca da natureza de objetos materiais e espécies. Carecemos tanto de uma prova metafísica de que o entendimento básico representa corretamente a realidade quanto de uma prova metafísica de que não a representa corretamente. Apenas provas metafísicas, nunca empíricas, são apropriadas para tais finalidades.

Certamente, uma atitude sábia é conceder o estatuto de ‘inocentes até prova em contrário’ para as suposições do entendimento básico como nos aconselham George E. Moore (1925) e Roderick Chisholm (1978). Ao invés de buscar oferecer uma prova metafísica de sua correção, devemos, sugiro, aguardar que os detratores do entendimento básico apresentem-nos alguma tentativa de prova metafísica para que examinemos se é verdadeira.

18 Cf. o capítulo 8 sobre a relação entre intuições e princípios filosóficos.

Capítulo X

Conceitos filosóficos fundamentais

Conforme minha proposta, os conceitos com sua inteira estrutura de tópico, extensão e intensão são independentes de mentes.

Estou disposto a aceitar esse resultado de meu tratamento de conceitos. Conceitos são entidades abstratas e, assim, são entidades atemporais e independentes de mente.

Em nosso imperfeito vocabulário para descrever nossas interações com entidades abstratas, somos forçados a dizer que um conceito-palavra (ou uma gramática), na qualidade de uma entidade abstrata, é atemporal e o que os falantes fazem é incorporá-la em seus repertórios mentais¹. Discuti essa questão no capítulo 3.

Conceitos como apresentações de seus tópicos podem ser usados como rotas abstratas para o pensar. Quando uma mente apreende um conceito, ela apreende uma rota abstrata para identificar o tópico do conceito. Conceitos (não-vazios) são rotas para a ancoragem do pensar. Em seu uso, a mente instaura uma relação genuína com seus tópicos. Isso vale para os conceitos que são conceitos-palavra e para aqueles que são imagens.

O primeiro objetivo deste capítulo é examinar como usamos as intensões dos conceitos de objetos reidentificáveis e espécies reidentificáveis que aprendemos na qualidade de usuários de uma linguagem que já os possui.

O segundo objetivo deste capítulo é elaborar e defender uma proposta sobre os conceitos filosóficos. Para cumpri-lo, ofereço minha solução ao paradoxo da investigação de Platão.

Este capítulo trata apenas de conceitos-palavra e não de imagens. Por isso, ‘conceito’ no restante deste capítulo aplica-se somente a conceitos-palavra.

1 Da mesma forma, ao tratar obras literárias e musicais como entidades abstratas da forma como Nicholas Wolterstorff (1980) propõe, somos forçados a dizer que Beethoven descobriu mas não criou a Nona Sinfonia. Considero correto tratar obras literárias e musicais como entidades abstratas.

1. Aprender conceitos usados pela comunidade linguística

Após a aquisição do conceito de um outro pensante por meio da linguagem (em um processo de comunicação), podemos pensar na mesma entidade ou entidades em que ele pensa. Isso é uma expansão permitida pelo compartilhamento de uma linguagem com outros falantes que introduzem e comunicam conceitos. Isso amplia decisivamente as possibilidades de identificação e pensamento com relação às possibilidades disponíveis pela identificação individual.

Cada pensante dessa rede de pensantes pode identificar por meio da linguagem os objetos e condições que qualquer um deles identificou previamente.

O aprendiz de uma linguagem, dessa forma, aprende uma rede de conceitos-palavra tecida pelos falantes de todas épocas que dela fizeram parte. Recém-chegados contribuem com nomes e termos gerais para tópicos adicionais. A simples introdução de um nome amplia a malha de conceitos.

A linguagem de uma comunidade linguística, com seus introdutores de conceitos presentes e passados, é um vasto repositório de conceitos e assim de rotas para identificar tópicos. Conceitos de objetos reidentificáveis e conceitos de espécies estão nesse repositório.

2. Reidentificar e conceitos

Tomar a realidade como ocupada por objetos materiais reidentificáveis e espécies reidentificáveis envolve tomar a realidade como ocupada por objetos materiais que (1) não são coleções de qualidade ou somas de partes e (2) são de espécies que não são equivalentes a coleções de qualidades.

Teorias filosóficas que representam conceitos de objeto como conceitos de coleções de qualidades e que representam conceitos de espécies como conceitos de coleções de qualidades maltratam o uso que os falantes realmente fazem desses conceitos e o entendimento que possuem de seus tópicos.

A próxima seção ilustra a diferença entre dois modos de usar um conceito que resultam de avaliar seu tópico como um objeto reidentificável ou não.

3. Dois modos de lidar com um conceito

Dois pensantes podem usar de modos diferentes um mesmo conceito, conforme a natureza que atribuam ao seu tópico.

Pessoas são objetos materiais de acordo com a definição de objeto material do capítulo 6: ocupam uma posição no espaço-tempo². Isso as qualifica como objetos reidentificáveis.

Um pensante que considere que Sócrates é um objeto concreto real que ocupa uma posição no espaço-tempo e é independente das identificações que seus contemporâneos dele formaram, e assim que considere Sócrates como um objeto reidentificável, usa o conceito <Sócrates> como o conceito de algo que possui qualidades e partes materiais, mas que não é ele próprio uma coleção de qualidades ou uma soma de partes.

Porém, se aquele pensante julgasse que Sócrates é uma criação literária de Platão, usaria o conceito <Sócrates> como o conceito de um tópico idêntico (ou redutível) a uma coleção de qualidades, nomeadamente, as qualidades que as obras de Platão atribuem a Sócrates.

Esses dois usos possíveis do conceito <Sócrates> resultam da avaliação que o usuário faz da natureza do tópico Sócrates.

Tratar Sócrates como um objeto reidentificável resulta em tratar o tópico do conceito como algo que possui qualidades mas não é uma coleção de qualidades. Mais do que isso, tratar Sócrates como um objeto reidentificável é considerar que as descrições que seus contemporâneos dele fizeram podem ser falsas e também considerar que ele possuía qualidades que seus contemporâneos talvez não soubessem que ele possuía³.

Tratar Sócrates como uma ficção resulta em usar o conceito

2 Outra alternativa plausível é tratar pessoas como objetos concretos sem dar o passo adicional de decidir se são concretos materiais ou concretos imateriais que possuem uma relação especial com os objetos materiais que são seus corpos. Cf. a definição de objeto material no capítulo 6. Tanto as teorias filosóficas que propõem que pessoas são objetos materiais como aquelas que propõem que pessoas são objetos concretos que possuem objetos materiais como seus corpos aceitam que pessoas são entidades reidentificáveis devido a uma relação metafísica com o objeto material que é seu corpo vivo, relação esta a ser especificada como identidade, constituição, composição ou outra. Sobre a caracterização de composição e constituição, cf. Hax (2014).

3 Cf. Dagfinn Føllesdal (1986) sobre as expectativas que adotamos acerca da relação entre objetos materiais e as qualidades que deles conhecemos.

<Sócrates> como o conceito de uma entidade especificada por um relato ficcional, ou seja, uma entidade que não é reidentificável. O tópico do conceito seria, neste caso, a entidade ficcional que o relato expõe.

4. Definições

A definição de um conceito é a definição do tópico do conceito. Esta é a minha sugestão. De acordo com ela, um conceito só não é definível se seu tópico é uma condição básica. Condições básicas não são satisfeitas em virtude da satisfação de condições mais básicas. Sua satisfação não depende da satisfação de outras condições.

Condições unicamente satisfeitas são apresentações do que as satisfaz. Assim, uma definição é uma apresentação do tópico.

O conceito cujo tópico é uma condição tem como intensão aquelas condições que são necessárias e suficientes para algo satisfazer a condição-tópico.

Quando o tópico é uma condição básica, sugiro que tomemos a intensão do conceito como idêntica ao tópico⁴. Não há nesses casos condições necessárias e suficientes mais básicas a ser satisfeitas para que algo satisfaça a condição-tópico.

Conceitos cujo tópico é um objeto são definíveis? Como decidir essa questão? Creio que a proposta correta é dizer que a definição de um objeto seria a lista das condições necessárias e suficientes para algo ser aquele objeto, isto é, ser-lhe idêntico.

Objetos abstratos (números, por exemplo), caso existam, são candidatos plausíveis a ser definidos. As condições que satisfazem são necessárias e suficientes. Explicitamos a intensão de um conceito de número ao especificar aquelas condições.

Objetos concretos também podem receber um tratamento semelhante. Condições como aquelas que Plantinga (1978) utiliza como essências individuais são condições que apenas um objeto concreto pode satisfazer em qualquer mundo possível.

4 Essa idéia é inspirada em Ruffino (2006, p.58).

5. Condições provisórias e condições genuínas

A avaliação de que objetos materiais não são equivalentes a certa constelação de condições exemplificadas e que ser de uma espécie não é equivalente a exemplificar certa lista de condições é compatível com o fato de que as condições da intensão sejam apresentações do tópico.

As condições que o tópico unicamente satisfaz são as condições genuínas incluídas na intensão do conceito. A intensão de um conceito, dessa forma, é parte do que buscamos descobrir ao investigar o seu tópico⁵.

Uma vez que condições unicamente satisfeitas são apresentações do que as satisfaz, as condições incluídas na intensão são apresentações do tópico.

Os usuários de um conceito de objeto material ou espécie geralmente fazem uso de condições que desempenham o papel de hipóteses de trabalho provisórias. Essas condições são usadas como pistas para descobrir a apresentação genuína do tópico pelo filósofo ou pelo cientista. Para finalidades práticas, elas podem ser suficientes para a competência caso permitam identificar o tópico de modo confiável. O que faz com que essas condições possuam uma relação confiável com o tópico certamente permanece por ser desvendado. Talvez relações distintas desempenhem esse papel de acordo com cada tipo de conceito. Minha proposta não se compromete com a identificação de tal fator.

6. Apreensões de conceitos por meio da linguagem

Como a proposta de que nomes e termos gerais possuem como intensão condições necessárias e suficientes pode acomodar o fato de que tais condições raramente são alvo de apreensão do usuário comum de nomes e termos gerais?

Minha proposta é que aquelas condições são as condições da intensão da palavra porque elas são as condições que o tópico unicamente satisfaz. Isso as torna apresentações do tópico⁶. As condições que apresen-

5 Defendi em Hax (2006, 2009) a distinção entre conceitos abertos e fechados. Penso que essa distinção deve ser tomada como uma representação aproximada apenas das concepções hipotéticas que falantes particulares fazem dos tópicos dos conceitos. Não deve ser tomada como uma teoria acerca da natureza genuína dos conceitos.

6 Cf. o capítulo 2 sobre apresentações.

tam o tópico estão incluídas na intensão.

Como explicar o fato de que muitos falantes podem ser competentes no uso de uma palavra-conceito sem conhecer a apresentação genuína do tópico? Cada falante conhece do tópico a apresentação provida pela relação de designação.

Essa discussão precisa recorrer à distinção entre produtores e consumidores proposta por Evans (1982) e discutida no capítulo 4.

Uma condição satisfeita por qualquer tópico de nome ou termo geral é ser o designatum daquela palavra-conceito. O falante pode não saber se o nome ou termo geral possui um designatum, mas sabe que, se possui-lo, aquela entidade satisfaz a condição de ser o designatum do nome ou termo geral. Devemos reconhecer um lugar para tal condição na intensão de nomes e termos gerais?

Certamente tal condição relaciona o tópico àqueles que têm competência com seu nome. <Ötzi> é um nome introduzido por falantes do século XX para designar um homem que existiu há milhares de anos. O tópico, o próprio Ötzi, recebeu uma propriedade ao tornar-se o designatum do nome <Ötzi>.

Assim, o consumidor não precisa aprender a intensão completa de um nome ou termo geral. Há, porém, uma condição que ele deve saber que o tópico satisfaz: ser o portador do nome. De fato, apenas se ele reconhece essa condição como satisfeita, mesmo que implicitamente, podemos dizer que ele usa a mesma palavra que foi introduzida pelo produtor. Se não ele não reconhece essa condição, usa uma palavra distinta⁷.

O produtor, aquele que introduz a palavra na linguagem, também raramente conhece a intensão completa de um nome ou termo geral. Ao instaurar a designação de <Tyrannosaurus rex> para designar a espécie dos objetos materiais que tiveram certos ossos encontrados como partes de seus organismos vivos, o produtor não sabia ainda muitas condições que a pesquisa revelou ao longo do tempo (como a condição de possuir penas). Podemos tratar os avanços na pesquisa sobre os tiranossauros como o progressivo conhecimento do tópico e da intensão do conceito⁸.

7 Cf. a discussão dessa condição no capítulo 4.

8 Kant afirma que a definição dos conceitos empíricos, ao invés de conceitos matemáticos, é obtida ao final da pesquisa empírica: 'Em filosofia, a definição com toda a sua precisão e clareza deve vir antes no fim do que no início de nossa

7. Aprendizados que envolvem uma ou duas apresentações

Para que alguém aprenda um conceito-palavra, precisa identificar o tópico do conceito-palavra por meio de uma apresentação sua. Devemos distinguir duas situações de aprendizado de um conceito-palavra.

A primeira situação de aprendizado é aquela na qual o aprendiz recebe uma apresentação apenas lingüística do tópico do nome ou termo geral. Por exemplo, se alguém afirma, sem explicações preliminares sobre aquilo de que vai falar, ‘Brásidas era valente’, seu ouvinte pode aprender a usar o nome <Brásidas> pela apresentação feita por meio da relação de designação. Esta é uma apresentação lingüística de seu tópico: apresenta-o como a entidade que é o designatum na linguagem do nome <Brásidas>.

A segunda situação é aquela na qual o aprendiz identifica o tópico não apenas por uma apresentação lingüística como também por uma apresentação não-lingüística. A apresentação suplementar pode ser uma apresentação perceptual (como aquela especificada por uma definição ostensiva) ou uma apresentação intelectual não-lingüística (como uma intuição matemática ou a apresentação especificada por uma explicação da natureza do tópico quando se trata de uma entidade abstrata que não é exemplificável perceptualmente).

8. O objeto da filosofia

O que é a filosofia? Como ela se distingue da ciência? Neste meu esboço de resposta, contento-me em assinalar a distinção entre os objetos das duas atividades.

Permita-me o leitor que eu introduza a distinção entre universo e realidade. O universo é a totalidade das entidades físicas⁹. Proponho tratar a noção de realidade como a noção de tudo o que é o caso. Esta não é uma definição mas apenas uma elucidação. Tomo a noção de realidade como indefinível.

Tudo o que é o caso envolve tudo o que é possivelmente o caso e tudo o que é necessariamente o caso. De acordo com essa elucidação, realidade inclui tudo que é possivelmente o caso e tudo que é necessaria-

investigação’ (Kant 1755: A 731/B 749).

9 Cf. o capítulo 6 para a minha definição de entidade física.

mente o caso¹⁰. Isso envolve não apenas o que é o caso a respeito de entidades concretas como também o que é o caso a respeito de entidades abstratas.

A ciência busca explicar o que é o universo e suas leis. O filósofo também busca saber como é o universo. Além disso, o filósofo quer saber como é a realidade. Ele quer saber tudo o que é o caso.

Em sua atividade, o filósofo está especialmente envolvido na tarefa de examinar conceitos e usar conceitos precisos, determinar se possuem extensão, e esclarecer a natureza de seus tópicos. Conceitos são instrumentos de trabalho do filósofo para buscar entender e explicar a realidade.

A atividade filosófica, assim, não consiste na análise de conceitos mas na busca de entender a realidade ou, como diziam os filósofos gregos clássicos, entender o ser. A atividade filosófica busca entender o que é, o que possivelmente é e o que necessariamente é.

9. Conceitos filosóficos fundamentais

Faço a distinção entre conceitos filosóficos fundamentais e conceitos filosóficos não-fundamentais. Conceitos filosóficos fundamentais, proponho, são aqueles que um pensante usa para identificar e reidentificar tópicos que são características necessárias da realidade e de qualquer pensamento sobre a realidade.

Conceitos filosóficos não-fundamentais são aqueles que usamos para elaborar teorias filosóficas. Eles operam combinados a conceitos filosóficos fundamentais nas construções da estrutura de uma teoria e são da estrita alçada do filósofo.

Eis uma lista de alguns conceitos filosóficos fundamentais que está longe de completa: <persona>, <realidade>, <mundo>, <mudança>, <identidade>, <causa>, <forma>, <pensamento>, <verdade>, <conhecimento>, <necessidade>, <existência>, <objeto material>, <consciência>, <vontade>, <liberdade>, <ação>, <crença>, <percepção>, <belo>, <bem>, <justiça>, <explicação>, <tempo>, <espaço>.

10 Meu raciocínio esquematicamente é que se P é possivelmente o caso, então é o caso que P é possivelmente o caso. Assim, P ser possivelmente o caso está incluído no que é o caso.

Conceitos filosóficos fundamentais não são o mesmo que conceitos básicos. Conceitos básicos são indefiníveis. Alguns conceitos fundamentais são básicos. Conceitos fundamentais são aqueles que, como defini acima, possuem tópicos que são características necessárias da realidade e do pensamento sobre a realidade.

Alguns conceitos fundamentais como <bem>, <liberdade> e <justiça> não se ajustam bem à minha definição porque possuem tópicos sobre os quais há discordâncias sobre se possuem extensão. Mesmo assim, considero-os como conceitos que estão necessariamente envolvidos em nossa interação com a realidade. Preliminarmente, creio que são conceitos de tópicos que estão envolvidos em nossas avaliações das situações e pessoas e em nossas expectativas de quais situações queremos alterar ou realizar. Se isso é correto, não parecem tópicos cuja consideração podemos abandonar.

A maior parte desses conceitos são aprendidos durante a aprendizagem da linguagem comum. Usamo-los antes de usar conceitos especializados de teorias científicas¹¹. Aprendemos, por exemplo, a identificar objetos materiais (ou corpos) antes de aprender o que é uma partícula.

10. O paradoxo da investigação de Platão

Para explicar como podemos filosofar, precisamos solucionar o famoso ‘paradoxo da investigação’ que foi mencionado por vez primeira por Platão no Menon (80d). Após conduzir o sofista ao reconhecimento de que não sabe o que é a virtude, o personagem Sócrates, protagonista da obra de Platão, convida o sofista a procurar junto com ele a definição de virtude. O sofista, então, apresenta-lhe o seguinte paradoxo. Se não sabemos o que é a virtude, como saberemos que a encontramos quando nos depararmos com ela? Se, por outro lado, já sabemos o que vamos encontrar, então já sabemos o que é a virtude e não precisamos procurar. O paradoxo alimenta-se do pressuposto de que a nossa situação epistêmica com respeito a certo tema de conhecimento pode ser somente o de conhecimento absoluto ou de ignorância absoluta. Assim, Platão nota que, para solucionar o paradoxo, precisa de uma noção de conhecimento que seja forte o suficiente para ser caracterizada como conhecimento da virtude, mas que não seja demasiadamente forte porque nesse caso não haveria o que investigar, pois tudo seria conhecido de antemão. Sem al-

11 Strawson (1992) defende a correta tese de que os conceitos filosóficos oferecem a base para o aprendizado dos conceitos especializados das áreas científicas.

um grau mínimo de conhecimento, não haveria nem mesmo a possibilidade de saber-se como iniciar a investigação. Proponho que estamos na mesma situação epistêmica identificada por Platão com respeito aos tópicos de todos os conceitos filosóficos fundamentais.

Sabemos o que são pessoas. Sabemo-lo porque somos pessoas. Porém, em outra acepção, não sabemos o que são pessoas porque não sabemos a teoria filosófica correta sobre a natureza das pessoas. Temos uma apreensão do que é o pensamento mesmo sem saber a teoria metafísica correta do pensamento.

Com respeito aos tópicos dos termos filosóficos, temos um duplo uso da noção de conhecimento: nós os conhecemos e não os conhecemos. Por um lado, sabemos o que investigamos ao investigar a mudança, o tempo, a consciência, a vontade, o pensamento; por outro lado, não sabemos o que investigamos porque estamos em busca da teoria final acerca de suas naturezas.

As pessoas são competentes no uso dos conceitos filosóficos fundamentais. Como explicamos isso?

O conhecimento que devemos ter é aquele que permita o início da investigação. Precisamos saber com quais casos começar e quais aspectos neles considerar. Após o início da investigação, podemos refinar nosso conhecimento dos fatores envolvidos nos casos e elaborar teorias sobre a natureza daqueles fatores.

11. Uma proposta para solucionar o paradoxo da investigação

O ponto central da minha da solução ao paradoxo é que o conhecimento que os falantes possuem dos tópicos dos conceitos filosóficos fundamentais é uma capacidade de identificá-los. Pode ser tanto a capacidade de identificar casos corretos que exemplificam o tópico como de identificar o tópico mesmo.

Aprendemos os conceitos filosóficos fundamentais ao aprender a identificar seus tópicos. A seguir, esboço os detalhes desta proposta.

12. Identificação dos tópicos filosóficos

Um resultado de meu tratamento de nomes e termos gerais como conceitos-palavra é que posso explicar o aprendizado de um conceito

como algo que consiste em aprender um nome ou um termo geral. Por simplificação, usarei ‘termo filosófico’ no restante deste capítulo para designar os conceitos-palavra que são conceitos filosóficos fundamentais. Alguns destes são nomes (<mundo>); outros, são termos gerais (<pessoa>, <pensamento>).

Os termos filosóficos são aprendidos na esfera da linguagem comum sem o uso de teorias, sejam filosóficas ou não. Eles são aprendidos pela observação de sua aplicação em situações não-teóricas¹². São aprendidos sem a exposição de uma definição. O aprendiz adquire uma capacidade de identificar o tópico e casos de exemplificação do tópico ao aprender tais termos.

Podemos ensinar a alguém o uso de um termo filosófico aplicando-o a casos. Assim, podemos mostrar casos que instanciam o tópico. Esses são casos a que as teorias filosóficas podem sempre retornar. ‘Pessoas são estas espécies de entidade’, ‘corpos são entidades como esta e aquela’, ‘mundo é a totalidade em que tu estás’¹³.

Uma parte da extensão desses termos é exibida ao aprendiz no ato de aprendizado. Podemos dizer que conhecemos o tópico de um termo filosófico porque reconhecemos casos como parte de sua extensão. Efetivamente, se reconhecemos que algo faz parte da extensão de um termo filosófico, podemos identificar o tópico como a condição exemplificada por esse caso.

Como, por exemplo, alguém aprende a usar corretamente <pensamento>? De alguma maneira (que permanece por ser desvendada), aprendemos a aplicar corretamente este termo. Isso ocorre sem uma explicação da natureza do pensar. Contudo, ao saber o que podemos considerar como exemplificações de pensamento, temos a base suficiente para dar início à investigação do que é pensar. Em certo sentido, sabemos o que é pensar. Pensar é isso que faço enquanto escrevo e é isso que o leitor faz ao ler as palavras deste livro. Ao mesmo tempo, ainda não sabemos o que é pensar. Ou seja, ainda não sabemos qual é a teoria metafísica final da natureza do pensar.

A aplicação dos termos filosóficos a certas exemplificações do tópico

12 Neste aspecto, minha proposta aproxima-se da proposta de R. M. Hare (1960) e Strawson (1992) que propõem que o aprendizado dos termos filosóficos acontece nos contextos de aprendizado de termos da linguagem comum.

13 É possível que possa ser usada para dois tópicos distintos: aqueles que são os tópicos de e de . Não tentarei resolver esta questão aqui.

é proposta como correta por aquele que ensina em contextos de uso da linguagem comum. Idealmente, o aprendiz e aquele que ensina devem supor que as entidades sob exibição exemplificam a condição que é típico do termo filosófico ensinado. Se tudo der certo, aqueles são casos que realmente satisfazem a condição que é típico do conceito.

13. Em busca da formulação de critérios

Uma vez que os termos filosóficos são aprendidos em situações não-teóricas, é de se esperar que a investigação filosófica cuidadosa desses termos suscite dificuldades, perplexidades e divergências.

A reflexão sobre se as condições de aplicação que associamos ao termo filosófico realmente se aplicam às amostras da extensão e a tentativa de formular as condições necessárias e suficientes dessa aplicação nos leva a dificuldades ou perplexidades. Essas dificuldades suscitam tentativas diversas de formular suas condições necessárias e suficientes de aplicação empreendidas por teorias filosóficas diferentes. Pelas razões mencionadas, todos esses tópicos desfrutam de uma situação especial. De um lado, nós os conhecemos porque possuímos alguma apresentação deles e é isso que permite que os termos filosóficos que os designam sejam introduzidos inicialmente na linguagem comum. De outro lado, não os conhecemos porque mesmo após a aquisição de competência com esses termos filosóficos, ainda resta a tarefa de determinar qual é a teoria filosófica correta acerca de seus tópicos. Ou seja, disputa-se acerca de quais são as condições necessárias e suficientes para a aplicação correta desses termos filosóficos.

14. A autonomia no uso dos conceitos filosóficos

Recorramos novamente à distinção de Evans (1982) entre produtores e consumidores para explicar as relações entre os filósofos que propõem as teorias primordiais e os filósofos posteriores.

Há duas maneiras de explicar as relações entre os filósofos primordiais e os filósofos posteriores. Na primeira, os filósofos responsáveis por introduzir um termo filosófico seriam produtores e os demais usuários na cadeia histórica de transmissão do termo filosófico seriam apenas consumidores. As identificações dos consumidores seriam todas dependentes das definições feitas na teoria primordial que introduziu o termo. Essa concepção perde algo decisivo porque não é capaz de reconhecer

que cada um de nós, seres humanos, é ele próprio alguém com autonomia e autoridade na reflexão sobre o tópico filosófico.

Proponho como correta uma segunda maneira de explicar as relações entre os filósofos primordiais e os filósofos posteriores. Nessa segunda maneira, as identificações dos filósofos primordiais podem ser desafiadas pelos filósofos posteriores porque estes possuem identificações autônomas, feitas por eles próprios dos tópicos filosóficos. Consideremos o caso do termo de espécie <água>. Não apenas aqueles que o introduziram como cada um de nós têm uma identificação de seu tópico por meio de amostras da sua extensão. No caso dos termos filosóficos, estamos em uma situação similar. Os termos filosóficos fundamentais dizem respeito a tópicos dos quais nós próprios somos capazes de formar identificações. Desse modo, cada um de nós é também um produtor e pode apelar às suas próprias intuições para realizar a investigação filosófica. É isso que permite que cada um de nós seja capaz de desafiar a definição ou descrição de um tópico oferecida por uma teoria filosófica anterior. Assim, a proposta que defendo tem como consequência que cada um de nós tem autoridade e autonomia na investigação do tópico do termo filosófico. A investigação filosófica toma como seu objeto coisas com as quais todo usuário do termo filosófico possui uma apresentação: ele próprio, a realidade, as pessoas¹⁴.

De acordo com minha proposta: (1) os termos filosóficos foram introduzidos na linguagem para designar tópicos que, embora filósofos anteriores os tenham identificado, foram introduzidos em contextos pré-teóricos e (2) nós mesmos somos capazes de identificá-los de forma autônoma. Assim, designamos em uma teoria filosófica aquilo que designavam as teorias anteriores e ao mesmo tempo aquilo que nós próprios identificamos em nossa atividade de compreender a realidade e nós mesmos. Por conseguinte, as teorias filosóficas não estão isoladas umas das outras — compartilham de um contato comum com a realidade, com os demais falantes presentes e passados e com cada um de nós.

Consideremos agora uma aparente objeção à minha proposta. E se um termo filosófico é equívoco e nós não o sabemos? Digamos que é um termo introduzido para designar a natureza fundamental de certas entidades que parecem compartilhar da mesma natureza, mas, contudo, não o fazem. Dessa forma, as várias entidades que julgávamos cair na

14 Como somos capazes de identificar as características necessárias da realidade e do pensar sobre a realidade que são tópicos dos conceitos filosóficos fundamentais? Essa importante questão deve aguardar um trabalho futuro.

extensão do termo não seriam da mesma espécie, mas de espécies distintas. Podemos então dizer que o termo filosófico é equívoco porque possuía um ou mais tópicos sem que nós soubéssemos disso. Essas situações não oferecem um problema para a minha proposta. Não temos garantias prévias de que alguns de nossos termos filosóficos não sejam equívocos. Se descobrirmos que a extensão de certo termo abriga casos que exemplificam condições distintas, introduziremos novos termos filosóficos para designar cada condição. Isso acontece, por exemplo, quando tratamos entidades de espécies distintas como se fossem de uma mesma espécie até a descoberta da equivocidade.

Eliminar equivocidades é o trabalho constante daquele que busca precisão. Por exemplo, no processo de desvendar a natureza do pensar, vários passos foram dados. Paulatinamente reconhecemos que precisávamos aceitar a distinção entre o ato de pensar e o conteúdo do ato de pensar. Esse reconhecimento de que há dois tópicos distintos que eram confundidos conduziu-nos a um reajuste conceitual. Tópicos distintos devem ser designados por termos distintos. Foi em razão dessa constatação que termos como <proposição> foram introduzidos para designar o conteúdo do pensamento. O reconhecimento dessa distinção, por sua vez, permitiu a introdução de qualificações que certamente levar-nos-ão ao reconhecimento de novas distinções.

Os termos filosóficos não são essencialmente teóricos. Não são criaturas que vivem somente no domínio das teorias. São formados para entender e explicar a realidade e são aplicados também em situações comuns no uso da linguagem comum. A tese de que há uma distinção entre filosofia e vida é o fundamento sobre o qual repousa a tese de que a filosofia pertence ao domínio da teoria, em isolamento da vida e, por conseguinte, da tese de que os termos filosóficos são também desligados da vida.

É correto dizer-se que o filósofo colheu da linguagem comum os termos filosóficos fundamentais. Mas há mais a ser dito. Eles foram introduzidos para falar da realidade, das coisas e classes de coisas da realidade e também de nós mesmos. Sua introdução na linguagem foi exigida na contínua busca de entender-se a realidade e a nós mesmos. A atividade filosófica não é uma atividade diferente dessa busca de entender-se a realidade que levou à introdução daqueles termos. Ao longo da caminhada humana, esses termos preservaram-se na linguagem comum. Parte da razão para isso deve-se ao fato de que continuamos a precisar falar das mesmas coisas de que falavam aqueles que os introduziram. E ainda pre-

precisamos usá-los para empreender a tarefa de entender quem somos, o que é a realidade e o que são as coisas da realidade. Não parece sensato sequer supor que estaremos um dia em uma situação em que poderemos abandoná-los. Isso mostra que os termos filosóficos fundamentais não são arbitrários ou opcionais.

Referências

- BACH, Kent. **Thought and reference**. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- BLOCK, Ned. "Attention and mental pain". In: **Philosophical Issues** 20, 2010, p.23-63.
- BRANQUINHO, João. "Singular propositions and modes of presentation". In: **Disputatio** 1, 1996, p.5-21.
- BRENTANO, Franz. **Psychology from an empirical standpoint**. (1874) Traduzido por A. C.Rancurello, D.B.Terrell e L. L.McAlister. London/New York: Routledge, 1997.
- BRODY, B. "Towards an Aristotelian theory of scientific explanation". In: **Philosophy of Science** 39, 1972, p.20-31.
- CARNAP, Rudolf. **Meaning and necessity**. 2 Ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1947.
- CARNAP, Rudolf. **Introduction to symbolic logic and its applications**. Dover: Toronto, 1958.
- CARRUTHERS, Peter. "Eternal thoughts". In: **Frege: Tradition & influence**. Wright, C. (Org.). Oxford: Basil Blackwell, 1986, p.1-19.
- CHISHOLM, Roderick M. "Events and propositions". In: **Noûs** 4, 1970, p.15-24.
- CHISHOLM, Roderick M. **Person and object: A metaphysical study**. Chicago and La Salle, IL: Open Court, 1978.
- COHEN, A. "Generics and Mental Representations". In: **Linguistics and Philosophy** 27, 2004, p.529-56.
- COOPER, L. A.; Shepard, R. N. "Chronometric studies of the rotation of mental images". In: Chase, W. G. (Org.) **Visual information processing**. New York: Academic Press, 1973.
- COTTINGHAM, John. "Descartes on Colour". In: **Proceedings of the Aristotelian Society**, New Series 90, 1989-1990, p.231-246.
- COTTINGHAM, John. **Cartesian Reflections**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- DAVIS, Wayne A. **Meaning, Expression, and Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- DENKEL, Arda. **Object and Property**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- DRETSKE, Fred. **Knowledge and the flow of information**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1981.
- EARMAN, John. **World enough and space-time: Absolute versus relational theories of space and time**. Cambridge, MA: MIT Press, 1989.
- ELLIS, Brian. **The philosophy of nature: A guide to the new essentialism**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2002.
- EVANS, Gareth. **The Varieties of Reference**. Oxford: Clarendon, 1982.
- FODOR, Jerry. "Having concepts: A brief refutation of the 20th Century". In: **Mind and Language** 19, 2004, p.29-47.
- FREGE, Gottlob. **Funktion, Begriff, Bedeutung**. Patzig, Günther (Org.). 7 Ed. Göttingen, Vandenhoeck und Ruprecht, 1994.
- FREGE, Gottlob. **Philosophical and Mathematical Correspondence**. Gabriel, Gottfried *et alii* (Org.). Oxford: Blackwell, 1980.
- FREGE, Gottlob. **Posthumous Writings**. Hermes, H.; Kambartel, F.; Kaulbach, F. (Org.). Oxford: Blackwell, 1979.
- FREGE, Gottlob. "Über *Sinn* und *Bedeutung*" (1892). In: Patzig, G. (Org.). **Funktion, Begriff,**

Bedeutung. 7 Ed. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1994, p.40-65.

FREGE, Gottlob. "Thoughts: A logical enquiry" (1918). In: Beaney, M. (Org.). **The Frege reader**. Traduzido por P. T. Geach e Stoothof. Oxford: Blackwell, 1997.

FØLLESDAL, Dagfinn. "Essentialism and Reference". In: **The Philosophy of W. V. Quine**. Library of Living Philosophers. La Salle: Open Court. 1986, p.97-113.

FRISCH, Joseph C. **Extension and comprehension in logic**. New York: Philosophical Library, 1969.

GEACH, Peter. "On belief about oneself". In: **Analysis** 18, 1957, p.23-4.

GEACH, Peter. "The perils of Pauline". In: **Revue of Metaphysics** 23, 1969, p.287-300.

GELMAN, S. A.; Coley, J. D. "Language and categorization: The acquisition of natural kind terms". In: Gelman, S. A.; Byrnes, J. P. **Perspectives on language and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

HAX, Breno. Conceito e referência: Objetos, espécies e identificação. **Tese de Doutorado em Filosofia**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006, 253p.

HAX, Breno. "Contra a incomensurabilidade entre teorias filosóficas". In: Quintanilla, Pablo (Org.). **Ensayos de metafísica**. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2009, p.99-129.

HAX, Breno. Eliminativismo, ceticismo e a natureza da filosofia". In: **Sképsis** 6, 2011, p.27-48.

HAX, Breno. "On identifying and identification". In: **Disputatio** 34: 2012, p.671-687.

HAX, Breno. "Composição material". In: João Branquinho e Ricardo Santos (Org.). **Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014.

HEMPEL, Carl Gustav. **Aspects of scientific explanation**. New York: Free Press, 1965.

HUDSON, Hud. **The metaphysics of hyperspace**. Oxford: Clarendon Press, 2005.

KAC, Michael B. "The Proper Treatment of Singular Terms in Ordinary English". In: **Mind**, 106, 1997, p.661-96.

KAPLAN, David. "Quantifying". In: **Synthese** 19, 1968-9, p.178-214.

KAPLAN, David. "On the Logic of Demonstratives". In: French, P.; Uehling, T.; Wettstein, H. (Ed.). **Midwest Studies in Philosophy**. (V. 2). Minneapolis, Minnesota University Press, 1977, p.401-12.

KAPLAN, David. "Demonstratives". In: Almog, J.; Perry, J.; Wettstein, H. (Ed.). **Themes from Kaplan**. Oxford, Oxford University Press, 1988, p.481-563.

KIM, Jaegwon. **Supervenience and mind: Selected philosophical essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KRIPKE, Saul. **Naming and necessity**. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

KUNG, Joan. "Aristotle on Essence and Explanation". In: **Philosophical Studies** 31, 1977, p.361-83.

LAYCOCK, Henry. "Some Questions of Ontology". In: **The Philosophical Review** 81, 1972, p.3-42.

LEWIS, David. "Languages and Language". In: Keith Gunderson (Org.). **Minnesota Studies in the Philosophy of Science**. Minneapolis: University of Minnesota Press, Vol. VII, 1975, p.3-35.

LEWIS, David. **On the plurality of worlds**. Oxford, Blackwell, 1986.

LOUX, Michael J. "The Concept of a Kind". In: **The Philosophical Studies** (29), 1976, p.53-61.

LOUX, Michael J. **Metaphysics**. London/New York: Routledge, 1998.

LOWE, E. J. **The possibility of metaphysics**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

MCCAWLEY, J. D. **Everything that Linguists have Always Wanted to Know about Logic**. 2. Ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

MILLIKAN, Ruth Garrett. **On Clear and Confused Ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

MARKMAN, E. "The whole-object, taxonomic and mutual exclusivity assumptions as initial constraints on word meaning". In: Gelman, S. A.; Byrnes, J. P. **Perspectives on language and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MCGINN, Colin. *Logical properties*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MEINONG, Alexius. "On the theory of objects". In: Roderick M. Chisholm (Ed.). **Realism and the Background of Phenomenology**. Glencoe, IL: Free Press, 1960, p.76-117. Tradução de 'Über Gegenstandstheorie', *Untersuchungen zur Gegenstandstheorie und Psychologie*. Leipzig: Barth.

MEINONG, Alexius. "**On emotional presentation**" (1917). Evanston: Northwestern University Press, 1972. Tradução de 'Über emotionale Präsentation' in *Sitzungsberichte der Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften in Wien. Philosophisch-historische Klasse*. Wien: A. Hölder, Vol.183.

MERRICKS, Trenton. **Objects and persons**. Oxford: Oxford University Press.

MOORE, George Edward. "Defence of Common Sense" (1925). In: **Philosophical Papers**. London: Allen & Unwin, 1959.

MORAVCSIK, Julius. **Thought and Language**. London: Routledge, 1992.

OLIVER, Alex. "Frege and Dummett are two". In: **The Philosophical Quarterly** 44, 1994, p.74-82.

PASNAU, Robert. "Form, Substance, and Mechanism". In: **Philosophical Review** 113, 2004, p.31-88.

PLANTINGA, Alvin. **The Nature of Necessity**. Oxford: Clarendon Press, 1974.

PLANTINGA, Alvin. "The Boethian Compromise". In: **American Philosophical Quarterly** 15, 1978, p.129-38.

Perry, John. "The problem of essential indexicals"(1979). In: **The problem of the essential indexical and other essays**. Stanford: CSLI Publications, 2000.

ROBERTSON, Teresa. "Essential vs. Accidental Properties". In: Edward N. Zalta (ed.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Fall 2008 Edition), 2008. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/essential-accidental/>>.

ROBERTSON, Teresa. "Essentialism and Reference to Kinds". In: **Philosophical Books** 50, 2009, p.125-141.

RUDLER, William Frederick. "Jade". In: **Encyclopaedia Britannica**. Volume XV. Edinburgh, Cambridge University Press, 1911, p.122-4.

RUFFINO, Marco. "Proposições em primeira pessoa". In: **Dissertatio** 23, 2006, p.45-61.

RUFFINO, Marco. "Fregean propositions, belief preservation and cognitive value". In: **Grazer Philosophische Studien** 75, 2007, p.217-36.

RUFFINO, Marco. "Indexicais". In: João Branquinho e Ricardo Santos (Org.). **Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014. Disponível em: <http://www.compendioemlinha.com/uploads/6/7/1/6/6716383/ruffino_indexicais_artigo.pdf>.

RUSSELL, Bertrand. **The Problems of Philosophy** (1912). Oxford: Oxford University Press, 2001.

SALMON, Nathan U. **Frege's Puzzle**. Cambridge, Mass: Bradford Books, MIT Press, 1986.

SALMON, Nathan U. "The Logic of What Might Have Been". In: **Philosophical Review** 98, 1989, p.3-34.

- STRAWSON, Peter Frederick. **Individuals: An essay in descriptive metaphysics**. London: Methuen, 1959.
- STRAWSON, Peter Frederick. *Meaning and truth. Logico-Linguistic Papers*. London: Methuen, 1971.
- STRAWSON, Peter Frederick. **Analysis and metaphysics: An introduction to philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- STROUD, Barry. "The Goal of Transcendental Arguments". In: **Understanding Human Knowledge: Philosophical Essays**. 2000, p.203-23.
- VAN HEIJENOORT, Jean. "Subject and Predicate in Western Logic" (1974). In: **Selected Essays**. Nápoles: Bibliopolis, 1985.
- VAN INWAGEN, Peter. "Two concepts of possible worlds" (1986). In: van Inwagen, P. **Ontology, identity, and modality**: Essays in metaphysics. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- VAN INWAGEN, Peter. **Material Beings**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1990.
- VAN INWAGEN, Peter. **Metaphysics**. 2. Ed. Boulder, CO: Westview Press, 2002.
- WIGGINS, David. **Sameness and substance**. Oxford: Basil Blackwell, 1984.
- WOLF, M. P. "The Curious Role of Natural Kind Terms". In: **Pacific Philosophical Quarterly** 83, 2002, p.81-101.
- YAGISAWA, Takashi. **Worlds and individuals: Possible and otherwise**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

